



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 005 - TERÇA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p>	<p>Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p>	<p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao Pc do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE JANEIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de autoria da Comissão Especial Mista, que regula-
menta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para
disciplinar o procedimento para exame da repercus-
são geral das questões constitucionais discutidas
no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal
Federal..... 01518

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de
autoria da Comissão Especial Mista, que regula-
menta o art. 103-A, da Constituição Federal, para
disciplinar a edição, revisão e cancelamento de sú-
mulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal
Federal, e dá outras providências..... 01522

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de
autoria da Comissão Especial Mista, que regula-
menta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal,
para disciplinar o procedimento de deslocamento
de competência para a Justiça Federal dos crimes
contra os direitos humanos, perante o Supremo
Tribunal de Justiça..... 01525

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento, à Câmara dos Deputados,
do Ofício nº 32, de 2006, em atendimento às con-
clusões do Relatório Final da Comissão Especial
Mista criada por meio do Ato do Presidente da
Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004, des-
tinada a elaborar os projetos de lei necessários à
regulamentação da Emenda Constitucional nº 45,
de 2004..... 01526

Encaminhamento, à Comissão de Constitui-
ção, Justiça e Cidadania, do Ofício nº 56, de 2006,
em atendimento às conclusões do Relatório Final
da Comissão Especial Mista criada por meio do Ato
do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº
79, de 2004, destinada a elaborar os projetos de lei
necessários à regulamentação da Emenda Consti-
tucional nº 45, de 2004..... 01526

Diligência, junto ao Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Cidadania, para que os
Projetos de Lei da Câmara nºs 95, de 2001, 94, de

2002, 30 e 101, de 2005; e para o Projeto de Lei do
Senado nº 118, de 2005, tenham tramitação priori-
tária a partir de 15 de fevereiro próximo, haja vista
que não fazem parte da pauta desta Convocação
Extraordinária. 01527

Remessa à Comissão Mista de Planos, Or-
çamentos Públicos e Fiscalização, para recebi-
mento de emendas, da Medida Provisória nº 277,
de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor
dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abas-
tecimento e das Relações Exteriores, no valor de
R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, qui-
nhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins
que especifica; e estabelecimento de calendário
para sua tramitação..... 01527

1.2.3 – Ofício

Nº 113/2006, de 20 do corrente, do Presi-
dente da Câmara dos Deputados, de indicação de
membro para compor a Comissão Mista Especial
destinada a efetuar estudos visando a apresentar
sugestões sobre a política de reajustes para o
salário mínimo do País. *Designação do Deputado
Cláudio Magrão, como titular, para integrar a re-
ferida Comissão.* 01527

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR GILVAM BORGES – Informa-
ções sobre as ações desenvolvidas pela ban-
cada do Amapá, especialmente com relação
às emendas parlamentares ao Orçamento da
União. 01528

SENADOR PAPALÉO PAES – Inauguração,
em 20 de dezembro último, da sétima unidade da
Rede Sarah de Hospitais, no Amapá. Homenagem
aos diretores da Rede Sarah que excelentes servi-
ços vem prestando em todo o país. 01530

SENADOR T152o Estado do Acre, quando re-
afirmou a condição do País como líder na América
do Sul e as relações de cordialidade entre o Brasil
e o Peru. 01533

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Criação do
Parlamento do Mercosul, com sede em Montevideu,
em 9 de dezembro último. 01535

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Lí-
der – Transcurso de seis meses do assassinato do

brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres. Apelo às autoridades inglesas no sentido de que a investigação seja concluída com brevidade. 01538

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Destaque para a presença do Presidente da Câmara Aldo Rebelo na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, estreitando relações entre a TV Câmara e as redes de televisão públicas do Estado. Saudação à Ministra Marina Silva apontada entre as 10 maiores personalidades do mundo em defesa do meio ambiente. Dados do turismo internacional no Brasil durante o ano de 2005..... 01539

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Considerações sobre a eleição de Michelle Bachelet, no Chile e de Evo Morales, na Bolívia, que sinalizam melhores dias para a América do Sul. 01541

SENADOR MÃO SANTA – Conclamação aos peemedebistas a apoiarem candidatura própria do partido à eleição para presidente da República. 01542

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Atuação do Ministério Público, presente em diversas áreas, com destaque para a trabalhista, defesa do consumidor e questão ambiental. 01544

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do acordo entre os presidentes Lula, Néstor Kirchner e Hugo Chávez, para acelerar a construção do gasoduto que sairá da Venezuela e chegará à Patagônia. 01546

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Comentários sobre notícia divulgada pelos jornais do Tocantins, referente à construção da Ferrovia Norte-Sul. 01549

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Considerações sobre a criação do Tocantins e os assentamentos existentes no Estado. 01552

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro (*Tramitação terá início a partir do dia 15 de fevereiro*). 01558

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALBERTO SILVA – Considerações sobre a recuperação das estradas brasileiras..... 01566

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Orçamento: peça que, no Brasil, enfrenta dificuldades de votação e de execução. 01569

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 40, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando ao Tribunal de

Contas da União auditoria dos recursos da Cide aplicados no Estado de Tocantins. 01572

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Registro do editorial intitulado “*Em campanha*”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 18 de janeiro corrente. Destaque para a matéria intitulada “*Grandeza, Lula*”, publicada no **O Jornal**, de Macaé, edição de 17 de janeiro corrente, de autoria de S.Exa. 01572

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre a matéria intitulada “*Governo libera recursos para cassáveis*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 9 de janeiro corrente. 01574

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “*Veja abriu a caixa-preta (e o caixa dois) dos petistas*”, publicada pela revista **Veja**, edição de 28 de dezembro último..... 01575

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários sobre a matéria intitulada “*Sozinha, empreiteira leva R\$ 31 mi por obras*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 11 de janeiro corrente..... 01579

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Jovens seguem desamparados*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 15 de janeiro corrente..... 01580

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do editorial “*Censura, de novo*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 18 de janeiro em curso. 01581

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*Mudança de rumos*”, publicada na revista **ISTOÉ**, edição de 18 de janeiro corrente. 01582

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “*Ou neurose ou má-fé*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 20 de dezembro último. 01585

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o Balanço Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, relativo ao ano de 2004. 01586

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 24, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01587

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nº 90, de 2005. 01589

Nº 3, de 2006. 01590

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 17 a 19, de 2006. 01591

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 97 a 131, de 2006. 01597

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
- 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 5ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi.

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006

Regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, disciplinando o procedimento para o exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

I – contrariar dispositivo da Constituição Federal;

II – declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

III – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal;

IV – julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Art. 3º Compete ao Tribunal de origem, na forma do seu regimento interno, o exame de admissibilidade do recurso extraordinário.

§ 1º É irrecorrível a decisão que, na origem, admite o recurso extraordinário; o exame de admissibilidade realizado na origem, todavia, não vincula o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Da decisão que negar admissão ao recurso extraordinário caberá agravo de instrumento para o Supremo Tribunal Federal, na forma da lei processual.

Art. 4º Ao Supremo Tribunal Federal compete, privativamente, o exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, podendo recusá-lo, em decisão irrecorrível, por votação de no mínimo, dois terços de seus membros.

§ 1º Para a análise da repercussão geral, o relator poderá admitir a manifestação de terceiros, mesmo aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão objeto do recurso extraordinário, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º O relator examinará a repercussão gema das questões constitucionais discutidas, cabendo-lhe, se for o caso de não conhecimento do recurso, propor, em voto fundamentado, a sua recusa; se, todavia, por voto de pelo menos quatro Ministros, a turma entender que a questão objeto do recurso extraordinário tem repercussão geral, ficará dispensado o exame pelo plenário, não podendo o recurso ser inadmitido por esse motivo.

§ 3º Para a verificação da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário, serão considerados, necessariamente, os reflexos do julgamento da causa sobre a ordem jurídica, observada a existência de aspectos econômicos,

políticos ou sociais que ultrapassem os interesses subjetivos deduzidos na causa.

§ 4º O reconhecimento, pelo relator, da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário é irrecorrível; a questão, todavia, pode ser levantada de ofício por qualquer ministro durante a sessão de julgamento.

§ 5º Recusado o processamento do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral das questões constitucionais nele discutidas, operar-se-á, com a proclamação do resultado do julgamento, o trânsito em julgado da decisão recorrida.

§ 6º Vencido o relator quanto ao não conhecimento do recurso extraordinário fundado em ausência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, será designado novo relator para a conclusão do julgamento.

§ 7º A súmula da decisão sobre a repercussão geral, e de sua fundamentação, constará de ata, que será publicada na imprensa oficial.

§ 8º Declarada a inexistência de repercussão geral, a decisão terá eficácia em relação a todos os recursos extraordinários versando idêntica matéria, cabendo ao relator negar seguimento liminarmente, salvo revisão da tese, na forma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 5º Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral observará o seguinte:

I – caberá ao Tribunal de origem, na forma de seu regimento interno, e obedecidos critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até que haja pronunciamento definitivo, não podendo esse sobrestamento exceder o período de um ano.

II – recusado o processamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal com base na ausência de repercussão geral, os recursos sobrestados 2 terão seu seguimento automaticamente negado na origem.

III – da decisão proferida na origem que contrariar o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal relativo à admissibilidade de recurso extraordinário em razão de sua repercussão geral, caberá agravo de instrumento, na forma da lei processual.

Art. 6º Sem prejuízo de outras reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, possuem repercussão geral as causas:

I – que contenham julgamento divergente da súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;

II – relativas à nacionalidade e aos direitos políticos;

III – que discutam direitos ou interesses difusos;

Art. 7º A demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas será feita, de plano e objetivamente, em capítulo destacado na petição de recurso extraordinário.

§ 1º Se o recurso extraordinário for admitido na origem, a repercussão geral será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos originais do processo.

§ 2º Se o recurso extraordinário não for admitido na origem, e o recorrente agravar da decisão denegatória, deverá, em capítulo destacado na petição do agravo, demonstrar a repercussão geral das questões discutidas, caso em que um único instrumento subirá ao Supremo Tribunal Federal (art. 3º § 2º).

Art. 8º Caberá ao Supremo Tribunal Federal estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 9º Aplica-se esta lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 10. Esta lei entra em vigor três meses após a sua publicação oficial.

das Sessões
Sala da Comissão, em 23 de janeiro de 2006

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988**

.....

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente- Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

~~h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do "exequatur" às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

i) o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1.º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina a edição, revisão e o cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º No procedimento para edição, revisão e cancelamento de súmula com efeito vinculante, é obrigatória a manifestação do Procurador-Geral da República.

§ 3º A decisão sobre a aprovação ou rejeição de súmula com efeito vinculante somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito ministros.

§ 4º Se não for alcançada a maioria necessária à aprovação da súmula por estarem ausentes ministros em número que possa influir no julgamento, este será suspenso a fim de que aguarde o seu comparecimento, até que se atinja o número necessário para a prolação da decisão num ou noutro sentido.

§ 5º Dentro do prazo de dez dias após a sessão que aprovar, rever ou cancelar a súmula, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do **Diário da Justiça** e do **Diário Oficial da União** o respectivo enunciado.

Art. 3º São legitimados a provocar a edição, revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante:

- I – o Presidente da República;
- II – o Advogado-Geral da União;
- III – a Mesa do Congresso Nacional ou de suas Casas;
- IV – o Procurador-Geral da República;
- V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI – o Defensor Público-Geral da União;
- VII – partido político com representação no Congresso Nacional;
- VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- IX – a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa Federal do Distrito;
- X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- XI – o Procurador-Geral de Estado ou do Distrito Federal;
- XII – o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;
- XIII – o Defensor Público-Geral de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;
- XIV – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de estados ou do Distrito Federal e territórios, os Tribunais Regionais Federais os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º Os municípios e as pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, poderão propor a edição de súmula com efeito vinculante, na forma do **caput** do art. 5º

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de súmula com efeito vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros, mesmo aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º No procedimento para edição de súmula, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir só tenha eficácia a partir de data certa.

Art. 5º A edição de súmula com efeito vinculante, quando não der de ofício, será proposta incidentalmente durante o julgamento de feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, e sobrestará o seu julgamento, se necessário.

Parágrafo único. A proposta de edição de súmula:

I – se for feita perante a turma, à remessa dos autos ao plenário estará condicionada à anuência de dois ministros, e independerá de lavratura de acórdão.

II – se apresentada perante o plenário, adotar-se-á o procedimento estabelecido pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º Os legitimados nos incisos I a XIV do art. 6º poderão propor, mediante petição, a edição de súmula vinculante, independentemente da existência de processo em curso.

Art. 7º A revisão e o cancelamento de súmulas vinculantes, quando não ocorrerem de ofício, serão propostos mediante petição, sujeita à distribuição, independentemente da existência de processo em curso.

§ 1º A petição, que deverá ser acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, indicará:

I – o número do enunciado impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido;

II – a existência de mudança jurídica ou fática substancial, capaz de justificar a alteração do entendimento que presidiu a edição da súmula.

§ 2º Revogada a lei à qual a súmula está vinculada, tratando-se de súmula interpretativa, esta perde automaticamente a eficácia.

§ 3º A proposta de revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante não enseja suspensão dos processos nos quais a matéria versada na súmula for discutida.

Art. 8º Os enunciados da súmula serão redigidos com clareza e precisão, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando o enunciado versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja sumulando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto dos enunciados, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

f) evitar o uso de expressões ou conceitos vagos ou indeterminados;

g) restringir o conteúdo de cada enunciado a um único assunto;

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da súmula e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o Tribunal pretende dar ao enunciado;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

Art. 9º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos cabíveis ou do uso de outros meios de impugnação.

§ 1º Julgada procedente a reclamação referida no **caput**, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

§ 2º Quando a reclamação de que trata o **caput** impugnar ato administrativo, será exigido como condição de procedibilidade, o esgotamento da instância administrativa, observado o prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar da ciência do ato impugnado, desde que não se trate de ato omissivo ou desde que nessa instância se possam obstar os efeitos do ato.

§ 3º O procedimento da reclamação de que trata o **caput** deste artigo será estabelecido no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 10. Caberá ao Supremo Tribunal Federal estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 11. O art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 56.

.....

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria súmula com efeito vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. (NR)”.

Art. 12. Acresça-se à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Art. 64-A Se o recorrente alegar violação de súmula com efeito vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Art. 64-B Acolhida, pelo Supremo Tribunal Federal, a reclamação fundada em violação de súmula “com efeito” vinculante dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.”

Art. 13. Esta lei entra em vigor três meses após a sua publicação oficial.

do Senador
Sala de Comissão, em 23 de janeiro de 2006

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela emenda constitucional nº 45, De 2004)

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006**Regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos perante o Superior Tribunal de Justiça.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

§ 1º A petição deverá ser instruída com os documentos que indiquem a necessidade do deslocamento de competência e o tratado internacional cujas obrigações se pretende assegurar.

§ 2º O Procurador-geral da República deverá indicar os atos processuais realizados no âmbito estadual que deverão ser novamente realizados perante a Justiça Federal.

Art. 2º No Superior Tribunal de Justiça, o incidente será julgado pelo órgão indicado pelo Regimento Interno.

Art. 3º A petição inicial inepta, não fundamentada manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator.

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

Art. 4º Recebida a petição, o relator pedirá informações ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao secretário de segurança do Estado onde tramita o inquérito ou o processo e determinará, desde logo, a citação do Estado para contestar o pedido.

§ 1º As informações e a contestação deverão ser apresentadas no prazo de quinze dias.

§ 2º Enquanto não for julgado o incidente, o inquérito ou o processo terá prosseguimento perante as autoridades estaduais.

§ 3º Em processo de deslocamento de competência, não será concedida medida liminar para sustar o andamento do feito judicial ou inquérito policial.

§ 4º O relator poderá admitir a manifestação de terceiros, mesmos aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão objeto do incidente de desloca-

mento de competência, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 5º Vencido o prazo para apresentação de informações e contestação, o relator lançará relatório, com cópia para todos os ministros do órgão julgador, e pedirá dia para julgamento.

Art. 6º O acórdão que julgar procedente o pedido de deslocamento de competência indicará os atos processuais que deverão ser novamente realizados perante a Justiça Federal.

Art. 7º Caberá ao Superior Tribunal de Justiça estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2006.



LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

.....
§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos de lei do Senado que acabam de ser lidos, de autoria da Comissão Mista criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto ao art. 7º da

Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, terão tramitação prevista nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

Tendo em vista que os projetos acima mencionados constam da pauta da presente convocação extraordinária, de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento às conclusões do Relatório Final da Comissão Especial Mista criada por meio do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004, destinada a elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, encaminhou, à Câmara dos Deputados, o seguinte ofício:

OF. CN Nº 32/2006

Brasília, 23 de janeiro de 2006

Exmº Sr.
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, encaminho a V. Exª os originais dos seguintes projetos de lei de autoria da Comissão Especial Mista criada por meio do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004, destinada a elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004:

1. Projeto de lei que *regula o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET) e dá outras providências*.

2. Projeto de lei que *regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho, e dá outras providências*.

3. Projeto de lei que *altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para legitimar, para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, as pessoas lesadas ou ameaçadas de lesão por ato do Poder Público, e dá outras providências*.

Encaminho, ainda, dez requerimentos de urgência, de iniciativa da mesma Comissão Especial Mista, para os seguintes projetos de lei da Câmara,

de autoria do Poder Executivo, sendo três de 2001 e os restantes de 2004.

nº 4.497;
nº 4.203;
nº 4.205;
nº 4.208;
nº 4.730;
nº 4.731;
nº 4.732;
nº 4.733;
nº 4.734; e
nº 4.735.

Envio, também, a V. Exª um requerimento de criação de Subcomissão Permanente de Reforma Processual, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania dessa Casa.

Por último, encaminho-lhe um exemplar do Relatório Final nº 1, de 2006-CN, da mesma Comissão Especial Mista, publicado no **Diário do Senado Federal** de 21 de janeiro corrente.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – A Presidência enviou, ainda, ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, o seguinte ofício:

OF. SF Nº 56/2006

Brasília, 23 de janeiro de 2006

Exmº Sr.
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Senado Federal

Senhor Presidente,

Considerando a competência dessa Comissão, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, encaminho a V. Exª o original de requerimento de autoria da Comissão Especial Mista criada por meio do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004, destinada a elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

O referido requerimento é no sentido da criação de Subcomissão Permanente de Reforma Processual, no âmbito dessa doughty Comissão.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Quanto aos requerimentos de urgência para os **Projetos de Lei da Câmara nºs 95, de 2001; 94, de 2002, 30 e 101, de 2005;** e para o **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005**, observado o Regimento Interno, a Presidência diligenciará, junto ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, para que os projetos tenham tramitação prioritária a partir de 15 de fevereiro próximo, haja vista que não fazem parte da Pauta desta Convocação Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 277, de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 277	
Publicação no DO	19-1-2006
Emendas	até 25-1-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	19-1-2006 a 1-2-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1-2-2006
Prazo na CD	de 2-2-2006 a 15-2-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-2-2006
Prazo no SF	16-2-2006 a 1-3-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1-3-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-3-2006 a 4-3-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	5-3-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-3-2006 (60 dias)

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

SGM/P Nº 113/06

Brasília, 20 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 542/2005–CN, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos membros indicados pelo Partido Popular Socialista – PPS que deverão ocupar as vagas da legenda cria-

das para complementar a composição da Comissão Mista Especial destinada a “efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País”.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Publique-se.

Em 19-1-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF/LID/Nº 9/2006

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Cláudio Magrão/PPS – SP, para ocupar a vaga de titular, na

Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Deputado Cláudio Magrão, como titular, para integrar a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 3, de 2005, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Registro minha inscrição para uma comunicação inadiável em hora oportuna.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por até 15 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus queridos servidores desta Casa, há homens que se distinguem pela capacidade de trabalho. O trabalho, então, transforma a realidade. As personalidades são distintas e há os que têm a facilidade e o dom da palavra nos discursos e na defesa de idéias que fazem o Parlamento, com os Vereadores na Câmara de Vereadores, com os Deputados nas Assembléias Legislativas e, aqui no Congresso Nacional, com os Deputados e Senadores.

Nem sempre os que falam bonito ou os que insistem diariamente na falação em momentos assegurados pelo Regimento Interno brilham na telinha da TV Senado e nas ondas das rádios. O Senado Federal está além das fronteiras do Brasil. Por esse motivo, quero me solidarizar com aqueles Senadores e Deputados que caminham, que peregrinam, que vão aos gabinetes dos Ministros e que, num trabalho de bastidores, fazem acontecer.

É lá na ponta, no Município abandonado, nas pequenas comunidades que os recursos precisam chegar. É lá naquela cidadezinha que a carência se faz presente.

Eu, sinceramente, aprecio os grandes discursos e os grandes debates. Os grandes oradores comovem e transformam. Mas há uma diferença entre conceber e executar. Portanto, há complexidade no exercício do mandato parlamentar. Alguns eleitores, nas ruas, na beira dos rios, às vezes me falam: Gilvam, aquele Deputado ou aquele Senador fala bonito, mas, no entanto, nem sempre, quando começam a exercer as funções, depois das eleições, quando Prefeitos, Governadores, Presidente da República, ou quando no Parlamento, eles conseguem atender à expectativa. Eu sempre digo que para ter a atenção e o critério para a escolha, para

um voto é preciso ter um acúmulo de experiência, que entre aquele voto da experiência, o voto da razão, e o voto do coração, em que você realmente promove uma empatia com o candidato, e o voto da barriga... Mas o Amapá se mobiliza, meu nobre Presidente, justamente na grande busca de recursos para a viabilização dos projetos para a geração do desenvolvimento do nosso querido Estado do Amapá.

Estamos numa grande luta nos bastidores, que não aparece, como aparece aqui agora nesta falação. Essa luta se dá lá nos porões, nos bastidores, lá no fundo, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quando os nossos Parlamentares começam a conversar com os relatores e com as ações setoriais, brigando por centavo, por real. Esse dinheiro chega no Amapá, mas, muitas das vezes, retorna, porque não é função do Parlamentar a execução desses recursos do projeto.

Quero chamar a atenção dos meus prefeitos e do Governador do Estado do Amapá. Essa é a hora de trabalhar os projetos, para apresentá-los nos respectivos ministérios. Todos nós estaremos aqui novamente na segunda etapa do trabalho, que é a liberação de recursos. Colocar uma emenda no Orçamento é constitucional. Isso é o que estávamos fazendo há dois meses. Já apresentamos e agora vamos trabalhar para aprová-lo. Mas a segunda etapa do trabalho gigantesco, do trabalho hercúleo é justamente a liberação desses recursos, quando vamos ao Ministro. Na maioria das vezes, eles são cortados em 50%.

Por isso se diz que é preciso ter trânsito, é preciso ter prestígio – não me refiro ao chocolate –, é preciso o reconhecimento e a amizade feitos no Ministério e no Parlamento, para que possamos ter a nossa voz e as nossas reivindicações acolhidas.

O Amapá dispõe de grandes líderes, apesar de sermos jovens, de estarmos em formação.

Quero chamar atenção, meu querido Presidente Tião Viana, dos meus prefeitos, do meu Governador. Que isso se estenda a todo o Brasil. É hora de preparar os projetos. Vamos aprovar o Orçamento daqui a 30 dias no máximo, e esse Orçamento já está em execução. Este é um ano eleitoral; ou trabalhamos com urgência ou perderemos grande parte dos recursos.

A Bancada, por meio de emenda de bancada, apresentou um projeto de implantação de infra-estrutura básica nos municípios do Estado do Amapá, resultado do esforço de todos os Parlamentares. São R\$100 milhões. Vamos atender a todos os municípios.

No Ministério dos Esportes, a proposta é de R\$25 milhões, para a construção do Complexo Poliesportivo do Zerão, no Amapá. É uma emenda de bancada.

Apresentamos também a emenda de bancada no valor de R\$40 milhões para a conservação de trechos rodoviários, como o trecho Macapá-Ferreira Gomes. É a BR-156, no Estado do Amapá. Precisamos estar com os projetos em dia, prontos, e com a prestação anterior, senão nos tornaremos inadimplentes.

Já temos, pelo Fundo Nacional de Saúde, prevista a construção da Maternidade Municipal de Macapá. São R\$30 milhões.

Sr. Presidente, são projetos de mais alta relevância. Lá estarão o pedreiro, o carpinteiro, as empresas trabalhando, a geração de empregos e a riqueza na área de saúde, de segurança, de educação. São muitos recursos. Ficamos tristes – o Senador Papaléo Paes sabe disso – quando ficamos em situação difícil, porque as Prefeituras do Oiapoque, de Calçoene, de Ferreira Gomes, de Itaubal, de Pracuúba, de Mazagão, de Vitória do Jari, de Laranjal do Jari, de Macapá, de Santana, no Amapá, lutam diuturnamente para prestarem contas e precisam fazê-lo. Muitas vezes, grande parte das nossas prefeituras está inadimplente.

Venho, nesta tarde de segunda-feira, fazer um apelo desta tribuna a todo o Brasil, especificamente ao Estado do Amapá e aos prefeitos, para que possamos logo, com urgência, mobilizar as equipes técnicas para começarmos a elaboração dos projetos para o Orçamento da União.

Para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, apresentamos uma emenda de bancada de R\$40 milhões, um esforço e um entendimento dos Deputados Federais e dos Senadores que compõem a Bancada do Estado do Amapá. Para a construção do trecho rodoviário de Laranjal do Jari a Macapá, também da BR-156, foram previstos R\$100 milhões.

A BR-156 é a espinha dorsal do Estado do Amapá. Ela interliga, cruza, liga todos os municípios do extremo Sul ao extremo Norte; de Vitória do Jari ao Oiapoque. São emendas importantíssimas.

Desdobramos uma outra emenda na área de cultura. É também uma emenda de bancada, por força e esforço conjunto e harmônico dos Deputados Federais e Senadores que compõem a nossa Bancada do Estado do Amapá, para a construção do Teatro Municipal em Santana. Alocamos R\$20 milhões e estamos trabalhando para a sua aprovação.

É bom ressaltar que esses números são propostas iniciais que já estão nos Anais do Orçamento, mas que estão sujeito a cortes. Portanto, há uma luta muito grande para que possamos, realmente, garantir que não haja cortes e, se houver, que seja o mínimo possível. Portanto, esse teatro será construído no Amapá.

Prefeito Nogueira, penso que V. Ex^a já está se preparando, com sua equipe técnica, para esse proje-

to. Vamos trabalhar para a liberação desses recursos, vamos ver se garantimos todo esse total.

Quero dizer ao Estado do Amapá que estamos trabalhando juntos pela liberação de R\$15 milhões para a construção e equipamento de unidades federais de educação profissional no Estado do Amapá. Isso quer dizer que vamos ainda, até este final do ano, ter condições de implantar duas ou três escolas técnicas federais, que mudaram a nomenclatura, mas são escolas técnicas profissionalizantes. Acredito que o Governador Valdez Góes já esteja junto com seus técnicos trabalhando a elaboração desses projetos.

A título de nossa sugestão, também alocamos R\$100 milhões para a hidrovía Macapá–Belém. Vamos cortar a Ilha de Marajó; estamos lá na cabeceira, na entrada do Brasil, no extremo Norte, no Oiapoque; logo em seguida, o grande Oceano Atlântico; mais acima, os países do Caribe e a América do Norte, um grande mercado. Seremos brevemente um Estado exportador, não só importador. O Estado se organiza, se prepara, para ser um Estado exportador. Já estamos vendo bem lá na frente. Diminui-se, com a hidrovía Marajó, 50% do custo das embarcações e diminui-se a distância. Obviamente, estaremos chegando em Belém em tempo recorde. Para quem não sabe, o Estado do Amapá tem o melhor porto da Amazônia.

Portanto, são obras estratégicas em apenas 15 quilômetros, que podem gerar uma economia fantástica, fabulosa. Por ali, vão passar milhares de navios, não só para abastecer a Amazônia e seus portos, mas também abastecer o resto do Brasil. Grande parte da produção do Centro-Oeste e dos Estados da Amazônia terá, no Amapá, o porto estratégico, porque estamos à margem do grande oceano.

Sr. Presidente, o tempo urge. É preciso disposição, coragem, compreensão. As autoridades federais brasileiras, o Presidente Lula e seu grupo de Ministros devem voltar a sua atenção especialmente para a Amazônia. Já temos a Sudam, que foi reabilitada em uma nova filosofia para financiamento de projetos.

Por esse motivo, o pronunciamento nesta tarde é para tratar de temas concretos e específicos. Refiro-me a projetos de interesse do Amapá e do resto do Brasil no Orçamento da União. Mais de cinco mil Prefeitos têm que preparar projetos desenvolvimentistas.

Por esse motivo, deixo um forte abraço ao valeroso povo do Estado do Amapá, aos Prefeitos, ao Governador, às autoridades, ao povo de um modo geral. Estaremos caminhando em todos os gabinetes e aqui também na tribuna, defendendo grandes idéias. Já estamos trabalhando grandes projetos na área legislativa e também na área executiva.

Por esse motivo, meu querido Presidente, Senador Tião Viana, Senador Papaléo, que estará também engajado nessa grande luta, até por dever e obrigação com o nosso Estado, estaremos irmanados juntamente com a nossa Bancada federal, na Câmara, para desenvolver estratégias de unificação das nossas ações em prol do nosso querido Estado do Amapá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por até 15 minutos. A seguir, eu mesmo farei uso da palavra, por cessão do Senador João Batista Motta.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa, tendo a honra também de falar após ouvir as palavras do Senador Gilvam Borges. O Senador teceu aqui comentários, informações sobre as ações da Bancada do Amapá no Congresso Nacional, principalmente relacionadas às emendas parlamentares.

Chamo a atenção do Senador Gilvam Borges sobre o trabalho de Bancada. A Bancada do Amapá é composta por Parlamentares de diversos partidos, como os que estão compondo a Situação, aqueles que são da Oposição, do qual faço parte no PSDB. Mas, quando chega o momento de nos unirmos em prol do nosso Estado, ainda não vi nenhum dos nossos Parlamentares ter algum gesto prejudicial ao Estado.

Por isso, Senador Gilvam Borges – que já foi coordenador da Bancada em várias oportunidades, que tem grande experiência nesse processo e que está retornando a esta Casa –, digo-lhe que sempre me coloquei à disposição da Bancada do nosso Estado. V. Ex^a sabe que sou cumpridor rigoroso das minhas obrigações nesta Casa. Estou no meu terceiro ano de mandato e, graças a Deus, consegui, junto aos meus Pares e aos funcionários da Casa, o incentivo, o apoio e o respeito que precisava para me estabelecer com segurança à frente dessas medidas necessárias para o cumprimento do nosso dever, como membros do Legislativo e, nessa alternativa que temos aqui, como portadores da grande responsabilidade de incluirmos emendas ao nosso Estado.

V. Ex^a sabe muito bem que temos as nossas emendas individuais e que estas nos favorecem a inserir recursos para algumas prefeituras, para algumas instituições de utilidade pública. Mas as emendas de Bancada são aquelas de mais peso, de mais visibilidade, quando são realizadas. V. Ex^a citou muitas emendas importantes.

Temos que, justamente, nos unir para tratar desse assunto com a força política que o Amapá tem e fazer com que o Governo Federal se sensibilize e olhe para os Parlamentares, de uma maneira geral. Falo daqueles Estados que têm uma representatividade menor, até em número de Parlamentares, principalmente dos ex-territórios. Que o Governo Federal olhe para esses ex-territórios porque tinham uma estrutura que o Governo Federal mantinha sem nenhum tipo de burocracia política. Depois que se tornaram Estados, passaram a depender da política, principalmente na liberação de verbas de emendas. Gostaria que fossem discriminados positivamente, que não se esquecessem de que o Parlamentar da Oposição tem o mesmo peso político do Parlamentar da Situação. Ou seja, o Senador que representa o Estado que faz parte da Situação tem o mesmo voto que aquele que faz parte da Oposição, como é o meu caso.

Senador Gilvam Borges, lamento dizer que, parece-me, existe uma certa discriminação. Considerando essa discriminação, faço aqui o meu pedido aos assessores do Presidente da República: não desfavoreçam o Estado por estar sendo representado por alguém que faz parte de um Partido de Oposição.

Senador Gilvam Borges, ainda há pouco, eu conversava sobre isso com o Senador Tião Viana, meu amigo, que é do PT, muito competente e responsável. O Senador Tião Viana mostrou o maior carinho e o maior interesse, até em nos conduzir, de uma maneira mais objetiva, para alcançarmos essa grande vitória para o Estado do Amapá.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a poderá me conceder um aparte, assim que achar oportuno?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Está concedido, com muita honra.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Papaléo Paes, é sempre prazeroso e gratificante ver um Parlamentar do nosso Estado, um Senador da República da estirpe de V. Ex^a, assomar à tribuna. Realmente, temos de buscar e reparar, como V. Ex^a está fazendo suas considerações, mas acredito que essa realidade já sofre uma mudança. Recentemente, tivemos a presença, no nosso Estado, no Amapá, do Presidente Lula, com mais dois ou três Ministros, estando presentes o Senador José Sarney, V. Ex^a e tantas outras Lideranças. Porém, V. Ex^a tem razão. O Governo Federal precisa intensificar e melhorar a atenção na nossa região. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a e dizer que as suas considerações são pertinentes, mas eu não poderia deixar de fazer justiça e dizer que o Presidente Lula esteve lá, sim, assinando

vários convênios. Esteve presente à inauguração do Sarah e também anunciou uma grande obra na área pesqueira. Mas é preciso melhorar. V. Ex^a tem razão. Parabeno-o pelo pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O tema do meu discurso de hoje é exatamente sobre uma grande obra, inaugurada com a presença do Presidente Lula, uma obra concreta.

Os moradores do Estado do Amapá – e por que não dizer de toda a região do extremo norte do Brasil – já contam com assistência médica especializada e gratuita de uma das maiores redes de reabilitação em ortopedia e neuropsicologia de todo o mundo. No histórico dia 20 de dezembro, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação inaugurou sua sétima unidade, o Sarah Amapá, que vem preencher uma lacuna nessa modalidade de atendimento especializado da qual carecem os moradores da nossa região, que sofrem com a distância e o isolamento dos centros mais avançados do País.

Tínhamos de deslocar para Brasília os moradores do extremo norte, região que não dispunha dessa assistência, desse atendimento a ser feito no Sarah Macapá. Se apenas deslocar os pacientes era um grande problema, imaginem os senhores e as senhoras ter que deslocar pais ou mais um irmão, que não têm com quem ficar. Era um problema sério, que hoje praticamente está resolvido.

A Rede Sarah, como se sabe, é gerida pela Associação das Pioneiras Sociais, entidade sem fins lucrativos, e tem, entre outras, a finalidade de prestar assistência médica qualificada e gratuita, principalmente no caso de paralisia cerebral, espinha bífida, traumatismo craniano, acidente vascular cerebral, lesão medular, doenças neuromusculares e problemas ortopédicos. Entretanto, objetiva também formar recursos humanos e promover a produção de conhecimentos científicos; gerar informações nas áreas de epidemiologia, gestão hospitalar, controle de qualidade e custos de serviços hospitalares; e, ainda, exercer ação educacional e preventiva para redução das causas das principais patologias.

O que se observa, portanto, é que a Rede Sarah não se limita a prestar um atendimento médico de qualidade igualitário, personalizado e humano, mas procura difundir o conhecimento científico, promover a qualificação dos profissionais e, principalmente, reduzir a incidência das situações que comprometem a saúde do brasileiro, em grande parte originadas da violência social.

Nesse campo, deve-se ressaltar a excelência da atuação do Centro de Pesquisas em Educação e Pre-

venção – Cepes – da Rede Sarah. A verdade é que, infelizmente, o povo brasileiro é vítima de uma grave, vergonhosa e inadmissível violência urbana. Os acidentes de trânsito são a principal causa de internação de pacientes com lesão medular traumática ou traumatismo crânio-encefálicos. A esses se acrescentam as vítimas da violência praticada com arma de fogo. De acordo com os levantamentos efetuados pela Rede Sarah, quase a metade dos pacientes com lesão medular atendidos em suas unidades têm idade entre 10 e 29 anos, ou seja, são crianças e jovens que estão em pleno processo de aprimoramento intelectual ou estão ingressando no mercado de trabalho. Desde 1997, os programas de educação e prevenção contra a violência promovidos pelo Cepes, voltados notadamente para os estudantes dos níveis fundamental e médio, já alcançaram cerca de 60 mil jovens em algumas das principais capitais brasileiras.

É importante enfatizar essas campanhas preventivas porque os acidentes de trânsito, somados aos casos de violência, são responsáveis pela quase totalidade das mortes de brasileiros entre 15 e 24 anos. Além disso, dados levantados nessa última década indicam a existência de 13 feridos para cada morto em acidente de trânsito no Brasil. Nesse período, cerca de 3,3 milhões de pessoas sobreviveram aos acidentes e necessitam, em maior ou menor grau, de assistência médico-hospitalar. Em alguns casos, a reabilitação do paciente requer gastos muito elevados, recursos tecnológicos avançadíssimos e longo tempo de tratamento.

Infelizmente, a rede hospitalar brasileira não está preparada para o atendimento desses pacientes, com raras exceções, como as unidades da Rede Sarah. A inauguração de uma unidade da Rede Sarah na Capital amapaense vem minimizar o sofrimento dessas vítimas que moram numa região fronteiriça, carente de recursos financeiros e tecnológicos, as quais eram obrigadas a se deslocar para os grandes centros à procura do tratamento adequado.

É importante assinalar também o padrão de qualidade dos hospitais e centros de reabilitação da Rede Sarah. Assim que um paciente começa a ser atendido numa dessas unidades, ele pode contar com assistência integral, pois os recursos da Rede não são vinculados à complexidade ou ao número de casos atendidos. O que interessa à direção, ao corpo médico e ao pessoal de apoio da Rede Sarah é a recuperação do paciente no limite das possibilidades. Para que isso seja possível, o contrato de gestão da entidade prevê instrumentos de aferição da qualidade a cargo do Centro Nacional de Controle de Qualidade, e de controle de custos, examinados pelo Tribunal de Contas da União. E é

por reconhecer a seriedade e a competência da Rede Sarah que fiquei muito feliz, Sr^a Presidente, ao lograr a aprovação de emendas orçamentárias, de minha autoria, destinando recursos para garantir o melhor tratamento aos pacientes ali atendidos.

Afinal, os levantamentos de 2002 mostram que a Rede Sarah manteve a média de 5.271 atendimentos diários, totalizando 1,333 milhão naquele ano. Os relatórios e as prestações de contas demonstram que a ocupação dos leitos beirou o ótimo índice de 80%, enquanto as taxas de infecção permaneceram – vejam bem, colegas médicos aqui presentes – em 0,45%, mais baixas do que as registradas em alguns dos melhores hospitais de todo o mundo.

Em todo o Brasil, as unidades da Rede Sarah mantêm o mesmo padrão de qualidade e eficiência.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, eu pediria a V. Ex^a o tempo necessário para encerrar o meu discurso. (Pausa.)

Em todo o Brasil, as unidades da rede Sarah mantêm o mesmo padrão de qualidade e eficiência. A primeira delas, o Sarah Brasília, foi inaugurada em 1980. Com 294 leitos, o hospital registrou, em 2002, nada menos que 492 mil atendimentos. Na Capital da República, além da unidade hospitalar, a Rede Sarah mantém o Centro de Administração e Gestão Hospitalar, o Centro de Ensino e Pesquisas em Educação e Prevenção e o Centro de Formação de Recursos Humanos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, quero cumprimentá-lo e, primeiro, esclarecer que hoje fiquei cheio de satisfação quando o Correio Braziliense dava o nome de V. Ex^a no PMDB; depois, veio a tristeza, porque estaria ligado ao Governo. Mas o importante é cumprimentá-lo pela sua postura como médico, que faz lembrar Juscelino Kubitschek, cheio de otimismo. Aliás, uma das vitórias da ciência médica no País são os hospitais Sarah. O extraordinário médico Campos da Paz, esse grande benfeitor, além de, vamos dizer, fazer das ciências médicas a mais humana das ciências, é homem de inteligência extraordinária, que conquistou a simpatia de todo o Parlamento, que destina recursos para a Rede Sarah, mas não o faz para o restante dos hospitais públicos. Quero lembrar a V. Ex^a que procedimentos médicos de clínicos, como V. Ex^a, cardiologista brilhante, custam R\$2,00. Para engraxar meus sapatos lá no aeroporto de Teresina,

eu pago R\$5,00, o dobro de uma consulta. Por uma anestesia, o SUS paga R\$6,00. Então, muitos procedimentos, como fatura de braço, são feitos com dor, porque o anestesista não pode prestar o seu serviço. Então, que isso chegue ao Ministro da Saúde, para que tome como símbolo os hospitais Sarah e dê a todos os hospitais a mesma estrutura de atendimento, porque o povo brasileiro merece.

O SR. PAPALEO PAES (PSDB – AP) – Obrigado.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Papaléo, eu não interromperia V. Ex^a se não para fazer dois reconhecimentos: em primeiro lugar, Senador Papaléo, pelo fato ocorrido na capital do Estado de V. Ex^a, a inauguração de uma unidade da Rede Sarah, eu quero aqui registrar os meus parabéns à Bancada, na pessoa do Presidente José Sarney, na pessoa de V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, que – posso dizer com muita tranquilidade e com autorização dos meus pares –, conquistou esta Casa desde o primeiro dia em que aqui colocou os pés. V. Ex^a representa, com estatura, conhecimento e presença o que o seu Estado requer, diante de tantas necessidades. Portanto, esta é a primeira colocação: reconhecer o trabalho da Bancada, de V. Ex^a, juntamente com o Senador Gilvam Borges, aqui presente. A segunda é ressaltar o trabalho do Sarah Kubitschek. Sabe melhor V. Ex^a, porque é médico, como é difícil para nós. V. Ex^a citou o caso de um acidentado. O mesmo ocorre correntemente no Tocantins; para trazer um paciente de avião, são cinco passagens, porque se tem de usar uma maca, e nesses casos, naturalmente, o transporte requer um avião. É um sofrimento enorme para a nossa população, e as famílias imaginam: só o Sarah pode resolver isso. Eu posso aqui dar o meu depoimento de que a Rede Sarah tem-nos dado um apoio extraordinário. Agradeço daqui ao Dr. Aloysio Campos da Paz e a todos os profissionais da Rede Sarah. Senador Papaléo Paes, para turmas de formandos em Fisioterapia, eu consegui, não poderia dizer estágio, uma passagem de 40 horas, para que possam apreender um pouco de todo o conhecimento que emana da Rede Sarah Kubitschek, reconhecida internacionalmente. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, eu peço dois minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Papaléo Paes, nós já lhe concedemos dez minutos, mas lhe concederemos mais dois.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É uma homenagem a esta rede hospitalar.

Senador Eduardo Siqueira Campos, quero agradecer a V. Ex^a as palavras que dirigiu a minha pessoa, como representante do Estado e também o reconhecimento a esta grande rede hospitalar, a Rede Sarah.

Muito obrigado.

O Sarah São Luís, que data de 1993, tem 130 leitos e registrou naquele mesmo ano 200 mil atendimentos; inaugurado um ano depois, o Sarah de Salvador conta com 157 leitos e anotou 289 mil atendimentos; o Sarah Belo Horizonte, 252 mil atendimentos; o Sarah de Fortaleza, 68 mil atendimentos; o do Rio de Janeiro, que funciona como Centro de Reabilitação Infantil, com 30 mil atendimentos.

Então, é com orgulho, portanto, que recebemos o Sarah Amapá, que vem juntar-se às demais unidades Sarah instaladas em todo o Brasil.

Ao cumprimentar os servidores e a direção da Rede Sarah, na pessoa do seu Presidente, o Dr. Campos da Paz, quero estender meus cumprimentos às autoridades de todo o Estado do Amapá, sobretudo quero me rejubilar com o povo do meu Estado e de todo o extremo norte do Brasil, que agora passa a contar com assistência médica de inquestionável qualidade, proporcionada por uma rede hospitalar com prestígio e reconhecimento, dentro e fora do nosso País.

Quero aqui fazer uma referência à Rede Sarah, porque estive presente na inauguração do Hospital Sarah. Lá, infelizmente, senti o constrangimento de quem é Oposição, pelo fato de ser do PSDB e estar participando de um processo, que, tenho certeza absoluta, não foi da comitiva do Presidente da República; foi discriminação local mesmo. Quero registrar que, pelo menos as pessoas educadas e bastante políticas, no sentido de fazer uma retribuição àqueles que merecem, tiveram a atenção que deveríamos ter. Como representantes do Estado do Amapá, estávamos presentes os três Senadores. A Dr^a Lúcia Braga, grande figura técnica e administrativa da Rede Sarah, e o seu Presidente, o Dr. Campos da Paz, deram a atenção necessária a nós, Parlamentares, que estamos lutando para conseguir, cada dia mais, apoio ao Sarah.

Aproveito a oportunidade também para dizer que, da minha emenda pessoal de R\$3,5 milhões, eu encaminhei, no primeiro ano, R\$1,5 milhão ao Hospital Sarah; no segundo ano, R\$1,3 milhão para o Hospital Sarah Amapá. E conseguimos aprovar, na Comissão de Assuntos Sociais, uma proposta de R\$67 milhões, que saiu daquela Comissão como mais uma emenda para o Hospital Sarah.

Sr^a Presidente, muito obrigado pela sua paciência. Tenha certeza de que não foi em vão; foi uma grande homenagem a esta grande rede hospitalar.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador Papaléo Paes.

Com a palavra o Senador Tião Viana, por cessão do Senador João Batista Motta.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal a boa notícia da visita do Sr. Presidente da República à Amazônia Brasileira, de modo muito distinto ao nosso querido Estado do Acre. Naquela ocasião, o Presidente Lula reafirmou a condição do nosso País como líder integrador de toda a América do Sul e a consolidação, pela primeira vez na história secular das relações diplomáticas Brasil?Peru, de cordialidade, de boa vizinhança, de destinos comuns entre o Brasil e o Peru, da integração física, através do Município de Assis Brasil, na fronteira do Acre com o Peru e com a Bolívia.

Hoje, a integração física está consolidada entre os nossos povos. O rio, que era marco de fronteira, já não nos separa. Presenciamos a passagem de caminhões e de carretas que levam produtos brasileiros para o Peru e de inúmeros veículos de transporte que trazem produtos e pessoas para um intercâmbio cultural, político e social entre nossos povos.

Essa é uma notícia de mais alta relevância, pois confirma a posição ativa do Governo do Presidente Lula em promover, na América do Sul, uma política estável, próspera e pautada nos ideais de democracia e de justiça social. É um momento bonito da história da Amazônia brasileira. Vinte milhões de cidadãos da Amazônia passaram a ficar de frente para a América andina, para os irmãos peruanos e bolivianos, e 33 milhões de cidadãos do Peru e da Bolívia estarão de frente para nós, como povos irmãos do povo brasileiro. Então, aquela frente voltada para a Ásia na aquisição de produtos para o necessário abastecimento dos bens de consumo do povo peruano agora se volta, de fato, para um primeiro grande passo da unificação da América andina. Então, aquilo que já é uma marca do governo brasileiro, consolidada no Governo do então Presidente José Sarney, com a criação do Mercosul, continua com a evolução deste processo de integração com outros presidentes, como o Presidente Fernando Henrique, que levou o asfaltamento até a fronteira do Brasil com o Peru. Agora o Presidente Lula confirma, num marco de fronteira, a integração física em algo que remonta a vários séculos nas relações Brasil e Peru. Isso é algo que nos anima, que nos traz mui-

ta esperança e tem pautado, com toda coerência, a política externa do Governo brasileiro em relação à América do Sul. Hoje o Brasil tem na América Latina o principal parceiro comercial. Não temos aquela idéia de que o Brasil depende, econômica e culturalmente, dos países da União Européia ou dos Estados Unidos. Não! Hoje temos a América Latina como uma grande irmã de mercado. E queremos, na consolidação física e políticas públicas de modo geral, a certeza de que os traços de cultura que nos une, a responsabilidade política que une o Governo brasileiro com os países sul-americanos, se afirmam com esse tipo de atitude que tomou o Presidente da República. Estava lá o Presidente Alejandro Toledo, que também fez uma belíssima manifestação de apreço e expectativa na consolidação dos laços de fraternidade e irmandade que devem nortear as políticas entre o Brasil e o Peru, confirmando o Presidente Toledo que nós, como povos irmãos, já não precisamos mais de passaporte diplomático. Temos apenas a exigência da carteira de identidade quando somos abordados em qualquer setor da segurança do Peru, como os irmãos peruanos, no lado brasileiro, que está confirmando também, já oficializando os últimos detalhes desse acordo.

Então, Sr. Presidente, foi um momento muito especial para a vida da América do Sul a confirmação de que a América Andina hoje é a América Andina vinculada ao Brasil. O Brasil, como pólo físico integrador, político cultural e social dos destinos da América do Sul, tendo feito o que fez dentro do Mercosul, numa visão de elevação das relações comerciais, diplomáticas, sociais, culturais e políticas, cumpriu muito bem isso.

Na direção da integração sul-americana, três grandes vertentes são afirmadas pelo Governo brasileiro: fortalecimento do diálogo em coordenação política, a integração econômica e comercial e a interação da infra-estrutura física de transportes, energias e comunicações.

Nessa terceira vertente, temos uma ponte interligando esses dois pontos. Quanta emoção nos causou a presença de carreta de uma transportadora já se dirigindo para os chamados departamentos peruanos, levando os produtos nossos! Eu mesmo pude, com amigos, familiares, atravessar o rio e comprar produtos básicos para trazer como lembrança, como algo que diz respeito ao afeto que deve unir os nossos povos. Porque é incrível, um rio com algumas dezenas de metros nos separava completamente. A comida dos irmãos peruanos é completamente distinta, de um lado do rio, da comida dos irmãos brasileiros, do outro. Não sabíamos o que eles tinham para nos vender e eles não tinham acesso direto ao que nós tínhamos para vender. Então, regiões distintas em peculiaridades culturais, econô-

micas, em suas vocações, em seus destinos, agora se unem de maneira definitiva e inseparável.

Portanto, é uma obra que marca a autoridade de gestor do Governador Jorge Viana no cenário nacional como unidade federada. O Acre é um Estado que cresce mais de 20% ao ano nos últimos anos, que se afirma entre os quatro Estados de melhor PIB proporcional do Brasil como resposta de crescimento, e agora passa a ter outra realidade, pois temos a responsabilidade de veicular o interesse de 20 milhões de amazônidas – dos irmãos de Rondônia, do Amazonas e de outros Estados –, para que possam, de fato, chegar aos 33 milhões de cidadãos peruanos e bolivianos que estão integrados conosco nessa ponte.

O Presidente Lula já havia feito a inauguração da integração física com a Bolívia na nossa fronteira. É algo que nos causa muita surpresa a lembrança histórica de que não tínhamos essa integração física. Então, havia a dificuldade da aproximação entre os povos sul-americanos. Era como se fosse pouco inteligente, pouco diplomático em termos de visão estratégica consolidar a aliança com os povos latino-americanos.

Desde o Mercosul, esse processo vem mudando, e a gestão do Presidente Lula se torna inédita; um Governo que confirmou um crescimento das nossas exportações na América Latina em 50% no primeiro ano e em mais 50% no segundo ano. Isso é inédito! É um Governo que se afirma como liderança efetiva nos países emergentes. Os próprios observadores e analistas europeus dizem que o Brasil pode, sim, se afirmar como potência hegemônica no cenário internacional. Analisando-se o papel do Brasil no G-20 e na Organização Mundial do Comércio, verificamos que esses são momentos novos que consolidam nossa grande política externa.

Em seguida, ouvirei o aparte do Senador Augusto Botelho, que quer contribuir para o meu pronunciamento por ser de um Estado com posicionamento estratégico, Roraima, voltado para a América do Sul em seu pólo superior, tendo os irmãos colombianos e venezuelanos a um passo deles também. Sei do esforço de integração que tem feito o Governo Federal e os Parlamentares da região de Roraima.

O Brasil tem quatro idéias-força em relação ao processo estratégico na América Latina. Primeiro, a consolidação do processo de política interna e a democracia dos países vizinhos.

Anima-nos muito hoje a tendência do voto pela social democracia ou pelo próprio modelo socialista dentro da América do Sul e na América Latina, como um todo, Chile, Venezuela, Bolívia, Peru e os países vizinhos; a pressão afirmativa do Brasil para que haja paz nos países vizinhos no campo político e ideológico.

gico e para que o interesse nacional esteja sempre muito presente e o interesse de bloco político e cultural, fortalecido.

A segunda idéia-força é a de que as fronteiras não possam constituir espaço de separação, mas, sim, um ambiente de união cada vez mais intenso entre os nossos povos.

A terceira idéia-força é a de que a geração de autoconfiança das relações entre os países da América do Sul passe necessariamente pelo incremento das relações comerciais do Brasil com seus vizinhos.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, venho debatendo triste exemplo ocorrido anos atrás. O Brasil exporta mais de US\$70 milhões para Cuba por ano e compra US\$6 milhões. Não é uma relação fraterna em seu sentido pleno. Precisamos estender mais a mão, comprar mais, ter relações comerciais mais sólidas e solidárias com esse país. Então, algo que traz ânimo e esperança é essa visão de idéia-força estratégica por parte do Governo brasileiro.

A quarta idéia-força é a promoção da integração física do continente, como fez o Presidente Lula agora, com essa ponte. No discurso do Governador Jorge Viana, do Presidente Alejandro Toledo, do Presidente Lula, via-se claramente a decisão de que essas Idéias-força sejam cumpridas à risca no Governo do Presidente Lula.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Senador Tião Viana, fiz um aparte a V. Ex^a para dizer-lhe que esse rio que separa o Peru do Brasil une os povos do Acre e da cidade vizinha. Lá em nossa fronteira com a Venezuela temos esse sentimento, tanto do nosso lado quando do lado deles. A nossa linha de fronteira não separa os dois países, mas os une. Tenho certeza de que V. Ex^a terá esse sentimento, daqui a alguns anos, quando as coisas se aproximarem mais. Já temos intercâmbio cultural com a Venezuela. Temos muitos estudantes de Roraima fazendo universidade na Venezuela. Lamento que, com a Guiana, infelizmente essa doença que aflige o Brasil, a corrupção, faz com que as obras da ponte de ligação com a Guiana estejam paradas há quase cinco anos por irregularidades. O Acre teve mais sorte porque tinha o irmão de V. Ex^a no Governo e fez o negócio rápido, sem problemas. É este o sentimento que V. Ex^a está transmitindo e que já existe entre o Brasil e a Venezuela, de união entre os povos, de cooperação. Os dois prefeitos são como dois irmãos. Outro dia, fui ao aniversário de um ano de mandato do Prefeito de Pacaraima, e o Prefeito de Santa Helena veio e parti-

cipou de tudo. Houve uma luta de boxe entre os dois países. Quer dizer, a gente se aproxima em tudo, em danças, em músicas etc. Os roraimenses já sabem dançar as músicas do Caribe. Espero que, logo, logo, as crianças saibam tocar aquelas lindas músicas de flauta do Peru. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o aparte que enriquece o meu pronunciamento.

Terminarei, Sr^a Presidente, relatando os números para mostrar o vigor, a responsabilidade política e a grandeza do Governo do Presidente Lula, quando o assunto é política externa. Olhe V. Ex^a que, em 2002, no último ano do governo anterior, as exportações do Brasil para os países da América Latina foram da ordem de US\$10 bilhões e as importações, da ordem de US\$8 bilhões. No ano de 2004, no Governo do Presidente Lula, tivemos US\$21 bilhões de exportação e US\$10 bilhões de importação. No ano de 2005, exportamos US\$27.208.563.196 para os países da América Latina, com uma importação da ordem de US\$11.681.760.653.

Então, é inquestionável essa política externa para a América Latina. A credibilidade, a grandeza política com que o Presidente Lula estende os gestos de fraternidade e solidariedade aos presidentes latino-americanos e a grandeza com que se apresenta, cumprindo o desafio de fazer com que os laços de relações diplomáticas se transformem não em processos de separação espacial, mas em processos que confirmem o desejo de fraternidade e de irmandade entre o povo brasileiro e os povos latino-americanos, é algo que deve nos encher de orgulho – e muito orgulho.

Saio desse evento com a maior alegria, em nome de todo o povo do Acre, cumprimentando o Governador Jorge Viana pela confirmada liderança regional entre os povos da América Andina, e o Presidente Lula, por se afirmar com a grandeza de estadista que é em toda a história da América Latina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para falar sobre uma das iniciativas que considero mais importantes da história recente da vida política da América do Sul. Trata-se do Parlamento Mercosul, que teve a criação aprovada em dezembro passado.

A decisão, formalizada por meio de protocolo assinado pelos Presidentes dos países-membros do

Mercosul, na última reunião de chefes de Estado, realizada em Montevideu, em nove de dezembro do ano passado, consolida o processo de construção da nova instituição.

Com sede em Montevideu, o Parlamento do Mercosul será instalado definitivamente até 31 de dezembro deste ano, contando inicialmente com 18 integrantes por país indicados pelos respectivos congressos nacionais.

Na condição de órgão de representação dos povos do Mercosul, independente e autônomo, o Parlamento do Mercosul integrará a estrutura institucional do bloco junto aos Poderes Executivos e ao Tribunal Permanente de Solução de Controvérsias do Mercosul, com sede em Assunção, no Paraguai.

A partir de 2011, constituído por sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos, o Parlamento do Mercosul cumprirá o papel de canal de comunicação com a sociedade civil e caixa de ressonância para as reivindicações dos setores impactados pelo processo integracionista.

O Parlamento é o “coração político do Mercosul”, como bem disse o Deputado uruguaio e presidente **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Roberto Conde, que coordenou a finalização do texto do protocolo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse sentido, quero destacar papel relevante desempenhado pelo Congresso Nacional Brasileiro no processo de construção do Parlamento do Mercosul.

Em particular, neste momento decisivo, tem sido da máxima importância o apoio político e institucional, em especial dos Presidentes do Senado Federal Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Em particular, gostaria de ressaltar as palavras do Presidente Renan Calheiros, durante vista do Presidente da Argentina Néstor Kirchner, a esta Casa.

Em sua manifestação, o Presidente do Senado afirmou que “sempre confiou na integração, no entendimento, na superação das diferenças e na construção de um futuro apoiado na comunhão de interesses”.

Ele lembrou que “essa confiança foi demonstrada sem alarde, com o trabalho cotidiano das comissões responsáveis por fazer avançar o projeto integrador em todos os seus aspectos, aprovando os projetos bilaterais e Mercosul submetidos ao Legislativo”.

“Saúdamos, assim, com grande entusiasmo, a aprovação, pelos Presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que visa aprofundar nossa integração política. Estamos convencidos de que sua instalação, até o final deste ano, seguramente contribuirá para o

fortalecimento da região”. Palavras do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

A importância do Parlamento do Mercosul, destacada pelo Presidente Calheiros, ganha ainda mais relevância neste momento em que o processo de unidade sul-americana avança para um novo patamar político e, especialmente, econômico.

Mais do que definições ideológicas, as sociedades sul-americanas e seus atuais dirigentes têm expressado uma nova visão em relação ao processo de integração e de relação, soberana, mas sem preconceitos, com a economia globalizada e os países centrais.

Até agora limitado às relações comerciais, o processo de integração passou, recentemente, a contar com uma nova agenda que aponta para os terrenos da infra-estrutura, especialmente energética, da busca de uma política industrial comum e do compartilhamento soberano das riquezas naturais dos países do Bloco.

No último encontro realizado em Brasília, os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Néstor Kirchner, defenderam a construção de uma política industrial comum para o Mercosul, com a atração de investimentos e programas de inovação tecnológica que resultem em desenvolvimento para todas as regiões.

Na semana anterior, os Presidentes Néstor Kirchner e Hugo Chávez, da Venezuela, firmaram documento propondo a criação do Fundo de Financiamento Latino-Americano, com o objetivo de assegurar novos e mais independentes caminhos para o desenvolvimento econômico e social dos países do Bloco.

A integração energética também ganhou novos contornos com projetos comuns e em parceria nas áreas do gás, do petróleo e da energia elétrica, com o poder de conformar uma nova base de desenvolvimento para as economias do conjunto dos países da América Latina.

A partir dessa nova visão, o gás da Bolívia, por exemplo, pode ser capaz de contribuir para promover o desenvolvimento em toda América do Sul. Mas, ao mesmo tempo, também deve resultar em benefícios para o povo boliviano, como destacou o Presidente recém eleito Evo Morales, citando como exemplo a importância de novos investimentos em energia, para tirar do isolamento e da miséria muitas regiões do seu país.

Em dezembro passado, Brasil, Venezuela e Argentina assinaram acordo trilateral, com o objetivo de iniciar imediatamente estudos de viabilidade para implantação de um gasoduto de cerca de 8 mil quilômetros, a partir da Venezuela, unindo aquele País ao Brasil e Argentina.

Ainda no terreno da energia, inúmeras são as iniciativas que buscam promover a integração e a troca de energia elétrica entre as diversas regiões, como já ocorre hoje entre Brasil e Paraguai, que juntos exploram Itaipu, mais Venezuela, Argentina e Uruguai. A entrada da Venezuela e a possível adesão da Bolívia ao Mercosul dão outra dimensão para o bloco, abrindo uma nova e histórica vertente de integração, com bases econômicas mais sólidas e estratégicas que possam resultar na união da América Latina.

Antes restrito apenas ao Sul da América do Sul, o Mercosul tende a tornar-se, com isso, um poderoso pólo agregador, com poder de atração dos demais países da região, e mesmo do bloco Andino, por exemplo, selando um processo de ampla unidade de toda a América do Sul.

Uma prova disso seguramente está em dois eventos deste final de semana. O Presidente Lula, que inaugurou a ponte no rio Acre, muito bem referida e salientada aqui pelo Senador Tião Viana, neste final de semana, que promove a integração na região de fronteira entre o Brasil e o Peru, e mais do que isso, ligando o Brasil ao pacífico, desmanchando um muro de mais de 400 anos com os países do Bloco Andino especialmente.

Também quero ressaltar a manifestação do Presidente Lula, durante a posse do Presidente da Bolívia Evo Morales, quando foi demonstrada a disposição de organizar o apoio aos países do Mercosul ao processo de recuperação e desenvolvimento da economia boliviana.

As sucessivas eleições de presidentes com perfil de esquerda, nacionalista ou social democrata expressam uma nova consciência das populações sobre as potencialidades econômicas de suas regiões e também das novas exigências de convivências social, política e econômica na economia mundial.

A integração das economias nacionais, com suas diferentes potencialidades, e com a devia utilização das riquezas naturais da região em benefício de seus respectivos povos, dá ao Mercosul uma nova condição para a efetiva e soberana integração da América do Sul na economia globalizada.

A promoção do desenvolvimento sustentável dos países-membros e o tratamento especial para as regiões com menor grau de desenvolvimento está entre os princípios básicos do Parlamento do Mercosul, fundamentados no artigo terceiro do Protocolo.

Nesse sentido, na condição de Presidente da seção-Brasil da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, reafirmamos aqui o nosso compromisso com os desdobramentos do processo de integração em curso, com a certeza de que somente a prosperidade

econômica pode tornar vitorioso qualquer processo de integração, que promova o acesso democrático ao desenvolvimento, à geração de emprego e de renda para todas as regiões, especialmente as mais pobres.

O Sr. Marcelo Crivella (PMR – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sérgio Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (PMR – RJ) – Senador Sérgio Zambiasi, eu gostaria apenas de parabenizar V. Ex^a, que é um estadista à altura das tradições políticas do Rio Grande do Sul. V. Ex^a é hoje uma das pessoas que mais conhecem os problemas da sua terra. E quando se refere ao Mercosul, transpõe as fronteiras e fala de um problema conjuntural que envolve não só o Sul, mas todo o nosso País. V. Ex^a falou muito bem da importância que precisamos dar a esse acordo entre quatro Países. Na verdade, hoje, Uruguai e Paraguai, Senador Sérgio Zambiasi, ficam perguntando o que estão ganhando com o Mercosul. E o Paraguai por mais uma razão: em 1865, na Guerra do Paraguai, disputada no solo de V. Ex^a, o Conde d'Eu, genro de D. Pedro, fez um genocídio. A guerra acabou em dois anos. Nos outros três, ele mandou liquidar todos os meninos acima de doze anos. E o Paraguai entrou no século XX com uma população masculina muito reduzida. Os livros de História mostram isso. O Paraguai era, àquela época, a grande potência do Cone Sul, fabricava navios, locomotivas. Tinha um exército de 80 mil homens, com 60 mil na reserva. Foi necessário o Brasil, a Argentina e o Uruguai para enfrentar o Paraguai. Nunca mais o Paraguai foi o mesmo devido a esse genocídio pelas tropas dos voluntários da Pátria, chefiados pelo Conde d'Eu. Então, V. Ex^a tem toda a razão, um processo de desenvolvimento regional precisa não só priorizar as exportações da Argentina para o Brasil e do Brasil para a Argentina, como também levantar o Uruguai e o Paraguai. Eu sei que o Uruguai possui três milhões de habitantes; o Uruguai é uma Porto Alegre. Mas se não fizermos um desenvolvimento regional importante, amanhã mesmo essas disparidades vão surgir em conflitos nas fronteiras. Por exemplo, com contrabando de CDs, cigarros e até soja, quantos bilhões o Brasil não perde? Portanto, parabéns a V. Ex^a. Este é um tema que o Congresso precisa saber de cor. Cada Senador aqui precisa saber o que V. Ex^a conhece sobre o Mercosul e sobre o Tratado, a importância estratégica para o Brasil de que esse projeto tenha sucesso. V. Ex^a conta cada vez mais com a admiração dos seus companheiros nesta Casa. Parabéns!

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Marcelo Crivella, muito obrigado pela sua manifestação, que enriquece o meu pronunciamento. Nós,

do Rio Grande do Sul, sabemos bem da importância dessa integração, pois temos praticamente mil quilômetros de fronteira seca com o Uruguai e outros mil quilômetros de fronteira com a Argentina, separados por águas. Sabemos da importância de uma ponte – temos a Ponte Internacional, entre Uruguai e Paso de Los Libres, que liga o Brasil com a Argentina, e agora o País está ligado ao Peru pelo Acre, portanto, ao Pacífico praticamente – e das Nações mais ricas estendendo as suas mãos para as Nações mais pobres da América do Sul, com o objetivo de formarmos um só bloco.

Hoje, a América do Sul tem três blocos: o Mercosul, o Bloco Andino e um bloco de países independentes. O nosso sonho, a nossa expectativa é que no futuro os países do norte da América do Sul entendam o significado do Mercosul – a Venezuela já entendeu – e agreguem-se, associem-se, para que nos transformemos num grande bloco de irmãos sul-americanos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Ouço-o com prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, queria congratular-me com V. Ex^a, que surgiu na política por meio da profissão, do rádio, do jornalismo. Lembrava-nos Carlos Lacerda. Quero render homenagem não só a V. Ex^a, que representa aquele Estado que possui uma beleza de história, com a Guerra de Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, os Lanceiros Negros, mas ao Senador Pedro Simon, companheiro de V. Ex^a com o Senador Paulo Paim. S. Ex^a se eternizou, quando governou o Estado, por dois fatos: foi o primeiro Governador a criar uma Secretaria de Ciência e Tecnologia e o primeiro a pensar no Mercosul, que V. Ex^a tão bem defende.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O Senador Pedro Simon é vice-Presidente da nossa Comissão Conjunta do Mercosul e um dos precursores deste histórico movimento, que se consolida, no seu 15º ano de existência, com a formação, logo à frente, do Parlamento do Mercosul.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De acordo com o Regimento, a Presidência vai conceder a palavra, pela Liderança, para

uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Marcelo Crivella. E, em segundo lugar, dentro do critério de intercalar os oradores regularmente inscritos com as comunicações inadiáveis, à Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos. Depois retornaremos à lista de oradores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, ocupo hoje esta tribuna porque ontem fez seis meses que Jean Charles de Menezes foi assassinado covardemente por autoridades policiais da Inglaterra, na estação de metrô de Stockwell, com sete tiros na cabeça e um no ombro.

Esse brasileiro humilde, que foi para a Inglaterra a fim de ajudar a sua família, residente em Gonzaga, Minas Gerais, deixou em 200 milhões de imigrantes que vivem pelo mundo uma expectativa: será, meu Deus do céu, que o berço da democracia e do neoliberalismo, aquela Nação que há tantos anos vem em defesa dos direitos humanos vai agora diluir a culpa de um assassinato brutal em uma hierarquia, em uma cadeia de comandos? E nós sabemos que quando todos são culpados ninguém é punido. Ou será que vão colocar a culpa no Regimento?

Nós da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a imigração ilegal estivemos no Parlamento inglês. Falamos com os Lordes e com os Comuns. Estivemos também na Comissão Independente que investiga os atos de arbitrariedades da Polícia. Todos nos disseram que as investigações seriam conduzidas de maneira a se encontrar o responsável.

Eu não venho à tribuna do Senado chorar as mágoas de um concidadão. Venho também em nome de 200 milhões de seres humanos que hoje vivem espalhados pelo mundo, longe da sua terra natal, que são os imigrantes.

Eu quero lembrar que, entre 1850 e 1950, 52 milhões de europeus saíram da Europa em direção às Américas. A maioria deles para o Canadá, os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina. Eles foram muito bem recebidos. Mas os fluxos migratórios são cíclicos e muitas vezes tomam direções opostas. Hoje são os brasileiros, os sul-americanos, de modo geral, que emigram para a Europa, para os Estados Unidos e muitos até para o Oriente, para o Japão.

Neste momento de globalização, neste momento em que pagamos juros tão altos da nossa dívida e que permitimos cada vez mais, com a nossa política monetária, que os capitais entrem em nosso País, nos países mais pobres, com um sentido especulativo, apenas para entrar e sair, sem compromisso das nossas Bolsas, ou

então no mercado financeiro, comprando títulos da dívida pública não só do Brasil, mas da Argentina, da Colômbia, de todos esses Países, remunerados a juros altíssimos, esperávamos mais consideração dos Países que são hoje receptáculos, eu diria, dos nossos emigrantes.

Portanto, faço aqui um apelo. E tenho certeza de que as autoridades inglesas, pela repercussão que um pronunciamento da tribuna do Senado tem, saberão da investigação de um assassinato brutal de um brasileiro humilde que estava na Inglaterra, como disse, trabalhando e gerando riqueza para eles.

Aliás, abro um parêntese, Senador Augusto Botelho. Lembro-me de que, em visita ao Parlamento inglês, na Câmara dos Lordes, na Comissão de Direitos Humanos, um dos Lordes me entregou um relatório sobre o impacto econômico da imigração na Inglaterra. Ele disse que é positivo, porque os ingleses estão vivendo mais, portanto, usufruindo por um período maior da sua aposentadoria. E para continuar dando certo essa equação é preciso haver quatro trabalhando para um aposentado. A população inglesa não cresce. Cinquenta e oito por cento dos adultos homens são solteiros, portanto, não têm filhos. Quem conta nessa equação são os imigrantes, e – ele me disse – de maneira muito profícua porque vão para o País, trabalham, na maioria das vezes não levam família, não fazem uso dos serviços sociais e não vão se aposentar na Inglaterra. Depois de um período, vão juntar dinheiro e voltar para os seus países de origem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente, mas quero derramar neste plenário a minha indignação por saber hoje que a investigação que me prometeram se concluiria até o final de dezembro ainda não chegou a um ponto definitivo. O que nós queremos é o culpado.

Queremos deixar claro também que hoje há dois milhões de brasileiros vivendo na diáspora. Em qualquer parte do mundo onde se cometa uma violência contra um nacional, contra um brasileiro, por mais humilde que seja, fiquem certos de que, por trás desse brasileiro, existe um Parlamento, uma sociedade, um Governo, uma Nação que vai incomodar, que vai ao país, como fomos – Ministério Público, Polícia Federal, Itamaraty, uma comissão de Parlamentares, para requerer justiça. Nenhum brasileiro, onde quer que esteja, estará desamparado.

Quero também dizer que acho um absurdo se considerar um ser humano ilegal. Um ser humano não pode ser considerado ilegal, principalmente no berço do neoliberalismo, que prega a globalização, sobretudo o livre tráfico dos capitais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Já anunciando as palavras da Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso, para uma comunicação de caráter pessoal e inadiável, a Presidência gostaria de anunciar a presença da Ordem do Sagrado Coração de Cristalina, do Estado de Goiás, que esteve acompanhando nossas sessões, e também gostaria de agradecer a presença de todos aqueles que acompanham a sessão não-deliberativa através das galerias, da Tribuna de Imprensa e da Tribuna de Honra.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após ouvir o Senador Eduardo Siqueira Campos agradecer a todos os telespectadores que assistem à nossa TV Senado, quero dizer que um dos motivos da minha comunicação inadiável é o anúncio de que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, está hoje na Assembléia Legislativa do meu Estado de Mato Grosso, estreitando relações entre a TV Câmara e a TV da Assembléia Legislativa do meu Estado. Este é um momento muito importante, porque é o fortalecimento de redes de televisão públicas, da mais alta relevância para a informação do povo brasileiro.

Voltarei a tratar do assunto oportunamente, pois S. Ex^a está lá neste momento. Infelizmente, eu não pude estar presente ao evento, mas quis fazer este comunicado por considerar este um momento muito importante para Mato Grosso. Parabenizo tanto o Deputado Federal Aldo Rebelo, Presidente da Câmara, como o Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, Deputado Silval Barbosa, do qual fui colega e companheira de Parlamento estadual durante algum tempo.

Quero também saudar a nossa Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, apontada pelo jornal **The Independent**, de Londres, como uma das dez maiores personalidades do mundo em defesa do meio ambiente, chamadas ecoguerreiras. Todos sabemos do esforço, do trabalho, da vontade e da determinação política da Ministra Marina Silva na defesa do meio ambiente. Sua luta é grande, e S. Ex^a é muito criticada e, muitas vezes, até maltratada. Mas vale a pena, pois órgãos sérios, como o jornal **The Independent**, a avaliam como uma das dez maiores personalidades do mundo na defesa do meio ambiente.

Sr. Presidente, farei um breve relato de dados do nosso turismo internacional.

Ações e resultados da equipe da Embratur em 2005. São números que, acredito, consolidam o cres-

cimento do nosso setor e dão ao turismo um papel importante no desenvolvimento econômico do Brasil.

O Brasil esteve em 54 feiras internacionais (40 de turismo e 14 comerciais), com a participação de 569 co-expositores, em 736 módulos vendidos. Será mantido esse mesmo número de eventos neste ano de 2006.

Vinte e sete eventos internacionais foram captados para o Brasil com apoio da Embratur, o que deverá gerar a vinda de 23 mil estrangeiros para diferentes Estados brasileiros.

A Caravana Brasil teve 32 saídas, sendo 28 delas internacionais. O programa envolveu 450 agentes locais em 124 cidades visitadas, com a participação de quase trezentos operadores.

No programa de *press trips*, foram atendidos 127 jornalistas estrangeiros, que conheceram 123 destinos.

O programa “Excelência em Turismo – Aprendendo com as Melhores Experiências Internacionais” levou 69 operadores brasileiros para conhecer práticas de projetos em seis países e terá continuidade em 2006.

Os Escritórios Brasileiros de Turismo realizaram, ao longo do ano, 35 treinamentos... Enfim, são muitos os dados. Infelizmente, o tempo não é suficiente para dizê-los todos.

Foram divulgados, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, oito edições do “Boletim de Desempenho Econômico do Turismo”.

Todos esses programas resultam em números recordes para o turismo brasileiro. Devemos superar este ano 5,5 milhões de estrangeiros, que deixarão aqui quase US\$4 bilhões. E isso só é possível com o trabalho de todos, especialmente da equipe do Ministério do Turismo. Esse trabalho vem sendo desenvolvido pelo Presidente da Embratur, Sr. Eduardo Sanovicz, e por sua equipe de profissionais, sob o comando competente do Ministro Walfrido dos Mares Guia.

Os dados nos surpreendem e sabemos que o ano de 2006 será extremamente promissor no turismo do Brasil, a se confirmarem os dados aqui colocados. Cinco milhões e meio de turistas trarão para o Brasil US\$4 bilhões em divisas para o Brasil.

Finalizando, quero solicitar que, por não poder falar de todos os números sobre o turismo, que são fantásticos, sejam eles registrados nos Anais do Senado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA,
DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS
SLHESSARENKO.**

A SRA. SERYS SLHESSARENKO ((Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dados do turismo internacional, ações e resultados da equipe da Embratur em 2005 são números que, acredito, consolidam o crescimento do nosso setor e dão ao turismo um papel importante no desenvolvimento econômico do Brasil.

O Brasil esteve em 54 feiras internacionais (40 de turismo e 14 comerciais), com a participação de 569 co-expositores, em 736 módulos vendidos. Será mantido o mesmo número de eventos neste ano.

Vinte e sete eventos internacionais foram captados para o País, com o apoio da Embratur, o que deverá gerar a vinda de 23 mil estrangeiros para diferentes estados brasileiros.

A Caravana Brasil teve 32 saídas, sendo 28 delas internacionais. O programa envolveu 450 agentes locais em 124 cidades visitadas, com a participação de 295 operadores.

No programa de *press trips*, foram atendidos 127 jornalistas estrangeiros, que conheceram 123 destinos.

O “Excelência em Turismo – Aprendendo com as Melhores Experiências Internacionais” levou 69 operadores brasileiros para conhecer práticas de projetos em seis países. Terá continuidade em 2006.

Os Escritórios Brasileiros de Turismo realizaram, ao longo do ano, 35 treinamentos de agentes de viagens, com 2.469 participantes; quatro seminários “Descubra Brasil” para 485 operadoras; além de terem apoiado mais de 15 novos vôos para o Brasil. Já são 55 novas operadoras lá fora vendendo nossos destinos.

Iniciamos uma ampla campanha de *marketing*, a partir do Plano Aquarela, em Nova Iorque, e em quatro países da América do Sul, com estratégias diferenciadas em cada mercado. São campanhas de longo prazo e que aproveitam a baixa temporada para obtermos uma ação mais consistente e de menos custo nestes países. Em janeiro, começam as ações na Europa.

Divulgamos, em parceria com a FGV, oito edições do “Boletim de Desempenho Econômico do Turismo”, que vêm mostrando, por meio do próprio mercado que é consultado, o quanto nossa atividade aponta para a expansão.

Todos esses programas resultam em números recordes para o turismo brasileiro. Devemos superar este ano 5,5 milhões de estrangeiros, que deixarão aqui quase US\$4 bilhões. E isso só é possível com o trabalho de todos, especialmente da equipe do Ministério do Turismo.

Como vemos, são números fantásticos sobre o turismo, trabalho este desenvolvido pelo Presidente da Embratur, Sr. Eduardo Sanovics, com sua equipe profissional, sob o comando competente do Ministro Walfrido Mares Guia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Por permuta com o Senador Mão Santa, falará agora a nobre Senadora Fátima Cleide.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço ao Senador Mão Santa pela permuta.

Também quero me juntar à Senadora Serys Slhessarenko na saudação que faz à Ministra Marina Silva, pelo merecido título de ecoguerreira recebido pela Ministra. Não é fácil, pois sabemos que ela é sobretudo uma sobrevivente, porque todos os dias, neste País, morrem ecoguerreiros na defesa não apenas do meio ambiente, mas sobretudo da vida. Neste Senado Federal, como companheiros e companheiras que somos da Senadora Marina Silva, hoje Ministra, temos que lutar principalmente pela preservação de sua vida, que por muitas vezes já foi ameaçada. Por isso, repito que a Ministra é uma sobrevivente nessa luta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é um tema aqui já reportado por vários Parlamentares. Fico muito feliz de vir aqui hoje e dizer que a eleição da chilena Michelle Bachelet e a vitória do Presidente Evo Morales, na Bolívia, sinalizam uma tendência de transformações na América do Sul.

Após longo período de hegemonia neoliberal, com a eleição de governos conservadores, o cenário político vem sendo ocupado por lideranças formadas nos movimentos sociais em luta por soberania e integração regional. E essa nova expressão política no continente sul-americano se inaugurou com a eleição do Presidente Lula, no Brasil, e hoje avança com a eleição de Evo Morales, na Bolívia, e de Michelle Bachelet, no Chile.

Sr. Presidente, há, sim, forte favoritismo para candidatos de esquerda e de centro-esquerda em vários países da América Latina, em mais de uma dezena de eleições que se realizarão no nosso continente, em 2006.

As promessas do neoliberalismo, fundadas no Estado mínimo e na regulação da economia pelo próprio mercado, não encantam mais as classes populares, arrasadas pelo desemprego e pela perversa falta de atendimento básico à educação e à saúde, situação essa implementada por sucessivos governos que submeteram nosso pobre e rico continente às determinações da economia norte-americana.

A eleição do metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva rompe com a hegemonia conservadora e inicia a superação desse quadro de sucateamento do Estado e das economias regionais.

A capacidade de diálogo e de reconstrução dos Estados nacionais, diante das economias destruídas pela ânsia excludente e pela pretensão globalizante do neoliberalismo, alimenta as condições de vitória das esquerdas nas nações latino-americanas, em 2006.

Neste movimento restaurador, a inclusão social, tanto nos serviços básicos do Estado quanto no combate à desigualdade social e econômica, assume como estratégia prioritária a marca do Brasil: um País de todos.

É nesse contexto que as eleições de Michelle Bachelet e Evo Morales cumprem, para o mundo, um papel simbólico de retomada histórica.

A eleição de Evo Morales é a caracterização da vitória dos colonizados frente aos colonizadores. Os movimentos indígenas rejeitaram as soluções impostas com governos que foram derrubados pelos movimentos de massa.

Na América do Sul, a eleição de um líder indígena – Aymara – para a presidência, pela primeira vez em 513 anos, desde a invasão dos territórios da América Latina e do Caribe pelos colonizadores, é um passo largo e firme para os povos deste continente.

Conforme o sempre lúcido e oportuno Professor Emir Sader, essa é uma vitória que propõe resgatar a identidade e o direito de se governar por populações indígenas – Aymara, Quéchua, Guarani –, com que se identifica mais de 70% da população daquele país.

O próprio presidente eleito propõe uma revolução democrática, com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para a construção de uma nação multicultural e multiétnica – a cara do povo boliviano.

Isso ele mostrou ontem em sua posse, enquanto, na praça, brancos e indígenas se abraçavam. Há pouco tempo, não podiam conviver em harmonia no mesmo espaço geográfico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Michelle Bachelet é o retrato da mulher que conquista, na luta com a sociedade, um espaço político de expressão em seus países. Médica, mulher progressista, de esquerda e ambientalista, sua eleição, em 15 de janeiro último,

para a presidência do Chile, marca a ruptura de muitos preconceitos também em nosso continente.

Michelle Bachelet inunda nosso coração de esperança, especialmente pelo caráter ambientalista de seus compromissos de campanha, reafirmados em discursos na avenida central da capital, Alameda de Santiago, após a vitória, nos seguintes termos – faço questão de registrá-los: “Demonstraremos que uma nação pode ser mais próspera sem perder a alma, que se pode criar riqueza sem contaminar o ar que respiramos ou a água que bebemos”. Acrescenta ainda que o seu maior desafio é garantir que os frutos do crescimento econômico sejam divididos entre todos.

Senhoras e senhores, saudamos assim não apenas o resultado de dois processos eleitorais de países irmãos. Assim como, na primavera, se desfaz o gelo sobre os Andes, para regenerar a seca nos rios e nutrir a retomada da vida na Amazônia, saudamos as recentes conquistas dos povos sul-americanos, que aquecem nossas esperanças e derretem o gelo que nos imobiliza, para nutrir nossa luta, nossas perspectivas de futuro e a retomada de nossa história.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Mão Santa a disposição da permuta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem de inscrição, por cessão do Senador Alberto Silva, concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, do Piauí, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Romero Jucá, cito V. Ex^a porque vem enriquecer este grandioso Partido que é o PMDB.

Senador Siqueira Campos, atentai bem: por que estamos aqui? Estamos aqui porque um homem pensou, e o mundo aceitou a sua assertiva, Senadora Serys. O homem é um animal sociável, é um animal político – como disse Aristóteles – e buscou formas de governo ao longo da história. A que dominou, Senador Leomar Quintanilha, foi a dos reis. Os reis seriam Deus na terra como Deus seria um rei no céu. Um deles, traduzindo todo esse período, disse “*l'état c'est moi*” (O Estado sou eu, eu faço tudo, eu julgo, eu mando, eu condeno, eu sou tudo). *L'état c'est moi*. Muito bom para os reis, muito bom para quem estava na corte e nos palácios do rei, mas o povo sofria, esquecido, humilhado.

Mas o povo teve coragem e foi às ruas e gritou, Senador Romero, “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Com esse grito, caíram todos os reis. Os que existem são simbolismo. Todos – o nosso, tardiamente, um século depois desse grito. E surgiu aquilo que o povo criou, que Abraham Lincoln tão bem definiu como “governo do povo, pelo povo, para o povo”.

Senador Siqueira Campos, entendendo isso, quando governei o Piauí, cantava como uma reza e com muita fé: “O povo é o poder”. Deus me permitiu criar, Senador Leomar Quintanilha, 78 novas cidades e povoados; de criar 400 cursos universitários, 36 *campi* universitários – o maior desenvolvimento universitário do mundo; não foi nem do Brasil –; de colocar o Piauí na era dos transplantes – Brasília atrás dele. Eles fazem transplante, Senador Augusto Botelho, de coração, com êxito.

O mais importante, o essencial é invisível aos olhos. O povo é o poder. Deve-se ensinar a respeitar o povo, trabalhar pelo povo, amar o povo. Mas o que isso tem a ver com o meu Partido? Ulysses, que está encantado no fundo do mar, disse: ouça a voz rouca das ruas. Quem está na rua é o povo. O MDB nasceu para ser sintonizado ao povo.

E aí está a história. O mais importante partido contemporâneo, Senador Romero Jucá. Sei que V. Ex^a saiu bem do PSDB, cortou as asas e veio com firmeza, andando, com cabeça erguida, para o PMDB, porque temos a melhor história contemporânea. As baionetas, os tanques fecharam isso. Em 1974, Ulysses era anti-candidato, disputava com Geisel, não ganharia, mas se candidatou para despertar a consciência da liberdade. Nós temos história, pois há 32 anos, Romero, Ulysses era candidato contra um colégio e não ganharia.

Agora, o que estamos fazendo? Nós não podemos negar o nosso Partido à democracia, ao povo e à Pátria. Vendilhões estão aí, mas não tem essa história; eu tenho. Eu ajudei a conquistar a primeira cidade do Piauí, minha cidade, contra a ditadura, elegendo um do MDB, Elias Ximenes do Prado. Sei o que é isso. Agora, como? Então, precisamos lembrar o que Churchill disse: a riqueza da democracia está na alternância do poder. E é justamente agora, momento em que o País todo espera o PMDB. O MDB não faltou na ditadura e não vai faltar agora nesse oceano de corrupção nunca dantes visto.

O PMDB tem que estar presente. E defendemos aqui essa candidatura própria. Queremos todos os partidos fortes. Entendemos que a democracia só existe com partido forte. Tirar o PMDB é tirar o Flamengo do campeonato carioca; é tirar o Corinthians do campeonato paulista; é tirar o Brasil dessa Copa do Mundo. Uns desavergonhados querem vender o nosso Partido. Mas o Partido é do povo, da Pátria, da democracia. E ele tem que partir do banquete da democracia,

que são as eleições, principalmente agora, quando os modelos que estão aí muito se assemelham aos do PSDB, neoliberal, dos banqueiros. E Lula é um “neoliberal paraguaio”, imitando, dando primazia ao dinheiro, aos banqueiros.

Precisamos de uma opção para o povo que dê primazia, como Rui Barbosa disse, Senador Leomar Quintanilha: “... ao trabalho, ao trabalhador; no trabalho, o trabalhador vem antes, ele é quem fez a riqueza”. O que fizeram os que governaram? Primazia à riqueza, aos banqueiros; nunca se ganhou tanto.

Senador Leomar Quintanilha, é tão vergonhoso. Pegue o edital do Banco do Brasil, que está chamando para um concurso, pagando duzentos e poucos reais um concurso para técnico! Olha o salário! E como ganharam os banqueiros; só quem ganhou dinheiro foram os banqueiros, só quem ganha é banqueiro; quem manda em tudo são os banqueiros, na televisão, no rádio etc.

Outro dia, o Boris Casoy fez uma crítica ao Governo, e o Banco do Brasil tirou o patrocínio do Jornal da Record. Mas todo o Brasil diz: “Que vergonha!”

Pois estamos precisando de uma alternativa para isso. E essa alternativa é o PMDB, que dê primazia ao trabalho, ao trabalhador, que reintegre o nacionalismo de Getúlio Vargas, que reintegre o idealismo e o dinamismo de Juscelino Kubitschek, cassado aqui. Então, esse Partido que recebeu o sacrifício de Ulysses, encantado no fundo do mar; de Teotônio Vilela, moribundo, com câncer, discursando, buscando coragem no povo brasileiro para acreditar nas liberdades; de Tancredo Neves que se imolou doente...

Então, nós representamos tudo isso. E temos certeza de que o Presidente Michel Temer, sem dúvida nenhuma, o mais competente, o grande e extraordinário comandante saberá comandar o PMDB ao banquete da democracia.

E defendo-o, Senador Romero, ninguém melhor do que eu, porque surgiu de uma candidatura própria. Senador Botelho, foi candidato o Quércia; Íris, Senadora-vice. S. Ex^a não obteve êxito, mas a candidatura de Quércia trouxe a nove Governadores do PMDB à vitória. Cinco estão aqui: Garibaldi, o Maranhão, que era o vice de Antônio Mariz; o Raupp; o Maguito; e o Mão Santa. São cinco.

Então, uma candidatura própria, mesmo não sendo exitosa como a de Quércia, fez o Partido crescer. Nós estamos aqui. Somos frutos do extraordinário Líder Quércia, que hoje retoma, e a ele agradecidos, que hoje retoma... Como disse Winston Churchill – aprenda, Senador Siqueira Campos: “A política é como a guerra, com a diferença de que na guerra só se morre

uma vez. Na política, várias”. Quércia ressurgiu como extraordinário Líder do PMDB. Aí está.

Então, o PMDB não pode faltar à Pátria. E nós queremos dizer que apareceram dois extraordinários candidatos. Um, com a sua característica própria, Anthony Garotinho. Homem de Deus, religioso, um homem vitorioso. Foi vereador, prefeito e governador. Entrega o governo para o PT e retoma-o para a esposa, mulher tão dinâmica. Em um pequeno partido, teve quase 17 milhões de votos. Uma perspectiva que tem coragem de romper esse ciclo de apoio aos poderosos e aos ricos.

As pesquisas estão aí. Eu digo que ninguém entra em um navio que não tenha bússola, ninguém entra em um avião que não tenha radar. Do mesmo modo, ninguém entra em política sem pesquisa.

Esse outro extraordinário homem que surgiu vem do Rio Grande do Sul, Estado da Guerra de Farrapos, de Bento Gonçalves, dos Lanceiros Negros; dos precursores da democracia: Getúlio, João Goulart e Pedro Simon, ícone e maior nome da política deste País, e de muita história.

Então, temos dois candidatos extraordinários. Isso significa que nós não podemos trair! Senador Romero Jucá, grandeza ao Partido! Mais Senadores eleitos, mais Deputados federais, mais Deputados estaduais. Nem o Piauí pode fugir a essa luta, nem pode faltar o PMDB ao povo, à Pátria. Nem o seu pequeno Roraima, com a sua candidatura, que desponta vitoriosa.

É o partido que tem de olhar os mapas e os Estados! Potencialidade para eleger mais de 60% dos Governadores de Estado. Fazer como fez.

Esse grande e extraordinário comandante que é Michel Temer! Eu conheço o PMDB. Combati na ditadura. Ele fez crescer o Partido nesse momento difícil, foi o grande comandante.

Amanhã é o dia em que a Executiva deve se reunir e ratificar o que foi feito em convenção. Vamos transferir as nossas bases aos nossos generais, aos nossos militantes, aos nossos diretórios, aos nossos Vereadores, aos nossos Prefeitos e Deputados a escolha de dois grandes nomes. Até diria o seguinte, Senador Romero Jucá: não abrimos mão da candidatura própria – isso é a contribuição do PMDB à democracia e o respeito ao povo, que é soberano e decide.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a história poderá ser como nos Estados Unidos: vence contra o governo John Fitzgerald Kennedy e convida o segundo para ser seu vice e ganham. Eles podem até formar uma chapa.

E quero dizer: de um lado o PT, oceano de corrupção; do outro lado, o PSDB, pai do neoliberalismo. Romero, abra o Livro de Deus! A virtude está no meio. O

PMDB do povo, no meio. Está no livro de sabedoria de Salomão. No meio está a prosperidade, a virtude, a felicidade. Com o PMDB, com o povo no meio, chegaremos à vitória, à presidência, pela grandeza deste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o nobre Senador Augusto Botelho. S. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, é próprio da natureza humana acomodar-se a novos padrões, especialmente quando há progresso em relação aos anteriores. Há bem pouco tempo, por exemplo, não dispúnhamos de tantas facilidades tecnológicas – das quais o celular é um caso emblemático. Não obstante, hoje, não nos vemos mais sem elas, não é mesmo, Senador Quintanilha?

Sim, nós nos acostumamos tão rapidamente às mudanças que, em pouco tempo, perdemos a consciência da evolução atingida e nos vemos ansiosos por outras melhoras.

É natural que assim seja, pois essa é mais uma expressão da fortíssima capacidade de adaptação do cérebro humano, que, com a fantástica plasticidade que tem, rapidamente assimila a situação presente e a ela se amolda. É também uma consequência da eterna busca da humanidade pelo progresso. Mas, justamente por essa curiosa e desejável característica de nossa espécie, de vez em quando, é salutar fazer algum esforço para rememoração do trajeto já percorrido.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, há menos de 20 anos, o Brasil vivia o final de uma era de cerceamento dos direitos. Em 1988, houve a promulgação de um novo ordenamento jurídico com a nova Carta Maior brasileira. De lá para cá, também foram publicadas diversas peças legais de hierarquia infraconstitucional, definindo e normatizando relações democráticas dessa nova era. Desde então, muita coisa mudou. E, graças a Deus, mudou para melhor.

A sociedade em que vivemos hoje, indubitavelmente, progrediu em relação a de alguns anos atrás. Especialmente sob o ponto de vista do exercício dos direitos e deveres contidos no Estado democrático, apresentamos inúmeros avanços. Exemplo disso é o fato de que o cidadão está mais ciente de seus direitos e disposto a cobrá-los. Trata-se de um amadurecimento democrático em que a população se esclarece e exerce, cada vez com mais propriedade, a cidadania.

Sei que se trata de uma evolução compartilhada, em que os papéis de diversas instituições democráticas, bem como dos cidadãos foram absolutamente imprescindíveis.

Contudo, eu gostaria de destacar a atuação de uma instituição basilar nesses avanços que a democracia brasileira obteve desde 88: o Ministério Público. De fato, as mudanças nas atribuições e na própria estrutura desse órgão feitas pela nova Carta Magna foram determinantes para o avanço do estabelecimento democrático do Brasil durante os últimos anos. Antes, cabiam ao Ministério Público funções tanto de vigia do cumprimento das leis, como a de defensor da União, atividades que por diversas vezes mostravam-se conflitantes e que eram causa de não poucos constrangimentos dos procuradores. Por causa disso, o Constituinte de 88 previu a criação da Advocacia-Geral da União, o que veio a ocorrer alguns anos depois, a fim de representar a União judicial e extra-judicialmente.

Foi também somente a partir da nova Constituição Federal que o dirigente máximo do Ministério Público passou a não poder mais ser demitido pelo Presidente da República em caráter *ad nutum*. Igualmente, a importante função de controle externo da atividade policial só passou a existir com o novo diploma constitucional.

Senador Leomar Quintanilha, nos últimos dezessete anos notou-se um aumento vertiginoso na defesa dos direitos coletivos e difusos da população brasileira, por parte do Ministério Público. O papel dessa instituição em questões que muitas vezes não estão circunscritas a um único indivíduo ou mesmo a um grupo específico de pessoas, como é o caso das questões ambientais, tem se mostrado crucial. V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, sabe muito bem disso.

Atualmente, o Ministério Público continua cumprindo sua função de baluarte da ordem democrática em nosso País. Gostaria de ressaltar algumas áreas onde sua atuação, a meu ver, se destaca.

Em primeiro lugar, temos a questão trabalhista.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem se mostrado fiel guardião dos interesses trabalhistas, não apenas nas relações entre empregado e empresa privada, mas especialmente no âmbito da Administração Pública.

Qualquer atividade do administrador público divorciada da lei e com potencial para ofender direitos ou interesses dos trabalhadores pode ensejar uma intervenção do Ministério Público do Trabalho. Contudo, os temas que mais têm provocado atuação do MPT – Ministério Público do Trabalho são as admissões de servidores ou empregados públicos sem concurso, as terceirizações ilegais, a locação de trabalhadores subordinados a órgãos ou a empresas públicas por meio de cooperativas de mão-de-obra, as ascensões funcionais irregulares e a utilização ilegal e indiscriminada de cargos em comissão.

O Ministério Público do Trabalho tem também forte e crucial importância no combate ao trabalho infantil. Nosso País sempre foi culturalmente tolerante em relação à utilização da mão-de-obra infantil. Esse quadro tem melhorado muito, mas ainda há infelizmente cerca de 5,5 milhões de crianças, entre 5 e 17 anos, trabalhando no Brasil. Dessas, algo em torno de 42% concentra-se na região Nordeste. Sem querer desmerecer os inúmeros esforços de diversas instituições públicas e privadas e de ONGs, quero destacar a atuação do Ministério Público do Trabalho nessa questão.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério Público do Trabalho, desde a sua criação, sempre teve preocupação em relação ao assunto, tendo participado, ainda em 1994, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Em 1999, a questão foi eleita como meta primordial do órgão; e, no ano seguinte, foi criada a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. Como exemplos de situações em que o Ministério Público do Trabalho tem atuado, podemos citar os lixões espalhados pelo País, as carvoarias do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, as pedreiras de Goiás, as salinas do Piauí, os canaviais de Pernambuco e Paraíba, os laranjais de Sergipe e São Paulo, entre tantos outros.

O Ministério Público do Trabalho age, de forma preventiva, por meio de campanhas, de ações coletivas e de eventos com cunho esclarecedor e conscientizador; assina convênios e protocolos de cooperação; realiza audiências públicas e seminários, entre outras atividades.

Outra área de marcante atuação e importância dessa instituição é a dos direitos do consumidor.

De fato, há poucos anos, esse era um tema praticamente inexistente nas relações de consumo no Brasil. Entretanto, com a entrada em vigor da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, também conhecida como Código de Proteção e Defesa do Consumidor, passou a haver toda uma nova relação entre consumidores e empresas em nosso País.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Já lhe passarei a palavra, Senador Leomar Quintanilha.

A importância da atuação do Ministério Público, com suas Promotorias de Defesa do Consumidor, tem sido fundamental para que o cidadão faça valer seus direitos.

Ouçõ, com prazer, o aparte do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente e Fiscalização e Controle desta Casa.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Agradeço-lhe a oportunidade, Senador Augusto Botelho, de participar das reflexões que traz à Casa. Começaria comentando o prólogo de seu pronunciamento, quando invocou os benefícios dos avanços tecnológicos. A ciência e a tecnologia têm permitido ao homem melhorar bastante sua qualidade de vida. Referiu-se V. Ex^a ao celular, que é hoje uma tecnologia de ponta, de última geração, e que tem facilitado sobremaneira a comunicação entre as pessoas. No campo da ciência e da tecnologia são tantos os avanços, inclusive na área da saúde – V. Ex^a que é médico sabe explicitá-los –, não só na descoberta e no desenvolvimento de drogas, mas, sobretudo, nos conhecimentos e equipamentos modernos que têm permitido cuidar da saúde do povo brasileiro e ampliar a longevidade do cidadão. V. Ex^a também associa a importância desses avanços tecnológicos aos avanços das políticas públicas, destacando a importância do Ministério Público, notadamente o Ministério Público do Trabalho. Quero me congratular com V. Ex^a porque também tenho observado e acompanhado igualmente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle a atuação do Ministério Público, que tem sido, praticamente, um parceiro, defendendo sobremaneira, com todo vigor, com toda pertinência, os interesses maiores da população brasileira. V. Ex^a tem razão, nas questões ambientais, o Ministério Público tem atuado vigorosamente e tem contribuído para que o cidadão possa ter a sua vida mais protegida. Cumprimento V. Ex^a pelas ponderações que traz a esta Casa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

A terceira atuação do Ministério Público que quero destacar é no setor ambiental, como V. Ex^a disse.

As questões ambientais, como já disse, estão dentro da área dos direitos difusos do ordenamento jurídico moderno. O direito à preservação do meio ambiente transcende a esfera do indivíduo ou, ainda, determinados grupos sociais. É antes, uma questão que diz respeito a cada pessoa, até mesmo a cada ser vivo. Portanto, cumpre que, em sua defesa, haja o pronto posicionamento do Estado. Cabe, assim, ao Ministério Público mais esse importante papel.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, já encerrando, superamos, há alguns anos, uma situação de restrição de liberdades, restabelecendo o ordenamento jurídico democrático, cujo marco emblemático é, sem dúvida nenhuma, a Constituição Federal de 1988. Após esse momento, a sociedade brasileira tem amadurecido muito. Mesmo ainda tendo muito “chão pela frente”, é preciso que, de vez em quando, façamos uma parada e reflitamos sobre o percurso já vencido, nossos erros e acertos, para que deles extraíamos as lições que nos nortearão nos passos futuros.

Nesse novo ordenamento jurídico, tem se destacado a importância institucional do Ministério Público, entidade que ganhou novo fôlego com a instituição da nova Constituição e que tem demonstrado seu indispensável valor para a manutenção e, principalmente, o avanço da estrutura democrática do País.

Ao Ministério Público, órgão cada vez mais presente na vida do cidadão brasileiro, quando este se vê desamparado ou ferido em algum de seus direitos, dou, neste dia, meus parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito. Por permuta, falará o Senador Romero Jucá e em seguida o Senador Edison Lobão. V. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto específico, quero apenas registrar e agradecer as palavras do Senador Mão Santa dizendo que efetivamente o PMDB busca uma candidatura própria, que possa unir o Partido e fazer com que ele ocupe o seu real espaço na política brasileira.

Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um registro extremamente importante para o Brasil, para a Amazônia e para o meu Estado, Roraima. O registro é exatamente acerca do acordo e do encontro da semana passada em que o Presidente Lula, o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Néstor Kirchner, na Argentina, decidiram acelerar o andamento do projeto para construção do gasoduto que deverá sair da Venezuela e chegar até a Patagônia, na Argentina.

Essa é uma obra com o custo de mais de US\$ 17 bilhões, uma obra que terá mais de 8 mil quilômetros, é uma obra que visa interligar o sistema energético da América do Sul.

Sem dúvida nenhuma, essa construção e esse entendimento são extremamente importantes para o futuro do nosso continente, para o futuro da economia desses Países. Além de chegar até a Argentina, o gasoduto deverá chegar até o Uruguai. Portanto, praticamente todo o Brasil seria cortado por um gasoduto, que começaria em Porto Ordaz, na Venezuela, perpassaria todo o Estado de Roraima e, portanto, mudaria a matriz energética do nosso Estado dando condição de ter uma energia barata, não-poluente e, portanto, extremamente bem-vinda, principalmente em nossa Amazônia. Depois, o gasoduto vai a Oriximiná no Pará, ao Amapá com a ramificação, ao Maranhão, ao Ceará, ao Piauí, a Tocantins, a Goiás, a São Paulo, ao Paraná, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul chegando ao Uruguai, a Buenos Aires e à Patagônia.

Quero aqui registrar e aplaudir a iniciativa dos Presidentes que efetivamente fecharam acordo e estabeleceram que até julho o projeto desse gasoduto esteja pronto. Sem dúvida nenhuma, vamos torcer por esse projeto e vamos acompanhar o desenvolvimento dele. No Senado Federal, estaremos atentos, a fim de colaborar com essa iniciativa, que visa ao desenvolvimento do continente como um todo, fazendo com que o gás que é abundante na Venezuela se some ao gás que é abundante na Bolívia e possa montar essa matriz energética não-poluente impulsionando a economia dos países da América do Sul.

Fica aqui, portanto, o aplauso ao acordo e o apelo para que o Ministro das Minas e Energia, Silas Rondon, que representa o Governo brasileiro nesse entendimento, o Presidente da Eletrobrás e também a Ministra Dilma Roussef que tem toda a condição de coordenar essas ações para que implementem rapidamente os estudos e os projetos e possamos, em curto espaço de tempo, instalar o primeiro ramal no Estado de Roraima, trazendo gás barato e não poluente da Venezuela para toda a América do Sul.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade e peço a transcrição das matérias: “Gasoduto sai do Papel”, do **Jornal do Brasil**; “Lula, Kirchner e Chávez discutem construção de gasoduto”, da Folha Online; e “Presidentes vão acelerar o gasoduto da região”, do jornal **O Globo**.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Gasoduto sai do papel

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

**Acordo é fechado
entre Venezuela,
Brasil e Argentina**

LORENNNA RODRIGUES

BRASÍLIA – O projeto de construção de um gasoduto ligando Venezuela, Brasil e Argentina ficará pronto em julho. Em reunião em Brasília, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner, da Argentina, e Hugo Chávez, da Venezuela, estabeleceram que em meados deste ano os estudos de viabilidade do projeto deverão ser apresentados.

– Acordamos que no mês de julho o projeto deve estar bastante avançado para que possamos apresentá-lo para o mundo – afirmou Chávez. Os três presidentes se reunirão novamente no dia 10 de março, em Mendoza (Argentina) para continuar as discussões sobre o gasoduto.

O tema ocupou grande parte da reunião. Pelo projeto do gasoduto, será construída uma rede partindo de Caracas, passando pelo Brasil e terminando

em Buenos Aires, totalizando 10 mil quilômetros. O custo estimado do projeto é de até US\$ 25 bilhões e o tempo de construção, seis anos.

– O gasoduto é um grande projeto para toda a América do Sul. Queremos completá-lo com a integração de outros países e com projetos de desenvolvimento para as áreas pelas quais a rede irá passar – acrescentou.

Chávez voltou a defender a entrada da Bolívia no Mercosul, apesar de o presidente eleito boliviano, Evo Morales, afirmar que o país ainda analisará a opção.

Segundo Amorim, os três presidentes discutiram ainda o fortalecimento do Mercosul e um maior apoio aos países mais pobres.

Chávez deixou a reunião empolgado, não só com a interconexão gasífera da América do Sul, mas com planos de estender a integração para as áreas financeira, educacional e até bélica.

– Trouxe a proposta, por

exemplo, da implementação do Banco do Sul, e Lula e Kirchner estão de acordo. Iremos trabalhar com duas opções, uma em que a Corporação Andina de Fomento, cuja sede está em Caracas, seja

transformada no Banco do Sul. A outra, é de criarmos algo totalmente novo, mas que haverá o banco é certo – assegura.

Para viabilizá-lo, Chávez sugeriu que parte das reservas internacionais dos três países migrem para o novo banco.

– Brasil, Venezuela e Argentina têm hoje suas reservas depositadas nos bancos do norte, na Europa e nos Estados Unidos. A Argentina deve ter hoje 15 bilhões de dólares, o Brasil, 50 bilhões e a Venezuela 30 bilhões. Poderemos utilizar metade desse dinheiro para criar o nosso banco do sul. Com isso, poderemos, por exemplo, ajudar países da América do Sul em crise – explicou.

**Lula, Kirchner e Chávez discutem
construção de gasoduto**

Roraima

da Folha Online

A cooperação nas áreas de energia, cultura, educação e economia é um dos assuntos do encontro dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner, da Argentina, e Hugo Chávez, da Venezuela, que ocorre na manhã desta quinta-feira na Granja do Torto, em Brasília.

A reunião tem como foco principal a proposta de construção de uma rede de gasodutos com cerca de 10 mil quilômetros ligando os três países.

Para a realização da obra seriam necessários recursos entre US\$ 17 e US\$ 25 bilhões e seis anos de trabalho ininterrupto. As estimativas são do grupo de trabalho trilateral criado para estudar a viabilidade do projeto. Caso saia do papel, o gasoduto terá capacidade de transportar 150 milhões de metros cúbicos de gás por dia da Venezuela para o Brasil e a Argentina.

Após a reunião, Lula oferece um almoço em homenagem aos dois presidentes, também na Granja do Torto.

À tarde, o presidente brasileiro recebe o ministro turco das Relações Exteriores, Abdullah Gül, que chegou ontem à noite ao país para visita de quatro dias, e se reúne com o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, e com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

À noite, a partir das 20h, Lula participa de um jantar na casa do líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), em que estarão presentes os senadores da bancada peemedebista.

Com Agência Brasil



Presidentes vão acelerar o gasoduto da região

• **BRASÍLIA.** Em reunião na Granja do Torto, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez (Venezuela) e Néstor Kirchner (Argentina) decidiram acelerar o andamento do projeto para a construção do gasoduto que terá oito mil quilômetros e ligará quase toda a América do Sul. Os presidentes elaboraram um cronograma que prevê a conclusão de estudos técnicos sobre a viabilidade da obra. A idéia é que o projeto esteja pronto para ser executado a partir de julho deste ano.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o gasoduto partirá da Venezuela — país que detém as maiores reservas de gás do país — e seguirá até a Patagônia, na Argentina, passando pelo Brasil.

O gasoduto tem um custo

estimado em US\$ 17 bilhões. O acordo para sua construção foi firmado em dezembro último, em Montevidéu.

— Até julho teremos um projeto pronto, se for confirmada a viabilidade técnica. É um dos grandes projetos de infra-estrutura da América Latina. Por isso, terá que estar aberto a outros países — afirmou Amorim.

Lula, Kirchner e Chávez também discutiram outras propostas de integração na América do Sul, como a criação de um Banco do Sul e de um Conselho de Defesa da América Latina. Em dezembro, em Montevidéu, o Mercosul aprovou a entrada da Venezuela como sócia, mas na prática essa adesão ainda não ocorreu. Chávez defendeu que a Bolívia — que já tem acordo com o bloco — também se transforme em sócio pleno do Mercosul. (C.J.) ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Romero Fúria

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, por cessão do Senador Edison Lobão, o nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus agradecimentos ao meu eminente Colega Senador Edison Lobão, que gentilmente me cede, por permuta, o seu tempo, para que eu possa fazer o registro neste momento.

Cumprimento o nosso Presidente Renan Calheiros, que assume a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B – TO) – Os jornais do Tocantins, Senador Renan Calheiros, repercutiram hoje uma notícia que entendo um pouco distorcida com relação à construção da Ferrovia Norte-Sul. Dizia o **Estado** que um estudo feito pela Corporação Andina de Fomento revelava a inviabilidade econômica da construção de um trecho da Ferrovia Norte-Sul, exatamente a que vai de Porto Nacional a Porangatu.

Mas o que é a Corporação Andina de Fomento? É uma instituição financeira multilateral, com sede em Caracas, cujos acionistas são os países da Comunidade Andina das Nações, formada pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Também possuem uma participação acionária nesta corporação: Brasil, Argentina, Costa Rica, Chile, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e dezesseis bancos privados da região.

Essa Corporação é mais um órgão consultivo ou tem, entre suas atribuições, fazer estudos de viabilidade econômica de empreendimentos regionais. Certamente, deve ter sido consultada para a seleção de Projetos de Desenvolvimento de Programas de Capacitação, Assistência Técnica e Formação de Executivos, exatamente para examinar a viabilidade econômica da Ferrovia Norte-Sul.

Ora, Sr. Presidente, a Ferrovia Norte-Sul é, sem sombra de dúvida, uma obra estruturante do Brasil. Não é uma obra de expectativa e de anseio meramente regional. Ela corta efetivamente o País de norte a sul e, seguramente, contribuirá para mudar a matriz de transporte do Brasil, que privilegia, há muito tempo, a modal rodoviária, sabidamente a modal mais cara do mundo.

É preciso que confirmamos competitividade às regiões interioranas, para que elas possam participar do processo de desenvolvimento do País como um todo.

E não podemos entender que, ao analisar a ferrovia, do seu ponto de origem ao seu ponto final, ela tenha algum trecho que revele a inviabilidade. É como se se fosse fazer um metrô numa cidade, de norte a sul, e, em determinado trecho do metrô, de uma estação a outra, não houvesse fluxo suficiente que justificasse a implantação do metrô.

Precisamos efetivamente considerar qual é a contribuição que a construção e a implantação da Ferrovia Norte-Sul vão dar de norte a sul do País, integrando importantíssimas regiões, permitindo que essas regiões nivelem a vantagem comparativa que as regiões mais desenvolvidas já têm.

Portanto, entendo que a interpretação equivocada de que um trecho da Ferrovia Norte-Sul não revela viabilidade econômica estaria contribuindo para dizer que toda a Ferrovia Norte-Sul é inviável economicamente. Ao contrário, a Ferrovia Norte-Sul é viável economicamente e haverá, na sua implantação, de viabilizar inúmeros projetos e aproveitar um potencial econômico enorme que está latente neste País. O meu Estado é cortado pela ferrovia de norte a sul. Por isso, ela é de fundamental importância para o nosso processo de desenvolvimento. E temos um potencial enorme de riquezas que precisam ser exploradas, para que se possa promover economicamente o Tocantins e, conseqüentemente, para que a população usufrua dos benefícios assim gerados.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B – TO) – Ouço-o com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Essa interpretação especiosa em relação à Ferrovia Norte-Sul é feita por aqueles que não desejam a construção dela. E, mais do que isso, não desejam que se altere o eixo da economia para esta região tão importante, tão esquecida, tão maltratada pelo Poder Público ao longo das décadas e dos séculos. Senador Leomar Quintanilha, eu não tenho dúvida de que, uma vez construída essa ferrovia e completado o abraço ferroviário no Brasil, toda essa região do centro-oeste brasileiro, interligando-se com o Estado do Maranhão, passando pelo Tocantins e chegando ao Maranhão, ao Porto de São Luís, tudo se modificará nesse eixo: as mercadorias de Mato Grosso, de Goiás, do Tocantins, do Pará, do Maranhão, de algum modo aquilo que for também construído e produzido aqui em Brasília irá para o exterior através do Porto de São Luís, que é o porto mais próximo do mercado consumidor internacional e o melhor porto brasileiro. A Ferrovia Norte-Sul nasce, portanto, sob o signo do desenvolvimento, do crescimento nacional. Se queremos, de fato, garantir

crescimento a esta região do centro-oeste brasileiro, o caminho chama-se Ferrovia NorteSul. Temos, portanto – nós que somos do Tocantins, de Goiás, do Maranhão, do Pará, que cerrar fileiras, gritar alto como V. Ex^a o faz agora, para que os inimigos dela não tenham êxito. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PcdoB – TO)

– Senador Edison Lobão, V. Ex^a representa, com raro brilho, o Estado do Maranhão, nascedouro da Ferrovia NorteSul. Ali, em Açailândia, onde ela praticamente tem o seu extremo norte, ela faz a conjugação com a Estrada de Ferro Carajás e acessa o Porto de Itaquí, também no seu Estado, que vai ser efetivamente o grande porto do Tocantins, o porto do sul do Piauí, o porto do sul do Maranhão, o porto do norte de Mato Grosso, o porto do Norte de Goiás, o porto do oeste da Bahia, que, por meio da Ferrovia Norte-Sul, em conjugação com a Ferrovia de Carajás, haverá de propiciar essa condição, a logística ideal, adequada e necessária para que os nossos produtos tenham competitividade em qualquer mercado nacional ou internacional, estimulando-se o aproveitamento do enorme potencial que as nossas regiões têm. Será incrementada não só a produção de grãos, na qual o seu Estado tem sido campeão, colhendo muita soja, muito arroz, muito milho. Também será beneficiado o oeste da Bahia, que colhe muita soja, muito arroz, muito milho, muito café, fruticultura, assim como o norte de Mato Grosso. Isso e mais outros produtos de enorme potencial poderão ser produzidos naquela região, como a bauxita. Em Barro Alto, foi descoberta agora uma jazida extraordinária de bauxita. Há também o carvão vegetal, que pode ser produzido através de reflorestamento com o eucalipto e outras essências. Madeira. Granito. O nosso Estado é rico em granito. É um granito extraordinário, belo. Quem já teve oportunidade de conhecer o Palácio Araguaia, da nossa querida Capital, Palmas, haverá de ver a expressão do vigor e da importância econômica que o minério tocantinense tem, que pode ser utilizado no Brasil todo e fora dele. É um orgulho para todos nós. É da melhor qualidade o granito que hoje embeleza o piso do Palácio Araguaia, o palácio do povo do Tocantins.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – E tudo isso, Senador, está sendo transportado de caminhão. Estamos vendo o petróleo subindo desordenadamente de preço. Já custa quase setenta dólares o barril. No começo da crise do petróleo, o barril custava dois dólares. Hoje, chega a quase setenta dólares. Então, temos de usar a ferrovia como meio de transporte barato para tornar o Brasil competidor no mundo, tudo isso pode ser transportado pela Ferrovia Norte-Sul com a ferrovia Carajás. Os produtos agrícolas de toda essa

vasta região, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, sul do Maranhão e uma parte do Pará precisam desesperadamente de calcário. Onde está o calcário? Está em Grajaú, no Maranhão, que também pode ser transportado pela ferrovia. Então, a ferrovia é uma bênção, transitando em dois sentidos; em um sentido, trazendo determinados produtos e, em outro, levando os produtos para exportação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Exatamente. V. Ex^a tem razão. Reduzir o custo do transporte é fundamental para o desenvolvimento dessa região.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a, que convive conosco há tanto tempo, juntamente com o Senador Eduardo Siqueira Campos, o Senador João Ribeiro, que comigo têm a responsabilidade de representar o Tocantins. Há muito tempo, temos a consciência da importância fundamental da ferrovia para o nosso desenvolvimento. Tanto é verdade que colocávamos, todos os anos, como emenda de bancada do Tocantins, uma importância que para nós era fundamental, que poderia ser utilizada em outras obras também de interesse do povo tocantinense, mas colocávamos nessa obra, que não é só de interesse do povo tocantinense, mas do Brasil como um todo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Nós colocávamos como emenda de bancada recursos para a construção no Tocantins. Era pouco, é verdade. Por isso a ferrovia, iniciada ainda no Governo do Presidente hoje nosso ilustre colega, Senador José Sarney, vem caminhando muito devagar, muito aquém das nossas aspirações, dos nossos desejos e da importância dela no cenário econômico nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho que registrar os meus cumprimentos aos Presidente Lula, pela sua coragem e determinação com relação a essa obra principalmente.

O Presidente da Valec, Presidente Juquinha, está todo entusiasmado, usando todo o seu esforço e a sua competência para remover as dificuldades e os obstáculos, porque o Ministério dos Transportes, do Ministro Alfredo Nascimento, sob a coordenação das ações de Governo da Ministra Dilma Rousseff, entendendo a importância da Ferrovia Norte-Sul, resolveu dar uma dinamizada nessa obra. Deverão ser construídos, neste ano e no próximo ano, cerca de 500 a 700 quilômetros. Vejam, com 500 quilômetros dessa obra avançando, que passará de Porto Nacional, já vai mudar a fisiografia do centro-norte, porque permitirá a logística de

escoamento da produção do oeste da Bahia, do norte do Mato Grosso, do sul do Pará, do sul do Maranhão, do sul do Piauí e de todo o Tocantins.

Por isso, Senador Edison Lobão, temos que entender, como V. Ex^a falou, que aqueles que se manifestam desfavoravelmente à Ferrovia Norte-Sul não compreendem o significado da sua importância.

Senador Eduardo Siqueira Campos, ouço, com prazer, V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Leomar Quintanilha, quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que vem suscitando debates, reproduzidos na imprensa do Tocantins, embora haja, no nosso Estado, na população, em todas as camadas sociais, um reconhecimento da importância da obra. Anos atrás, Senador Leomar, escutamos a história de que o cerrado era uma terra praticamente desperdiçada, para a qual não havia perspectiva de produção agrícola. Isso caiu por terra, e hoje o cerrado é apontado como o possível celeiro do mundo em vários aspectos, inclusive nos mecanismos de energia limpa por meio do biodiesel. O cerrado é tão propício – mas tão propício –, que ele hoje é tão estratégico quanto foi o petróleo um dia. Nós também ouvimos – para fazer aqui uma homenagem a JK – que Brasília não era viável. Na nossa história mais recente, Senador Leomar Quintanilha, alguns dos principais jornais brasileiros, infelizmente, disseram que o Tocantins era inviável e que construir uma capital nova como Palmas também era inviável. Hoje, depois de vencermos, não com argumentos, mas com a realização de todas essas obras, estamos vendo o debate sobre a Ferrovia Norte-Sul. Talvez sejam os mesmos órgãos e entidades que fizeram essas avaliações anteriores. O Brasil não tem como abrir mão dessa nova logística, dessa nova modal de transportes; nova porque, sem dúvida nenhuma, se perdemos tempo em algumas áreas estratégicas do País, uma delas foi a ferrovia. O exemplo está no Mississippi, onde há uma ferrovia de um lado, uma ferrovia do outro lado, na outra margem, e ainda é usado como hidrovía. Às vezes, estamos perdendo o debate, como se fora isso uma agressão ao meio ambiente. São tantas as variáveis e é tão importante a Ferrovia Norte-Sul para o Brasil, Senador Leomar Quintanilha, que tenho absoluta certeza, assim como acertada foi a decisão do Presidente José Sarney, a quem devemos a iniciativa, foi acertada a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, muitos anos depois de parada a obra, concluiu a ponte sobre o rio Tocantins, e agora está sendo acertada a decisão do Presidente Lula, que vem realizando seus esforços e medidas provisórias, e também a

nossa, da Bancada, apresentando emendas para a continuidade daquela obra. Parabéns a V. Ex^a Nos- sos argumentos, com certeza, serão vitoriosos no futuro como no passado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Estou seguro, Senador Eduardo Siqueira Campos, de que o esforço que fizemos, inclusive em conjunto com a Bancada, não foi em vão. A consecução dessa ferrovia haverá de provar. Também não se pode tratar a coisa pública como se fosse um negócio. O lucro imediato não pode ser a preocupação do Governo. O Governo tem que entender que deve investir para propiciar o aproveitamento do potencial latente que existe em cada região, para dar oportunidade à população local de participar do processo de desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, mas gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra para concluir seu discurso.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Agradeço a compreensão de V. Ex^a, sempre atento aos interesses do País e, nesse caso, também do Estado que defendemos, o Estado do Tocantins.

Estou seguro de que, com essa arrancada que a Ferrovia Norte-Sul haverá de experimentar daremos uma contribuição muito grande ao País e a uma região rica deste Brasil que tem dificuldades de expressar sua potencialidade, sua força, exatamente porque carece de obras estruturantes que permitam tomar atitudes dessa natureza, dessa envergadura.

Ouçó, com prazer, o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador

Leomar Quintanilha, essa história de que a rodovia é antieconômica é pura conversa. Creio até que é uma política para evitar que desenvolvamos o nosso modal ferroviário. Segundo os livros de economia, cada dois milhões de toneladas em cargas justificam mil quilômetros de ferrovia. Seu Estado, só de soja, produz cinco milhões de toneladas ou mais por ano, como os outros Estados, por onde ela vai passar. V. Ex^a está tocando num ponto para o qual se deve chamar atenção, para que não se ouça, sobre essa estra, de que há trechos inviáveis economicamente. Temos de lutar. Pode contar com o apoio do Estado de Roraima para que essa ferrovia saia, porque, no futuro, vamos querer uma também no nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Agradeço a contribuição e a colaboração de V. Ex^a. Tenho certeza de que a contribuição e a participação de V. Ex^a, que é um homem justo e que está antenado

com as coisas importantes que acontecem no País, jamais haverão de faltar neste momento em que precisamos convocar todas as forças possíveis, para que empreendimentos dessa envergadura, dessa natureza, dessa importância não possam continuar sofrendo solução de continuidade

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª pela sua participação na tribuna do Senado Federal, Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Exª tem a palavra por até vinte minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Renan Calheiros, nobre companheiro de representação do Estado de Tocantins nesta Casa, Senador Leomar Quintanilha, meus nobres pares, em primeiro lugar, quero saudar o meu querido povo do Estado do Tocantins, que nos acompanha pela TV Senado e pela Senado em Ondas Curtas, e também os demais brasileiros que nos acompanham, seja por meio da Senado FM ou pela reprodução das antenas parabólicas espalhadas por este País.

Eu queria, no mesmo sentido, com relação ao assunto tratado, de forma tão apropriada, pelo Senador Leomar Quintanilha, lembrar do debate para a criação do Estado do Tocantins. Somadas as duas áreas diretamente envolvidas no processo, os Estados de Goiás e Tocantins, éramos pouco mais de 4% da economia goiana. Ou seja, Goiás, que era um pouco maior, com 300 mil km², contra os nossos 274 mil km² – extensão praticamente equivalente –, absorvia praticamente toda a atividade econômica do Estado.

Decorridos esses anos, a partir de 1988, por ocasião do Tocantins pela Assembléia Nacional Constituinte, uma luta vitoriosa, se fôssemos hoje fazer uma junção para averiguar, do ponto de vista econômico, o que resultou, o que aconteceu, qual foi o impacto, se somarmos toda a nossa infra-estrutura básica, o asfalto, as hidrelétricas, o incentivo e tudo o que foi agregado à economia do nosso Estado, passaríamos de 30% da economia goiana, se estivéssemos juntos.

O Tocantins sempre cresceu de três a quatro vezes acima da média nacional, em virtude dos investimentos feitos ao longo desses anos. Os argumen-

tos desses estudos macroeconômicos são feitos por pessoas que ainda imaginam o Brasil em que 2/3 da população estão residindo ainda em 1/3 do território nacional. Portanto, não conhecem a nossa realidade. São críticos das pontes da integração com o resto da América Andina; são contrários aos gasodutos, às ferrovias, por desconhecimento de causa.

Não posso compreender um estudo que não faça uma previsão. O Brasil já é hoje o maior exportador de soja do mundo. Não é o maior produtor. Os americanos estão tendo a possibilidade, pelo domínio da tecnologia e do conhecimento, por uma renda muito mais bem distribuída, de se beneficiar dos subprodutos da soja, coisa que ainda não estamos fazendo. Estamos vendendo **in natura**, perdendo milhares de reais por falta do domínio do conhecimento e depois comprando esses subprodutos a valores bem altos.

Portanto, neste caso, perdendo em produção para os Estados Unidos da América do Norte, herdamos a posição do País que mais exporta. Poderíamos até dizer, em virtude da perda desses valores agregados, do conhecimento aplicado à matéria, ainda do incipiente projeto de biodiesel que vai envolver a soja, a mamona, a semente do girassol, dentre outros, que herdamos este segundo lugar como produtores e somos os maiores exportadores do mundo exatamente por não termos ainda essas tecnologias.

Então, toda vez que vejo um estudo desses, fico pensando que ele pode ter sido produzido em algum centro que analisa friamente os números e, talvez, como disse, pela falta de conhecimentos, não esteja espelhado nesses estudos tudo que vai representar toda essa nova fronteira agrícola que inclui o cerrado tocantinense, piauiense, baiano, maranhense, mato-grossense e do sul do Pará.

Já somos também o maior exportador de carne do mundo. Não costumo comemorar muito esse número porque fico imaginando como um país consegue ser o maior exportador de carne do mundo com tanta gente ainda passando fome.

Em certa oportunidade, ouvi um discurso do Senador Mão Santa em que S. Exª elencou aqui os lucros da Petrobras, seus êxitos, de que somos reconhecedores, pois é um motivo de orgulho nacional. Mas quando vamos ao interior do nosso sertão, Senador Mão Santa, e vemos tanta gente pedindo dinheiro para o botijão de gás, fico pensando se não era hora de já termos revertido todo esse lucro, que não vai retirar a operação da Petrobras, para beneficiar mais diretamente as famílias do nosso Brasil. E nisso incluo meu Tocantins.

Portanto, esse debate da Ferrovia Norte-Sul não desperta, obviamente, as paixões que envolveram a

criação de Brasília. Não vai envolver, com toda a certeza, a paixão que foi a criação do Tocantins, à qual muitos articulistas brasileiros se referiam como uma obra apenas de impacto eleitoral. Mas vejam, meus nobres Pares, se não fora a criação do Tocantins, para citar apenas a população que está em Palmas, onde estariam esses 200 mil brasileiros que escolheram a nossa capital nessa epopéia da sua construção? Que rumo tomariam essas levas de migrantes que chegam ao nosso Estado hoje? Certamente estariam aqui pelo Entorno de Brasília, na Samambaia ou nessas novas invasões que proliferam por falta de uma política de planejamento para a ocupação deste rico solo brasileiro. Portanto, este talvez seja encarado como um debate um pouco mais técnico e econômico, mas é o mesmo debate social que deve prevalecer.

Ao abrir essas novas fronteiras, é preciso fazer uma logística, uma equação de transportes. V. Ex^a é um conhecedor do assunto, Senador Leomar Quintanilha. Imagine V. Ex^a que toda a carga internacional chega ao Brasil por Guarulhos, São Paulo, para depois ser redistribuída aos outros Estados brasileiros. E não é difícil recebermos peças e outros insumos importantes para essa fase embrionária do Tocantins industrializado, do agronegócio. Portanto, falta uma certa lógica. Mas por que a logística aponta para a chegada dessas cargas ainda em São Paulo? Pelas possibilidades de transportes que já existem naquele Estado. E o coração, o centro geodésico do Brasil está em Palmas. Se tivermos uma malha de distribuição que contemple todo o território nacional, certamente o aeroporto internacional de Palmas terá de ser o centro da chegada de todas as cargas do Brasil para uma distribuição que atenda a uma logística, que é hoje um dos aspectos mais relevantes nos estudos para qualquer que seja o projeto.

É por isso, meus nobres Pares, que a própria ONU está fazendo hoje um novo tipo de estudo do PIB dos países que leve em consideração não só a sua riqueza em matéria-prima e em outros itens que hoje compõem a atual análise dos produtos internos brutos. Eles estão levando em consideração a capacidade, o conhecimento, o domínio das tecnologias, o que faz com que esses países não precisem ter as reservas que temos, mas que para lá são exportadas por preços irrisórios. Elas não mudam o quadro social brasileiro, mas, com o domínio da tecnologia e do conhecimento, são revertidas em produtos extraordinários.

É revoltante sabermos que o nosso cupuaçu está hoje com o título de propriedade industrial – se eu não estiver errado – no Japão. Tivemos também notícias de outros produtos da nossa biodiversidade dos quais são detentores de mais de 30% no mundo

inteiro. E estão ali os radicais para a produção dos medicamentos dessas novas doenças que se proliferam. Mas para isso essas organizações internacionais sabem fazer a conta.

Por isso, a Ferrovia Norte-Sul tem que ser avaliada, obviamente, por essas análises macroeconômicas como uma obra de pouca importância ou de uma equação econômica inviável. Ela é inviável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para aqueles que não moram neste Brasil novo, que só aguarda a chegada da infra-estrutura para mudar totalmente o quadro desse grande projeto de nação que ainda está nos faltando.

Esta é uma discussão profunda, séria. E o Governo deve, sim, continuar com os investimentos, enquanto debatem os cientistas ou os analistas macroeconômicos que preferem o Brasil integrante das grandes mesas do sistema financeiro internacional, onde o que dá dinheiro não é a produção, não é o trabalho, mas o lucro que dão os juros. Nós queremos fugir dessa equação para, de verdade, estarmos falando em distribuição de renda.

Escuto V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, com grande alegria.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Eduardo, seguramente, esse deve ser o grande eixo da discussão que travaremos no Tocantins. Felizmente, os avanços que o Estado já pôde experimentar desde a sua criação, que são perfeitamente visíveis por tantos quantos habitam aquele belo e abençoado território, cingido pelos rios Araguaia e Tocantins, mas também por tantos brasileiros que já tiveram a oportunidade de lá pôr seus olhos e seus pés. O Tocantins está-se transformando. Sobre tudo com a instalação da Universidade Federal do Tocantins e de algumas outras unidades de ensino superior, o Tocantins pôde concentrar no seu território uma massa crítica extraordinária. São mais de duzentos doutores e mestres que estão ali basicamente em atividade pedagógica e que não estavam há pouco mais de 17 anos. O Tocantins nem imaginava poder contar com uma massa crítica tão consistente e tão poderosa como essa. Seguramente, nós não só utilizaremos a contribuição pedagógica que essa massa crítica poderá oferecer, mas também teremos a oportunidade de desenvolver pesquisas com a contribuição dessas inteligências que estão hoje no território tocantinense, para que possamos efetivamente dar vazão ao extraordinário potencial econômico que aquela região enseja, para que possamos contribuir para diminuir essa tão desastrosa desigualdade regional, desigualdade social, onde os pobres continuam pobres, desassistidos, e os ricos cada vez mais ricos. É com ações dessa natureza e com as obras estruturantes que estão ali sendo

construídas e com essa massa crítica, investindo no conhecimento, que estou seguro de que o Tocantins haverá de dar saltos de qualidade no seu processo de desenvolvimento, contribuindo para que a sua população possa viver com mais alegria, de forma mais saudável e mais feliz e também contribuir para o desenvolvimento econômico não só daquela região, mas também deste nosso querido País. Cumprimento V. Ex^a pelas considerações que traz a esta Casa nesta tarde, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço, Senador Leomar Quintanilha. Espero que estas nossas palavras, palavras de quem vive na região, de quem representa a região, sejam levadas em consideração. Tenho certeza de que, politicamente, na decisão de dar continuidade à ferrovia Norte-Sul nós não dependeremos desses estudos, mas, sim, dos verdadeiros conhecedores da nossa realidade nacional.

Quero, Sr. Presidente, ainda sabendo que conto com uma prorrogação de tempo, terminar este pronunciamento com algo que também é do nosso profundo interesse, tendo em vista o número de assentamentos que temos no Tocantins.

Estive reunido, neste final de semana, com vários prefeitos. São muitos os assentamentos. Hoje, temos um levantamento completo de todos os assentamentos que estão implantados no nosso Estado, que passam de 260 áreas.

Fico muito preocupado porque, se formos fazer a conta de tudo que está envolvido no processo dos assentados, acaba sobrando para a prefeitura a importante tarefa de cuidar da saúde, a importante tarefa de cuidar da educação, do transporte escolar e do atendimento àquelas famílias. Ou seja, não estamos aqui falando contra os assentamentos; ao contrário, estamos aqui falando em assentar com infra-estrutura. Mas vejo, às vezes, uma preocupação com o número de assentados.

Vou citar aqui o caso de Divinópolis, com sete assentamentos já instalados e dois em processo de instalação. Conversei com o Presidente do Assentamento de Santa Júlia, do PA de Santa Júlia, em Divinópolis.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Darei, em seguida, a palavra a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Quero apenas concluir o exemplo que vinha dando.

Então, conversei com os assentados do PA de Santa Júlia, na cidade de Divinópolis, que disseram: já estamos contabilizados com o número de assentados,

mas sequer o piqueteamento dos nossos lotes e das nossas áreas foi feito. Sem isso, é lógico que eles não terão o acesso ao financiamento. Isso para não falar daqueles que estavam assentados e já com o financiamento e que estão sendo retirados, às vezes até com o acompanhamento da Polícia Federal.

Então, acontecem alguns problemas nos assentamentos que essas autoridades do Incra, do Ministério da Reforma Agrária têm que ter mais conhecimento.

Imagine, Sr. Presidente, imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, para uma família, o que seria colocar uma nova criança dentro da casa sem uma estratégia traçada. Assim passa o Prefeito a ser o pai daquela nova despesa social importante. Mas se ela estivesse acompanhada dos recursos...

Então, pelos nossos Prefeitos, que estão fazendo as estradas, que estão fazendo os postos de saúde, que são responsáveis pelas ambulâncias, eu teria de pedir aqui ao Ministro da Reforma Agrária que daqui para frente concentrasse muito mais os seus esforços na estruturação, na infra-estrutura social, e não apenas na parte física dos assentamentos, para que eles possam ter a alegria de, no assentamento, ver o crescimento da produção do Município.

Sou altamente sensível aos assentados. São famílias pobres e carentes e que, portanto, precisam. Mas os Prefeitos estão de mãos atadas. Então, está na hora de trazermos esse debate, e o que estamos tentando fazer na Bancada do Tocantins é criar uma emenda de Bancada específica para os assentamentos, para tentarmos apoiar esse Projeto.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, eu queria aqui prestar um reconhecimento e uma homenagem ao seu pai, Siqueira Campos. V. Ex^a é um fruto – a árvore boa dá bons frutos –, mas seu pai foi muito corajoso ao criar o Estado do Tocantins. S. Ex^a fez um movimento aqui que chegou à greve de fome. E quero crer que o Congresso está meio perdido na opinião pública porque falta um homem como o pai de V. Ex^a, que teve aquela coragem. Eu penso que bastaria seguirmos o exemplo de Siqueira Campos. A criação de Tocantins, creio, é uma luz para todos nós. Atentai bem. Rememorei o mapa dos Estados Unidos, país mais rico do mundo, e o do Brasil. Vejam a diferença. Os nossos Estados são todos disformes. O Piauí, por exemplo, é comprido, vai do mar à Bahia. Então, acho que o resultado conseguido pelo seu pai ao criar o Estado, levando o progresso e o desenvolvimento...

(Interrupção no som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ..., seria uma inspiração para que este Congresso aproveitasse os projetos de lei que estão em andamento e que criam outros Estados. Os Estados Unidos, que têm uma área geográfica maior do que a nossa, tem 50 Estados; O México, que tem menos da metade do território do Brasil, tem 35 Estados. Então, é uma boa hora para o Congresso buscar aqueles projetos que criam novos Estados, que, sem dúvida, promoverão o crescimento e o enriquecimento do nosso País, como Tocantins está fazendo. Essas são as nossas palavras. Queremos sensibilizar as Lideranças para que busquem... Há o desejo de dividir o Piauí. Ele é disforme, muito comprido. O novo Estado ficaria com a parte ao sul e a parte norte ficaria como Piauí. O Maranhão tem um projeto semelhante, assim também o Pará. Então, não é um salto no desconhecido, no escuro, mas um caminho vitorioso, desbravado pelo nosso grande líder, seu pai, Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço muito, Senador Mão Santa, a V. Ex^a, que, além de grande amigo, foi Governador juntamente com meu pai. Agradeço as palavras sempre elogiosas de V. Ex^a, que me honram muito e me deixam muito engrandecido e grato, como certamente é o povo do meu Estado: grato pelas palavras que V. Ex^a pronuncia sempre que se refere a Tocantins.

Para concluir, Sr. Presidente, fizemos uma emenda muito importante, Senador Mão Santa, este ano, referente à patrulhas motomecanizadas. Conseguimos aprovar R\$ 9 milhões, que foram divididos entre quatro patrulhas motomecanizadas e que estão atendendo hoje a quatro consórcios: o consórcio Consudeste, o consórcio da Amsul, o consórcio Mesoeste e o consórcio Combico, do Bico do Papagaio. Com isso, 40 Municípios serão atendidos. Sabe V. Ex^a qual é a maior preocupação dos Prefeitos? Os assentamentos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos lutando para uma nova emenda, de novas patrulhas motomecanizadas, por ambulâncias, por unidades odontomóveis, pelo transporte escolar dos Municípios, tudo em função dos assentamentos que estão espalhados pelo nosso Estado, que são 285 – quero falar precisamente –, com mais de 19 mil famílias atendidas, ou melhor, famílias assentadas. Se eu falasse de famílias atendidas, eu teria que reconsiderar a frase, porque nem sempre a família assentada está atendida. É uma espécie de intervenção que faz o Governo Federal no Município, no Estado.

A meu ver, a redistribuição da terra, da nossa riqueza pelas famílias mais pobres, pelas famílias mais carentes é um dos caminhos da ocupação da nova faixa do território brasileiro. Fico feliz. É uma alegria

encontrarmos os assentados quando vamos a esses Municípios. Já estive em vários deles, mas são assentamentos de grande número de famílias no Tocantins, próximo a Araguaína, próximo ao assentamento de Rio Preto, Aragominas, Santa Cruz, o PA-Dois Irmãos, em Aragominas, o PA-Reunidas, em Aragominas. Tenho feito muito contato. Talvez o maior deles todos seja o PA-Juarina, com 636 famílias na cidade de Bernardo Sayão. São 285 assentamentos, e não quero faltar com nenhum deles, mas estamos nos empenhando ao máximo para criar uma nova realidade de emenda de Bancada: a emenda destinada aos assentamentos, porque a emenda de Bancada é o Orçamento-Geral da União.

Se a União continua programando recursos para novas famílias assentadas – temos tantas desapropriações em andamento –, vamos ver apenas o problema aumentar se não for acompanhado da ida de recursos.

Existem os mecanismos de financiamentos, mas eles não são tão fáceis assim. Existe o problema da infra-estrutura para o assentado, o piqueteamento do lote. Gostaria que não houvesse tanta pressa no assentamento ou que, havendo a pressa do assentamento, houvesse também a pressa para o financiamento, para o piqueteamento, para a legalização e para a saúde e para a educação dos assentados.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho, com muita alegria.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a, com a sua sensibilidade, está trazendo um problema realmente sério que temos no Brasil. Já sabemos que só “dar a terra” para as pessoas não resolve, e sei que Tocantins recebe os assentamentos de coração aberto, como Roraima também recebe qualquer pessoa que queira ir para lá, para assentamentos ou para trabalhar. Mas eles ficam nas costas das Prefeituras, e de Prefeituras pobres. Além do mais, essa demora em definir as coisas, em demarcar, em titular a terra também faz com que a pessoa fique mais desamparada. A pessoa abandona o lote, deixando-o com o vizinho. Em Roraima, o problema grave é a malária, que ataca os assentamentos. Faz-se o assentamento, e começa a dar malária, porque é normal. Não descobrimos um meio de abrir um assentamento sem que haja a epidemia de malária. Faz-se o assentamento. Alguns começam, assombram-se e vão embora, porque só têm a ajuda inicial, os financiamentos iniciais. Depois, a pessoa não pode ter mais nada porque realmente não tem condições de pagar. Eles vão embora e vendem o lote para o vizinho, dão o lote para o vizinho, para o seu compadre. O compadre fica lá, luta

durante 15 ou 20 anos e sobrevive lá. Agora, o Incra está querendo tomar o lote e colocar para fora essas pessoas que vivem entre três ou quatro lotes há 30 anos. Agora, em Roraima, está assim: chega uma ordem da Justiça determinando a desocupação do lote. Há que se rever essa posição. Não pode ser dessa forma. O homem sobrevive em condições inóspitas, luta contra doenças, contra dificuldades e carrega sua produção na cabeça para chegar aonde o carro pode pegar. E o próprio Governo quer tirar essa pessoa de lá? V. Ex^a está apresentando um ponto importante para o qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário deve se atentar: elaborar uma forma de assistir aos assentados que já estão em seus lotes e definir a situação fundiária daquelas pessoas. Aí, sim, estaremos fazendo uma reforma agrária de qualidade e justa. Não adianta jogar a pessoa e deixá-la lá, porque é o Estado que vai arcar com o isso. O Estado de V. Ex^a é rico, graças a Deus, com muito gado, com rebanho bovino invejável, o segundo rebanho do Brasil, o que gera muita riqueza. Mas o meu, que está na pontinha, isolado e para o qual só há uma estrada para se chegar ao resto do País e somente das 6 horas às 18 horas? Entre 18 horas e 6 horas, uma ONG fecha a estrada que o une a todo o Brasil. São essas coisas que temos de ajeitar neste País. Reclamamos, falamos, dizemos e não somos atendidos. V. Ex^a está fazendo um discurso em defesa dos assentados do seu Estado, mas também em defesa dos assentados de Roraima, Amapá, Acre, Amazônia e de todo este Brasil. Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

Sr. Presidente, podemos discutir o planejamento familiar no País como uma forma de ajudar os brasileiros, juntamente com essa dura tarefa de criar filhos. Logicamente, deve ser uma ação do Governo. Tínhamos que ter um programa de planejamento financeiro, social, econômico, logicamente, para os assentamentos. Louvo a iniciativa da reforma agrária. Mas ela deveria ser discutida com os Prefeitos, com os Governadores, com os entes que são os sócios, os parceiros que a União tem, parceiros que ela vem deixando quando cria contribuições como Cofins, CPMF, tantas outras, que os Estados e Municípios não recebem.

Na verdade, quero homenagear os 285 assentamentos que já existem no Tocantins. Vamos tentar dirigir, por meio de nossa ação parlamentar, o máximo. Estamos trabalhando pelos Municípios, pelos Prefeitos. Via de regra, quando busco um Prefeito para fazer um contato – falo de Municípios com dez, onze assentamentos em seu território –, ouço o seguinte: “Senador,

minha administração está muito bem avaliada na zona dos assentamentos, mas estou mal avaliado no centro da cidade. Ou cuido de uma coisa ou de outra. Se tenho nove assentamentos praticamente posso dizer que tenho nove cidades dentro do meu Município”. O Prefeito fica num dilema. Não há máquina, não há ambulância, não há como fazer um posto de saúde, porque não há médico.

Lá no Tocantins, havia mais de 200 profissionais cubanos por não conseguirmos atender as pessoas com nossos queridos médicos brasileiros. Falo isso com muito carinho porque tenho uma filha cursando Medicina e outra já formada, com pós-graduação em Cuba, na área de saúde pública. São 600 brasileiros estudando em Cuba. Quando esses brasileiros chegarem aqui, quero ver se eles vão ter seus cursos reconhecidos ou não. Precisamos fazer um grande acordo internacional sobre isso.

Vou concluir, nos segundos que faltam, já pela generosidade de V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi, dizendo que eu gostaria muito que pudéssemos fazer um grande encontro com a União, com os Ministros, com os Governos estaduais e com os Prefeitos, para discutirmos uma política de planejamento para os assentamentos. Vamos estruturar os assentamentos que já estão criados, sem deixar faltar condições para aqueles que estão, efetivamente, esperando por esse benefício.

Concluo minhas palavras, mais uma vez, ouvindo o aparte do Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Eduardo Siqueira Campos, gostaria de fazer apenas um esclarecimento. V. Ex^a tocou no tema do planejamento familiar nos assentamentos, e, para deixar bem claro para as pessoas que estão assistindo à TV Senado, quero dizer que conheço suas posições democráticas e humanísticas. Quando V. Ex^a falou em planejamento familiar nos assentamentos, V. Ex^a falou em oferecer condições para que os assentados possam optar por uma forma de planejar a sua família e não em impor um planejamento familiar para os assentados.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – V. Ex^a me dá a oportunidade, Senador Augusto Botelho – feliz do meu pronunciamento por ter V. Ex^a, um médico, presente –, de esclarecer. Eu quis dizer: o Brasil pode discutir uma forma de planejamento familiar, preocupado com a questão do número de filhos que cada brasileiro tem, principalmente das camadas mais pobres. Eu nunca tive essa preocupação ao imaginar o tamanho e a extensão do território nacional. Não que eu não tenha uma preocupação com a condição de cada família, mas o que eu imaginava era um plane-

jamento de assentamentos. Vamos citar o Tocantins: se existem 285 assentamentos consolidados, por que criarmos mais 50 ou mais 100, se não conseguimos dar-lhes ainda a infra-estrutura?

Então, na verdade, eu quis fazer referência àqueles que tentam buscar no planejamento familiar uma solução para o Brasil. Diria que muito mais prático, no caso dos assentamentos, seria encontrar uma fórmula em que houvesse um planejamento combinado entre Municípios e Governadores para implantação de um novo assentamento num Estado. Assim, todos os entes federativos teriam condições de inserir tais recursos nos seus orçamentos, previamente estudados, já com os Parlamentares para novas emendas, ou seja, um reforço nos orçamentos municipais e estaduais, para não vermos brasileiros abandonados à própria sorte, dizendo: “Eu ganhei um lote, mas o que faço dele agora?” – como V. Ex^a bem disse.

Portanto, que fique isso bem claro, até porque, Senador Augusto Botelho, nisso tenho posições muito conhecidas. Muitas vezes reputam isso à minha formação da Igreja Católica, que tem uma convivência harmônica com todos os cristãos das Igrejas Evangélicas. Sou conservador no sentido de que a grande bênção que temos é a vida, e é exatamente pensando na vida de quem já está assentado que imagino devesse haver um planejamento para os novos assentamentos, destinados aos brasileiros que ainda almejam ter seu pedaço de chão. Faria muito bem ao País envolvermos prefeitos e governadores, para não haver essas interferências não discutidas que acabam sobrando para os prefeitos, que não gostam de ver os assentados sofrerem, e para os próprios assentados, que ficam sem condições de sobreviver.

Obrigado, Senador Augusto Botelho, por ajudar-me a esclarecer este ponto, porque, efetivamente, o planejamento ao qual me refiro deve-se ao fato de termos tantas terras férteis neste País, tantos potenciais e riquezas. E a mencionada distribuição não cabe apenas à União, cujo papel não se restringe apenas ao cumprimento desta missão, mas sim fazer um estudo migratório dentro do País, para uma melhor ocupação do território nacional.

A reforma agrária é uma dessas modalidades? Entendo que sim; importante. Porém que seja feita planejadamente, com a participação de prefeitos e governadores. Nós, Parlamentares, estamos aqui criando modalidades novas. Fizemos no Tocantins uma inovação: patrulhas motomecanizadas. Ano que vem, queremos fazer uma emenda dirigida aos assentamentos. Mas é pouco diante do que pode fazer a Nação dentro deste Programa Nacional de Reforma Agrária.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Com muito honra, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, realmente V. Ex^a tem razão. Creio que devíamos sentar para discutir um pouco essa questão do assentamento. Lá no meu Estado, percorri vários assentamentos resultantes da reforma agrária. Hoje, há muitos órgãos cuidando desse assunto. Vou tentar resumir. Perdoe-me V. Ex^a se entro no seu discurso, mas, por oportuno, creio que está na hora.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Se permite apenas concluir, Sr. Presidente, o módulo que se estende para o assentado é entre dez e vinte hectares. Na verdade, fizemos algumas experiências e vamos agora criar um modelo que pretendemos mostrar para o Brasil, em que três hectares são suficientes para que uma família de lavrador possa auferir uma renda mensal, Senador Siqueira Campos, de R\$1.200,00. Nos assentamentos que eu conheço – conheço vários desses assentamentos –, não há regularidade de renda, porque não há nenhum projeto objetivo. Eu lembraria que o projeto do biodiesel cai como uma luva para que se promova realmente um desenvolvimento agrário. Que sejam cinco hectares, que fiquem dois de reserva; mas três são suficientes. Em outra oportunidade, falarei sobre o assunto. Parabéns a V. Ex^a por chamar a atenção da Casa para algo que é muito importante para o País.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero aqui, aleatoriamente, homenagear o assentamento de Loroty, líderes com os quais pude debater, em homenagem a todos os assentamentos do meu Tocantins, chamando a atenção da União, dos Estados e dos Municípios para a gravidade desse problema e para uma melhor política de atendimento às famílias assentadas, que é o que clamo neste meu pronunciamento.

Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

Altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 206 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Tráfico internacional de pessoas para fins de emigração

Art. 206. Promover, intermediar, facilitar ou financiar a entrada irregular de pessoa em território estrangeiro, com o fim de obter lucro:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I – mediante fraude;

II – por quadrilha ou bando;

III – por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

§ 2º A pena é aumentada de um a dois terços, se o crime expõe a perigo a vida ou a saúde de outrem.

§ 3º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave, aplica-se a pena de reclusão, de três a oito anos; se resulta a morte, aplica-se a pena de reclusão, de quatro a doze anos.

§ 4º Para os efeitos penais, a expressão “entrada irregular” compreende o ingresso em território estrangeiro sem observância das formalidades legais exigidas pelo país de destino. (NR)”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º

.....

IX – tráfico internacional de pessoas para fins de emigração.

..... (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros

para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”, nos termos do Requerimento nº 2, de 2005 – Congresso Nacional, também denominada CPMI da Emigração, identificou, logo no início dos trabalhos investigativos, um enorme fosso na legislação penal brasileira.

É que o favorecimento à entrada irregular de pessoas em território estrangeiro com o fim de lucro não constitui crime segundo as leis brasileiras. Assim, os órgãos oficiais não podem reprimir diretamente essa atividade, que, hoje, mostra-se altamente lucrativa, bem organizada e com ramificações internacionais. Os únicos possíveis rastros dos aliciadores e dos financiadores, conhecidos popularmente como “coiotes” e “cônsules”, são os crimes tributários ou de evasão de divisas.

Em que pese o comércio de pessoas para outros países ter sido largamente denunciado pelos meios de comunicação nos últimos meses, inclusive provocando a ida de duas missões parlamentares aos Estados Unidos da América (EUA) – a primeira em fevereiro de 2004 e a segunda em agosto de 2005 – para resgate de brasileiros deportados, tal prática não encontra uma tipificação específica no Código Penal brasileiro ou nas leis extravagantes.

Embora o Brasil seja signatário do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, a repressão ao tráfico de pessoas, do ponto de vista do direito interno, pulverizou-se em diversos dispositivos legais. O Código Penal prevê o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição (art. 231) e de aliciamento para fim de emigração (art. 206), enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente reprime o envio ilegal de menores para o exterior (art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

A forma mais disseminada de tráfico de emigrantes, porém, não se amolda a nenhum dos tipos penais mencionados. Se considerarmos o fluxo de emigrantes para os EUA e outros países, fenômeno impulsionado sobretudo a partir da década de oitenta e que assume proporções cada vez maiores, vemos claramente que o Brasil não se preparou para esta nova e complexa realidade: a de possuir entre 2,5 e 3 milhões de brasileiros residentes no exterior. Em primeiro lugar, nosso País, lamentavelmente e a despeito de recentes esforços, não possui uma estrutura de atendimento consular minimamente condizente com o número de brasileiros no exterior. Em

segundo, porque as ações de combate aos grupos que exploram emigrantes são muito reduzidas, tendo em vista a lacuna na legislação penal.

Hoje, a entrada irregular nos EUA dispensa até mesmo a falsificação de documentos. Milhares de pessoas são seduzidas com a proposta de emigrar via México, já que este país e o Brasil assinaram acordo de dispensa de vistos em passaportes comuns (Decreto nº 4.952, de 14 de janeiro de 2004). A travessia representa um enorme perigo à vida dos emigrantes, quando não são presos pelas autoridades norte-americanas. No ano fiscal de 2005, estima-se que aproximadamente 25.000 brasileiros foram presos tentando atravessar a fronteira México-EUA. Por detrás desse número, esconde-se a indústria da emigração.

O oferecimento de ajuda para entrar nos EUA ocorre em diversos pontos do país, principalmente naquelas cidades com longa tradição de emigração. A proposta cobre todos os custos da viagem, estadia e deslocamento em território mexicano. Assim, mediante o pagamento de um valor determinado, o interessado compra um “pacote” que, em tese, garantiria sua entrada nos EUA. Os aliciadores seduzem as vítimas permitindo que o pagamento seja feito somente com a efetiva entrada em solo norte-americano.

Em caso de insucesso, o emigrante não arcaria com nenhum custo, como se fosse um contrato “contra entrega”.

Como muitas pessoas não dispõem de recursos para pagar a oferta dos aliciadores, ou dispõem tão-somente de uma parte desses recursos, entra em cena a figura do “cônsul”, responsável por financiar o pacote, geralmente fixado em 10.000 dólares. Desse modo – e aqui o lado mais perverso do fenômeno –, muitas pessoas conseguem fazer o percurso sem dinheiro, oferecendo apenas algumas garantias, como propriedades rurais. Entre o desemprego no Brasil e as novas oportunidades no exterior, muitos optam pela aventura da travessia. Evidentemente, os emigrantes são vistos como potenciais pagadores, considerando a razoável oferta de emprego nos EUA. Chegando lá, a pessoa deve trabalhar para pagar sua dívida, havendo relatos de que as vítimas trabalham mais de um ano só para cumprir o acordo feito com os coiores e cômicos, mediante depósitos mensais.

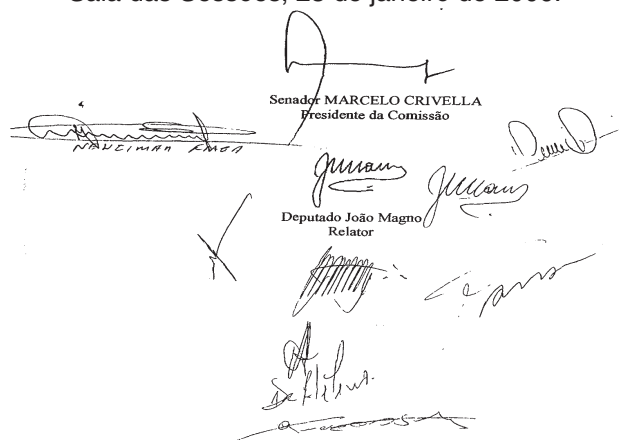
A presente proposição atinge especificamente a ação de terceiros que exploram a atividade descrita, preservando, na sua totalidade, o direito dos que desejam sair do país, em respeito ao art. 5º, XV, da Constituição Federal (CF). Para tanto, promove alterações no art. 206 do CP, cuja redação atual exige, como elementos do tipo, a fraude e que as vítimas sejam trabalhadores (o que pressupõe uma relação de trabalho estabeleci-

da). De acordo com a proposta, a fraude seria apenas um elemento accidental, ensejando o aumento da pena. Com efeito, haja ou não fraude documental, exista ou não relação de trabalho preestabelecida, aquele que promover, facilitar, intermediar ou financiar a entrada irregular de pessoas em território estrangeiro, com o fim de lucro, responderá pelo crime do art. 206 do CP, cuja competência para julgamento é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, VI, da CF.

Além do mais, ao acrescentar inciso ao art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a proposta insere o novo crime entre os antecedentes da lavagem de dinheiro, fechando o ciclo da repressão penal.

Com isso, esperamos dar um passo inadiável na luta contra a indústria da emigração, que tem provocado mortes, prisões e a exploração econômica de milhares de pessoas. Uma luta e um dever de solidariedade de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2006.



Senador MARCELO CRIVELLA
Presidente da Comissão

Deputado João Magno
Relator

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE
INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO
REQUERIMENTO Nº 2-CN, PARA APURAR OS
CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIS E CIVIS
PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL
DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS
E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS
DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS
QUE VIVEM NO EXTERIOR.**

Ata da 8ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2005

Ao primeiro dia de setembro de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, e com as presenças dos Senadores Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, e ainda com as presenças dos Deputados João Magno,

Neucimar Fraga, Geraldo Thadeu, Dr. Heleno, Jackson Barreto, Aldir Cabral, Takayama, André Zacharow e Leonardo Monteiro, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2005-CN, com o objetivo de “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Marcelo Crivella, declara abertos os trabalhos da 8ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina às oitivas dos senhores Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras – MG; e Wanderley Vieira de Souza, prefeito de São Félix de Minas – MG, bem como para apreciar o projeto de lei (da Comissão), que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. A seguir, o presidente coloca o projeto de lei em discussão. Concede a palavra ao relator, Deputado João Magno, e aos Deputados Geraldo Thadeu; Leonardo Monteiro; Takayama; Dr. Heleno; Aldir Cabral; e Neucimar Fraga. Colocado em votação, simbólica, o projeto de lei é aprovado pela comissão, o qual, oportunamente, será apresentado à Secretaria da Mesa do Senado Federal. Dando continuidade à reunião, convida os senhores depoentes para prestarem seus esclarecimentos (em reunião reservada). Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. E, para constar, eu, Izaías Faria de Abreu, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. – Senador **Marcelo Crivella**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sob a graça do nosso Deus Pai, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 2/2005, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Antes de começarmos o depoimento, gostaria de colocar em discussão o projeto que esta comissão e sua consultoria elaboraram para tipificar o crime que hoje não existe no Código, de financiamento da ida ilegal de brasileiros para o exterior com fins pecuniários.

Farei apenas um pequeno preâmbulo. Esse negócio envolveu, neste ano, 25 mil brasileiros. Vinte

e cinco mil brasileiros foram financiados para ir aos Estados Unidos. Se colocarmos um preço médio de US\$5 mil, estamos falando de US\$125 milhões que foram fornecidos por um financista, por um grupo, por uma organização. Cobraram pela ida de brasileiros para os Estados Unidos, conforme é notório e já se publicou em vários jornais, e esta comissão já apurou. Isso resulta em um pagamento de US\$10 mil quando o brasileiro chega lá.

Então, investiram US\$125 milhões e ganharam US\$250 milhões. Investiram US\$125 milhões e os transformaram em US\$250 milhões, porém, com o risco da vida do nacional, do brasileiro.

E é isso que nós, na nossa Comissão, estamos colocando em discussão com os Srs. Deputados, membros e relator. Já abrimos prazo para emendas. Na última semana, foi colocado em discussão, e ficaram para esta semana as emendas.

Pergunto se alguém quer inscrever-se para discutir esta matéria, antes de passarmos para o depoimento do Sr. Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras, que deporá em nossa comissão.

Deputado Geraldo Thadeu, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, considero este projeto de lei muito importante. Eu tinha uma grande dúvida. Estamos aqui numa investigação. Temos várias pistas já, praticamente um roteiro, desse processo de emigração de brasileiros. Sabemos dos agenciadores. Nós vamos caminhar, vamos descobrir, vamos chegar a pontos importantes, mas como vamos condenar esse pessoal?

Não tínhamos como, mas este projeto de lei preenche essa lacuna. Então, agora ficamos respaldados para que esta CPMI possa depois encaminhar essas pessoas que fazem agenciamentos e que têm lucros exorbitantes, às vezes com as desgraças das pessoas. Queremos que esta CPMI traga aos brasileiros que tenham vontade de ir para o exterior condições para que possam trabalhar, mas com dignidade, com segurança, e que eles não sejam levados ilegalmente e vivam na clandestinidade.

Nessa viagem que realizamos recentemente, vimos que 90% ou mais daqueles que foram estão voltando, mas que não gastaram nada porque foram financiados por agenciadores. Trata-se de um grande lucro isso aí. Na realidade, estimulam a pessoa voltar, a ficar lá presa, voltar pela segunda, pela terceira vez. Ela sabe que vai chegar um momento em que a polícia americana vai colocar na prisão o brasileiro e vai ser muito difícil tirá-lo porque será reincidente por três, quatro vezes.

Na realidade, temos de acabar com isso mesmo, mas tem que haver uma punição. Se não tiver punição, vamos acabar morrendo na praia.

Então, quero parabenizá-lo pelo projeto de lei. Acho que ele é muito importante. Inclusive, temos de trabalhar para que ele seja agilizado e possa ser aprovado logo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida, V. Ex^a tem toda razão. Aqui no Senado, nós podemos trabalhar com os membros da comissão e apresentar como um projeto da comissão, que tem uma tramitação mais rápida. Mas, quando o projeto chegar à Câmara, realmente, vamos depender dos membros da nossa comissão, que conhecem o assunto, sabem da importância, para agilizar a tramitação.

Há mais alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Eu também penso, Sr. Senador, que, dada a emergência deste projeto para as necessidades do grande problema da emigração no nosso País, o mesmo procedimento que tomávamos aqui no Senado – de colocar a força de uma CPMI, que já tem produzido alguns resultados ao longo da própria investigação – deve ser adotado na Câmara dos Deputados. Levar a força da CPMI para lá, como um projeto que marca as duas Casas, a fim de garantir uma tramitação a mais ágil possível, usufruirmos desse instrumento da CPI.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ.) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a, senador Marcelo Crivella, o nosso relator, Deputado João Magno, e todos os deputados aqui presentes. Mais uma vez, reforço a importância desta CPMI da Emigração para nós de Minas Gerais, sobretudo para nós do leste de Minas.

Esta comissão, como podemos perceber dos nossos trabalhos, inclusive pelo roteiro apresentado pelo Deputado João Magno, vai ter a importância de fazer a investigação, de apurar irregularidades em relação à ida de pessoas para os Estados Unidos, seja tráfico, seja transferência de dinheiro – V. Ex^a percebeu lá em Governador Valadares aquela realidade. Mas vejo também que esta CPMI terá uma função importante, qual seja a de criar as condições legais para incriminar aquelas pessoas que hoje cometem o ato ilegal, que é a questão do tráfico, transferência de recursos.

Por último, a Comissão terá condições de propor – e isso o Deputado João Magno deixou ressaltado no roteiro que foi apresentado para nós aqui -, seja para o Governo de Minas, seja para o Governo Federal, al-

ternativas de trabalho e renda naquela região de Minas Gerais – vale do Rio Doce, leste de Minas, uma das regiões mais empobrecidas do nosso Estado. As cidades cresceram baseadas no extrativismo, inclusive do extrativismo do minério e da mica. Os americanos e ingleses exploraram a nossa região, o que contribuiu para a nossa relação com o estrangeiro. As primeiras pessoas que foram para fora trabalhavam com ingleses e americanos, com a mica, material usado na Segunda Guerra Mundial.

Portanto, é antiga a nossa relação com os estrangeiros, com o Estados Unidos, com os europeus. Sem dúvida alguma, como essa região cresceu baseada no extrativismo, depois, com o esgotamento do minério e da madeira, a região entrou num refluxo, e hoje as cidades no entorno de Governador Valadares, todas elas, têm um número muito menor do que tinham há dez, quinze anos.

Então, repito: além de termos a função de investigar, de apurar essas irregularidades, além de termos uma outra atribuição importante nesta comissão, que é propor formas de tipificar o crime, temos a função de propor projetos na linha de geração de renda na nossa região.

Para V. Ex^a ter uma idéia, Senador, o vale do Rio Doce é a única região do leste de Minas que não tem uma universidade pública federal. Além de projetos, como foi apresentado lá na nossa reunião de audiência pública, pela Deputada Elisa Costa, projetos na linha de geração de renda... Faz-se necessária a atuação do Governo Federal nesse sentido.

O vale do Jequitinhonha é uma região pobre de Minas, mas está incluído na área da Sudene e temos lá o Banco do Nordeste, e a região leste de Minas está abandonada.

Por isso, ressaltamos aqui o trabalho importante que V. Ex^a tem dedicado a esta Comissão, ao trabalho do Deputado João Magno. A esta Comissão não é dada a importância, a atenção e os holofotes da imprensa, mas, sem dúvida, ela vai ter um papel muito importante, que é resolver esse problema do tráfico ilegal de pessoas para os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Sem dúvida. V. Ex^a sabe que as outras CPI tratam de corrupção, mas aqui nós tratamos de vidas.

Hoje de manhã, tive um encontro com o embaixador americano, John Danilovich, que está deixando o Brasil. Em três semanas vai embora. Eu reiterei a ele que esta comissão considera fundamental que se aumente o número de vistos legais aos brasileiros. Esse foi um compromisso que nós assumimos em Valadares e pelo qual, certamente, seremos cobrados também na região de Poços.

Estamos fazendo a nossa parte, na certeza de que o governo americano há também de tratar o Brasil... porque os americanos concedem um milhão de vistos de imigração por ano. Um milhão! Por que ao Brasil só seis mil, se não temos a máfia brasileira lá? Há a máfia chinesa, e os chineses recebem 60 mil. Existe a máfia hispânica, e os mexicanos recebem 220 mil por ano, e nós, brasileiros, ficamos com essa média. Estou falando em seis mil, que foi o recorde. Se eu for botar a média, é quatro e meio, cinco, não passa disso.

Então, falei com ele hoje, falei com Simon também, que todos os esforços estamos fazendo para evitar a emigração ilegal dos nossos irmãos para os Estados Unidos, mas também queremos que haja, por parte do governo americano, um tratamento mais justo com aqueles que desejam emigrar e não conseguem, por simples preconceito.

Aliás, fiz também um pedido a ele, para que nos ajudasse a trazer os dois Senadores americanos, Edward Kennedy e John McCain, para virem aqui falar sobre o *Guest Work*, projeto importantíssimo que tramita no Congresso americano. E, finalmente, os patrulheiros, o *Border Patrol*, e os que lidam com os presídios americanos – a maioria é terceirizada –, para que venham fazer aqui uma explanação. Assim, cada um de nós iria saber com detalhes aquilo que eu, João Magno e Neucimar Fraga, que estivemos lá, sabemos: as condições dos presídios, e também como eles fazem a defesa da fronteira com o México.

Com a palavra V. Ex^a!, o nosso querido Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, companheiro Magno, demais companheiros, quero pedir uma orientação, para discutir o projeto de lei, à assessoria técnica sobre a redação. De repente, amanhã – sonhamos um pouco – o Governo brasileiro, seja por meio de uma ONG, possa financiar a ida desses brasileiros para lá. Da forma como está a redação, não dificultaria a legitimação, vamos dizer, a regulamentação desse projeto de lei?

Eu sempre sonho com o modo como a China apóia os seus – não sei se de forma irregular, pois não conheço os detalhes da legislação chinesa, mas o número de chineses que circulam pelo mundo é muito grande. É a maneira de eles tentarem emplacar os seus produtos, pelo menos aqui no Brasil, de forma irregular.

Então, peço que a assessoria técnica analise se, como está na redação, não prejudicaria, por exemplo, amanhã, a criação de uma ONG, ou então, de forma oficial, pela Caixa, pelo Banco do Brasil, uma linha de

crédito para esse pessoal. E a mesma coisa quando, por exemplo, proibimos o jogo do bicho, mas temos a loteria esportiva, a loteria estadual. Quer dizer, se é oficializado, não há irregularidade. O que é irregular é a forma como é feita, o que é inclusive um fator para aumentar a criminalidade, que, no caso, é a questão do jogo do bicho, que acaba financiando a contravenção e a infração penal.

Era só essa a ressalva que eu gostaria de fazer, para que, amanhã, se o Governo ajudasse, ou, então, por meio de ONG, pudéssemos ter mecanismos ou, quem sabe, pelo Banco ou Caixa Econômica, ajudar esses brasileiros a ir para fora, no momento em que o Brasil precisa – e não há vergonha nenhuma nisso. A maior parte de nós, que estamos aqui, é descendente de italianos, de japoneses. Meus pais, quando vieram para o Brasil, vieram ajudados pelo governo japonês, numa época em que a situação era difícil, principalmente na questão de envio dos navios, subsidiados, para que os japoneses viessem num momento de recessão no Japão; para que fossem, em outras partes de mundo, em busca de mercado de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Ex^a tem razão, porque – só para dados da nossa comissão –, de 1836 a 1948, vieram para a América, sobretudo Canadá, Estados Unidos, Brasil e Argentina, 52 milhões de europeus, fora os asiáticos. Cinquenta e dois milhões de europeus vieram, de 1836 a 1948, para as Américas, sobretudo Canadá, Estados Unidos, Brasil e Argentina. No entanto, Deputado Takayama, fui informado pela nossa Comissão, pela consultoria que não interferiria, porque aqui fala em obtenção de lucro, imigração ilegal e mediante fraude. Quer dizer, cooperativas, empresas ou o próprio Governo que queira incentivar a ida de nacionais em programas de ocupação.

Por exemplo, existe aqui, no Brasil, um belo programa desenvolvido pela Austrália – o embaixador australiano estava me explicando: o brasileiro que queira ir para a Austrália preenche um formulário e, de acordo com a aptidão do brasileiro, não prometem emprego, mas autorizam a imigração – porque eles sabem que não é oficial, mas, oficiosamente, conforme disse V. Ex^a., é certo conseguir emprego –, indicam a área da Austrália em que o brasileiro pode trabalhar. Milhares têm ido todos os anos.

A Austrália é um país quase do tamanho do Brasil. Não parece muito, porque o Brasil é comprido, e ela é mais retangular, mas a Austrália tem seis milhões de quilômetros quadrados e 20 milhões de habitantes, imaginem! Vinte milhões de habitantes é a metade

de São Paulo. Metade de São Paulo! Então, é preciso povoar extensas áreas, e eles têm esse programa. É interessante que eles concedem mais vistos para o Brasil que os Estados Unidos, que é o nosso maior parceiro econômico.

Há, então, esse incentivo. São programas dessa natureza que os brasileiros ainda desconhecem e que podem servir de refúgio em épocas de dificuldade, como disse o Deputado Takayama.

V. Ex^a. quer discutir o projeto, Deputado Heleno Silva? (*Pausa.*)

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – Sr. Presidente, o projeto em si abre lacunas e um abre um campo para que possamos assegurar o direito de justiça, sem dúvida nenhuma. Mas V. Ex^a. falou na tônica de toda essa nossa reunião, na proposta da Comissão, que não é banir os brasileiros, tirar deles o direito de imigrar. Não. Não é tirar-lhes o direito de ir e vir, nem tampouco, na forma constitucional internacional, tirar-lhes o direito de conhecer e de viver em outros países, mas, sim, o nosso caso é com países que têm preconceito em relação a nós. E, embora não se demonstre, a culpa é nossa por esse preconceito, porque não somos agoniados. Se fôssemos agoniados, se sempre estivéssemos mexendo, bulindo nesse assunto com os Estados Unidos, eles achariam, sem dúvida nenhuma, mais brechas para nós, como estamos fazendo agora.

Então, a tônica disso tudo para mim é aumentar os vistos. É o que V. Ex^a. falou agora. Se existe esse preconceito numérico, vamos cortar isso; vamos mostrar que tem de existir um sistema para se aquilatar o visto. Se o país tal tem tantos vistos, por que nós, na mesma extensão, tão próximos, quase um prosseguimento de continente, não é verdade, de direção, de região, e não temos isso.

E os nossos brasileiros não são bagunceiros. Sentimos por isso. Temos poucas reclamações. Não é verdade? Enquanto os mexicanos são uma parada. E temos outros países mais bagunceiros. Os nossos são portadores do medo, porque aqueles que vão escondidos, quando conseguem o trabalho, ficam indo da casa para o trabalho. São verdadeiros escravos do medo. Não têm a liberdade condicional e não têm a internacional.

Está certo e temos que ver...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – E o pior, Deputado, é que ficam lá o tempo todo sem ver a família. Como não são legais, não podem vir ao Brasil, não podem levar a família. Passam o ano, realmente, como exilados.

O SR. HELENO SILVA (PL – SE) – São escravos internacionais sem mérito. Posso dizer, são piratas do obscuro, sem dúvida nenhuma. Parabéns! Essa turma está entusiasmada e estamos aí para trabalhar.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra, para discutir, V. Ex^a.

O SR. ALDIR CABRAL (PFL – RJ) – Sr. Presidente, não para discutir, apenas para dar o apoioamento à essa lei e ilustrar, aqui, a realidade do nosso País com os Estados Unidos. São leis distintas e a lei brasileira abriga, sim... Porque tudo vem do nascedouro do País. O Brasil cresceu no eixo Rio/São Paulo. Nasceu aí. E os Estados Unidos cresceram diferentes: de dentro para fora. E o Brasil, de fora para dentro, conforme está acontecendo agora com a população de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará. A lei brasileira, a lei de estrangeiros facilita para aquele que tem tecnologia, aquelas vagas, aqueles empregos, aquela mão-de-obra adequada possam, sim, entrar no Brasil com visto de trabalho temporário e irem para esses lugares que citei agora, que ainda não têm muita população.

Os Estados Unidos são diferentes. Eles têm tecnologia. O que eles precisam é da mão-de-obra brasileira, como arrumadeira, lavadores de carro. Lá é diferente, é o Primeiro Mundo. E essa é a nossa realidade; e temos que prestar atenção para o que queremos, onde queremos chegar, que é justamente essa abertura que temos de mais e eles têm de menos. E o que temos de menos, eles têm de mais, que é a parte tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, o presente projeto de lei apresentado, com certeza, veio para preencher um vazio que existia na nossa legislação a respeito do assunto. Mas como não tive oportunidade de estudar a legislação sobre o tema – mas considero importante a aprovação dessa matéria -, gostaria de indagar da Presidência, tendo em vista que V. Ex^a. tem outros conhecimentos na área, a emigração... Esses crimes cometidos na emigração não estão previstos no nosso Código Penal.

Mas estamos vivendo um problema semelhante com os bolivianos entrando no Brasil. Gostaria de saber se existe penalidade já prevista para brasileiros que facilitam a entrada de imigrantes de forma ilegal e financiam a entrada desses estrangeiros no País. Estamos percebendo... Temos aí o grupo dos chineses, dos bolivianos que estão entrando no País e estão servindo de trabalhadores escravos, principalmente no Estado de São Paulo, e isso já foi denunciado pela

imprensa brasileira. Assim, caso esses temas não estejam previstos na nossa legislação, gostaria de fazer uma sugestão para que pudéssemos acrescentar isto a essa lei: os crimes cometidos por financiamento da emigração e os crimes cometidos pelo financiamento da imigração irregular no Brasil. Essa é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – V. Ex^a. será atendido. Achei a sugestão muito boa. Vamos, então, estudar com a consultoria se é oportuno acrescentar nessa lei. Numa primeira análise, pensamos que devemos fazer um outro projeto. Mas V. Ex^a traz à baila um assunto importante a ser discutido pelo Senador Edward M. Kennedy e pelo Senador John McCain, que é o *Guest Worker Program*.

Veja bem, Deputado Neucimar, vamos analisar isso rapidamente. Um país que tem um estrangeiro trabalhando, produzindo – legalmente ou ilegalmente – está se beneficiando daquela mão-de-obra, a mercado está se beneficiando. Por que mantê-la como um cidadão de segunda classe? Não é justo. E contra os direitos humanos. Dentro desse princípio, criou-se o *Guest Worker Program*, nos Estados Unidos. Todos que têm emprego, na data da publicação da lei, estão regularizados por três anos, podendo renovar por mais três. Passa o governo a arrecadar mais impostos, aquele sujeito pode ver a família quando tiver férias, enfim, passa a viver, a ter cidadania. Sem sombra de dúvida é um projeto que podíamos analisar para ser adotado aqui também.

Hoje, votamos e aprovamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, terminativamente – já tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados – do acordo bilateral Brasil/Mercosul, incluindo Chile e Bolívia, para livre trânsito de pessoas. E podem vir para cá e aplicar visto de trabalho aqui: não precisam aplicar no país de origem. Isso significa que todos que estão trabalhando aqui de maneira ilegal e que antes não poderiam virar legais porque teriam que voltar ao país de origem, já podem aplicar aqui, o que é uma grande facilidade, até porque são pessoas humildes e para voltar, por exemplo, para Bolívia ou Chile, ou para Uruguai, Paraguai ou Argentina complicaria.

V. Ex^a tem razão. Precisamos agir dos dois lados. Se queremos respeito lá fora, temos de respeitar aqui.

O Sr. Neucimar Fraga (PL – ES) – Uma outra sugestão, Sr. Presidente, dentro dessa discussão do aumento de visto para os brasileiros, principalmente nos Estados Unidos, que é onde temos a maior demanda, acredito que temos que encontrar uma forma, um critério, porque senão vamos continuar convivendo com os problemas. Por quê? Porque hoje percebemos

que os Estados onde temos o maior número de emigração são os estados onde existem a maior relação dos brasileiros com os que estão nos Estados Unidos, principalmente, que são os laços familiares: é o esposo que vai encontrar a esposa, são os filhos que vão ao encontro dos pais.

Assim, se ao fazermos a reivindicação do aumento de vistos, não discutirmos, dentro dos critérios de concessão de vistos, que o percentual desses vistos sejam concedidos prioritariamente para os parentes ou familiares que já estão morando lá, vamos continuar com essa pressão, porque o que move, a ferramenta que move o brasileiro a deixar a sua terra natal, muitas vezes, é porque está sozinho aqui, o pai e a mãe já estão lá. Inclusive, na última viagem que fizemos havia duas capixabas no vôo de repatriamento cujos pais já estão morando lá e elas estavam morando sozinhas no Brasil, em Barra de São Francisco, no norte do Estado do Espírito Santo, e não têm nenhum parente. A única alternativa que lhes restava era ir ao encontro dos parentes.

Portanto, se ao brigarmos pelo aumento de vistos, não estudarmos a possibilidade de colocar como critério que um percentual desses vistos atenderão prioritariamente aos familiares que aqui ficaram, vamos continuar com a pressão social muito grande, porque vamos continuar com esse problema familiar e sentimental.

O Sr. Relator (João Magno. PT – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Relator (João Magno. PT – MG) – Estou um pouco preocupado porque temos dois depoentes e esse assunto que está sendo debatido é de larga importância para a nossa comissão. Mas o que vou propor para V. Ex^a é que se precisarmos aprofundar mais o debate, que se adie para outra oportunidade, porque na quinta-feira ainda há dois assuntos a serem tratados.

Vamos, então, passar às oitavas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Coloco em votação o projeto de lei da comissão. A votação será simbólica. Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Vamos nos encaminhar para as oitavas.

Deputado Neucimar Fraga, podemos encaminhar requerimento para convidar o Cônsul-Geral dos Estados Unidos, Simon Ransom (???), para que venha a nossa comissão debater conosco esse assunto tão importante para os brasileiros que estão lá fora.

V. Ex^a tem toda a razão: é um pai que está lá com as duas filhas aqui que é obrigado, ao invés de mandar duas passagens aéreas, pagar, no caso dele, US\$20 mil para colocar clandestinamente, fica com o coração na mão, esperando essas meninas atravessarem o rio – podendo ser presas – e chegarem a Boston, Miami. Isso é uma indignidade, V. Ex^a tem toda razão.

Eu gostaria de convidar, então, o Sr. Edson Bodola, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras, Minas Gerais, para que ocupe o seu lugar na mesa a fim de prestar depoimento aos membros desta comissão.

Quero fazer o alerta de que, hoje, o almoço, se V. Ex^{as} concordarem, será servido aqui – ou o lanche –, para que nos possamos dedicar integralmente ao nosso trabalho.

O SR. RELATOR (João Magno. PT – MG) – Da minha parte, existe uma total concordância, Sr. Presidente, porque não podemos interromper os trabalhos, sob o meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Perfeito.

Sem mais delongas, eu pediria à Secretaria que conduzisse o depoente.

Para iniciarmos os nossos trabalhos, convido o Sr. Edson Bodola para se apresentar perante esta comissão e assinar o termo de compromisso. *(Pausa.)*

Nós temos que ver esse negócio dos vistos. Os vistos concedidos são muito poucos. Nós estamos gastando uma fortuna. O brasileiro vai para lá e gasta uma fortuna para poder levar mãe, pai, irmão, arrisca a vida. É realmente uma indignidade.

Antes de começarmos o depoimento, eu pediria ao Sr. Edson Bodola que assinasse o termo de compromisso.

Reunião Reservada

(Encerra-se a reunião às 15h41)

Ofício nº 122/2005 – CPMI – “Emigração Ilegal”

Brasília, 26 de outubro de 2005

Ex^{mo} Sr.

Senador Renan Calheiros

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005 “destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”, informo a V. Ex^a que esta comissão, em reunião realizada em 1º de setembro último, deliberou apresentar um projeto de lei, alterando o Código Penal para criminalizar o tráfi-

co internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março e 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

Nesse sentido, encaminho à Secretaria-Geral da Mesa o mencionado Projeto de lei, par dar entrada ao processo legislativo, acompanhado da Ata da Reunião, bem como das notas taquigráficas.

Respeitosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Presidente da Comissão.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
Art. 206. Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 8.663, de 1993)

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993)
.....

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores: a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – do terrorismo;

III – de terrorismo e seu financiamento; (Redação dada pela Lei nº 10.701, de 9-7-2003)

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a administração pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos:

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa.

VIII – praticado por particular contra a administração pública estrangeira (arts. 337-B, 337-C e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal). (Inciso incluído pela Lei nº 10.467, de 11-6-2002)

Pena – reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do **caput** deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

missão Parlamentar Mista de Inquérito da Imigração, terá tramitação prevista dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

Tendo em vista que o referido projeto não consta da pauta da presente convocação extraordinária, terá tramitação iniciada a partir do dia 15 de fevereiro e será incluído em Ordem do Dia oportunamente para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Inscrito neste momento para falar, o Senador Alberto Silva, a quem concedo a palavra.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a tarde de hoje para trazer à baila, ao conhecimento dos nossos companheiros, algo que me preocupa: as estradas.

Já falei disso tantas vezes aqui que não me tornarei inoportuno se voltar ao tema. Já fiz um estudo sobre as estradas brasileiras e cheguei à conclusão de que, como o Brasil não foi colonizado a partir das ferrovias, como aconteceu nos Estados Unidos, temos uma malha rodoviária muito extensa, com cerca de 80 mil quilômetros, incluindo as estradas federais, estaduais e outras.

O assunto do nosso pronunciamento de hoje são as estradas federais. Há bem mais de cinco anos, apresentei uma proposta ao então Presidente Fernando Henrique. Sua Excelência ficou entusiasmado com a maneira com que eu encarava o problema, mas não foi avante. Nos dois mandatos, esse tema não foi discutido nem foi avante.

Quando entrou o atual Governo, novamente conversei com o Líder Mercadante e cheguei à seguinte conclusão, sobre a qual vou resumir os números, porque o Brasil que está me ouvindo sabe do que estou falando. Há dois milhões de carretas circulando no País, e, na malha federal, são cerca de 57 mil quilômetros. Algumas estradas, principalmente do Sul, foram terceirizadas, recebem o pagamento de pedágio e estão bem. No restante do Brasil, estamos vendo na televisão, nessa operação tapa-buraco.

Ao tempo do Presidente Fernando Henrique, o Ministério dos Transportes falou em tapa-buraco e botou placas no País inteiro: “Ministério dos Transportes – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – Operação Tapa-Buraco”. Foi um deboche nacional. Seguramente, ninguém entende tapa-buraco. Em São Paulo, lembro-me, acho que era Governador o Mário Covas, que disse: “Em São Paulo, não se tapa buraco. São Paulo faz estradas ou, quando tiver que consertar, conserta inteiro”.

Eu fiz esse projeto e o entreguei ao Presidente Lula, se não me engano, anteriormente ao tempo do

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O projeto que acaba de ser lido, de iniciativa da Co-

José Dirceu e, depois, à Ministra Dilma. A minha proposta é a de que se atente para o fato de que o Ministério dos Transportes não tem, nunca teve, nem pode ter – pois não é o órgão para isso – uma estrutura para, de uma vez por todas, resolver o problema de trinta mil quilômetros de estradas destruídas. Mas a proposta que fiz é para, em um prazo relativamente curto, planeje-se a reparação dessas estradas – e, quando digo planejando, temos meios e modos de analisar se o estado das rodovias está bem ou mal, utilizando equipamento eletrônico. Não precisa ir lá olhar, como estamos assistindo pela televisão diretores, assessores, engenheiros olhando a situação das estradas. A USP, há mais de cinco anos, projetou um carrinho que, andando em cima de uma estrada, diz se a base está bem ou não e diz também se o pavimento está bem ou não. E faz isso a uma velocidade de 40 ou 60km/h. Eu perguntei a eles naquela ocasião, há alguns anos, em quanto tempo poderíamos ter essa informação. Em 90 dias. Existem empresas brasileiras que seriam capazes de definir como estão as estradas e dar a informação em 90 dias. Com a informação na mão, planeja-se o que fazer. Mesmo a história do tapa-buraco: vamos admitir que a aceitamos como uma solução de emergência, para que as carretas não tenham que frear e acelerar a cada buraco. Significa colocar algo em cima do buraco, e aí a carreta passa.

Ora, já começou a operação. Vemos nos jornais que há um prazo de seis meses para se consertarem as rodovias federais que não estiverem terceirizadas; isto é, estarão com a sua plataforma em condições de tráfego – ruim, é evidente, porque cada vez que se tapa um buraco se deixa uma borda. É uma coisa interessante: dependendo de quem esteja fazendo, coloca-se um excesso de asfalto, tapa-se o buraco, mas fica uma pequena borda que provoca uma pancada no pneu. Eu ando em estrada, conheço o assunto e falo de cadeira. Bate. A estrada foi consertada. Aqueles que têm mais cuidado alisam o remendo; outros não, botam o asfalto em cima do buraco, batem um pouco e deixam aquela borda. Mas, em todo caso, a carreta não pára por causa do buraco.

A esta altura, já podemos fazer um pequeno cálculo aritmético. No estudo que fiz, que deixei no gabinete da Ministra Dilma, eu disse que 20 mil quilômetros de estrada poderiam ser inteiramente refeitos, desde que se planejasse o seguinte: 12 mil quilômetros já foram contratados e as empresas estão no campo; mais 8 mil estariam para ser contratados, mas já licitados, dentro da lei e tudo certo. Ora, o que caberia ao governo? Acelerar isso de que maneira? Prevenindo as empresas: aumentem as máquinas rapidamente, porque daqui a um mês, daqui a dois meses, vamos começar

a operação de restauração; aprontem as máquinas, porque queremos que, em vez de 120 quilômetros de reparação por mês – porque o dinheiro é curto e os pagamentos também –, façam mil quilômetros por mês. E o empresariado nacional, as máquinas operadoras brasileiras, menos as que foram embora por falta de serviço, mas ainda há máquinas suficientes que poderiam atingir esse número – não estou exagerando – se houver uma determinação, um comando, poderiam acelerar o reparo, mas restauração. O Ministério dos Transportes poderia fazer isso, naturalmente apoiado pelo Palácio.

Mas como opinaram pelo tapa-buracos, vamos aos números que me vêm à mente agora. Vamos admitir que já tenham tapado buracos de 6 mil quilômetros, 6 mil é um terço de 20 mil. Com 20 mil quilômetros arrumados, temos economia de combustível, de *diesel*. Eu já fiz essas contas e vou repetir. Deu trabalho achar este número: 2 milhões de carretas percorrendo 20 mil quilômetros de estradas esburacadas. Resumindo, fiz o cálculo de quantas freadas, em cada 100 quilômetros, uma carreta de 50 toneladas teria que fazer. A freada desacelera, joga óleo fora; ao acelerar, joga de novo, porque o motor trabalha em plena potência; sai até fumaça preta no cano de descarga. É combustível jogado fora. Fiz aproximações sucessivas e cheguei a um resultado espantoso: 30% do combustível gasto pelas carretas para percorrer 20 mil quilômetros de estradas destruídas equivale, mais ou menos, a 4 bilhões de litros de *diesel*. Não sei qual é o custo para a Petrobras, mas, admitindo que isso seja equivalente, mais ou menos, ao que se vende na bomba – R\$1,40 –, teríamos, para 4 bilhões de litros, 6 bilhões de reais de prejuízo; jogados fora. Se agora já temos 6 mil quilômetros, alisados ou não, sem freadas por causa de buraco, já estamos economizando nos números. E o pior é que ninguém se preocupa com isso. Isso é que é o mais interessante.

Falei aqui que há esse desperdício, e os transportadores confirmam. Tenho um amigo que faz transporte de carga entre Rio e Bahia, e ele me disse que está gastando 30% a mais de combustível para fazer a mesma coisa. Ele confirma e vários outros confirmaram também.

Se eu gasto 6 bilhões em 20 mil quilômetros destruídos, em 6 mil quilômetros arrumados, tenho uma economia de um terço. Já estou economizando 2 bilhões. E com 2 bilhões economizados, eu faço a restauração da metade. Mas restauração assim: tira-se o asfalto velho, coloca-se o asfalto novo. Se a base não estiver bem, eu arranco a base e faço novamente. Isso, em uma operação organizada, com tudo determinado, dentro de um planejamento, é factível, abso-

lutamente factível. Então, no momento, nós já temos, pelos meus cálculos, 2 bilhões de economia. Onde está esse dinheiro? Na Petrobras. Não tem dúvida nenhuma. A Petrobras recebe, importa *diesel*; entrega aos frentistas, pela BR Distribuidora. Os frentistas pagam e vendem. Quem paga o prejuízo mesmo é o povo; em última análise é o povo, porque a Petrobras já ganhou porque vendeu para o frentista. O frentista ganhou porque vendeu para os proprietários de veículos.

Presidente Lula, acorde para esse fato! Mande dar uma olhada se está havendo ou não a economia a que estou me referindo. Se já há 6 mil quilômetros, e as carretas não estão mais freando por causa dos buracos, está havendo uma economia de combustível. Pelos meus cálculos, em 20 mil quilômetros, se economizam 4 milhões de litros, se estiver tudo liso. Como o preço é 6 bilhões, um terço de 6 bilhões são 2 bilhões.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Alberto Silva, eu estava ouvindo o início do discurso de V. Ex^a e corri para cá. Sinto até uma dose de emoção – se me permite V. Ex^a – quando o ouço falar sobre energia e sobre estradas, porque acredito eu que, dentro deste Plenário, não há ninguém que conheça tão profundamente o assunto como V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desde o início da operação tapa-buraco eu, na minha ignorância, achei que seria uma coisa muito negativa para um futuro muito próximo, porque o Ministro disse que não duraria um ano. Então, era um processo, sob o ponto de vista do Ministro, eleitoral. Sou muito urbano e vou pouco para a estrada, mas acompanhei bem de perto quando fui Presidente da CPI do Roubo de Cargas. Vi o desespero dos transportadores com os buracos, principalmente pela facilidade que os bandidos encontram quando o motorista tem de diminuir a marcha, o que lhes facilita a ação. Então, não são apenas os 30% a que V. Ex^a referiu. Há mais um tanto referente ao roubo de carga, e o seguro que se tem de pagar é altíssimo...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – E ainda temos o frete.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fora o frete, que aumenta. E é a população que paga. V. Ex^a tem razão. As estradas e rodovias são as veias por onde circula a economia do País; não há outras. Acabaram com os trens, a navegação é limitada; com isso só restaram as estradas. Eu vi empresários de transportes dizendo que quando construíram as estradas brasileiras os caminhões tinham dois ou quatro eixos; hoje, têm seis,

oito, dez até quinze eixos. A tonelagem é muito maior. Tapa-se o buraco; uma freada em cima, e toda aquela camada será arrancada. Vejo isso na cidade. Em São Paulo, outro dia, passei por uma rua onde havia um buraco que foi tapado. Uma semana depois, passei pelo mesmo local, e estava sem o pneu. Comprovando o que V. Ex^a falou: bateu porque estava desgastada a borda do buraco, e facilmente ele se abriria. O interessante é que ele se abre em um espaço maior do que era antes. Pedi que o Ministro fosse convidado – espero que o convite seja aprovado amanhã – a comparecer à Comissão de Assuntos Econômico para explicar por que, com a verba que tinha, não promoveu a recuperação de determinadas estradas e por que não fez a recuperação escalonadamente. Eu me baseio em vários discursos que V. Ex^a fez aqui. Quando falei eu citei V. Ex^a mais uma vez, porque não tenho a base que V. Ex^a tem. Estou sensibilizado por ter chegado a tempo de ouvi-lo nessa tribuna. Quero cumprimentá-lo e também fazer um apelo para que o Presidente registre o discurso de V. Ex^a e que a Ministra Dilma Rousseff, que me parece ser uma pessoa de bem, analise as propostas de V. Ex^a. Provavelmente, o prejuízo será bem menor para o País, para a sociedade por inteiro. Há três anos não há conservação das estradas. De repente, o Ministro disse que ia recuperá-las porque é emergencial. Como pode ser emergencial se as empresas estavam contratadas, sem licitação, e entraram em ação no dia seguinte? Tem uma logística, não tem? V. Ex^a, que conhece isso mais do eu, sabe que para tudo é preciso haver uma logística. Vi os operários em cima do caminhão, jogando piche e pedra no buraco. Pelo amor de Deus, como é que se vai recuperar as estradas trabalhando desse jeito? Não entendo, mas não precisa ser um conhecedor do assunto, como V. Ex^a, para sentir que aquilo vai trazer rapidamente, sem dúvida nenhuma, uma angústia para o usuário das estradas. Desculpe-me incomodá-lo, mas é que a angústia estava me doendo e sou um entusiasta de V. Ex^a nessa área.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Fico sensibilizado com o aparte de V. Ex^a, principalmente porque sei qual é o seu pensamento, pois temos conversado, várias vezes, sobre isso. Essa é a realidade. Isso é Brasil.

Quando falo aqui, eu o faço tentando o melhor: consertar. Não sou daqueles que ficam malhando. Vamos encontrar uma solução. Se o Ministro tem dificuldade, vamos ver quais são elas. É preciso ter uma logística – V. Ex^a usou o termo correto, a palavra é essa mesma – do encaminhamento da solução...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, com maior prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, eu me entusiasmo quando V. Ex^a se apresenta e diz: eu sou um engenheiro político. Atentai bem, Demóstenes Torres! V. Ex^a é um jurista político, Alberto Silva é um engenheiro...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Hoje é aniversário dele.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Hoje é o aniversário do Demóstenes. Este Demóstenes é tão extraordinário que essa festa não é só dele, da mulher, dos filhos, da família, de Goiás; é de todo o Brasil, pelo que representa. Mas, Senador Alberto Silva, Franklin Delano Roosevelt dizia que quando via uma pessoa superior a ele em determinado assunto, procurava aprender naquele particular. V. Ex^a é um engenheiro político igual a Aureliano Chaves, que é da sua Faculdade de Itajubá, igual a Mário Andreazza. Sou testemunha...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... de que, nos primeiros dias deste mandato, V. Ex^a advertiu o Governo. Sabendo política também, Pedro II escreveu a sua filha Isabel numa das poucas viagens que fez – só fez três: “Isabel, minha filha, o maior bem que você pode dar de presente a um povo é uma estrada”. Washington Luiz dizia: “Governar é fazer estrada”. Juscelino: “Energia e transporte”. V. Ex^a, com o saber de engenheiro e de político, advertiu o Governo e disse que quando houve o apagão, foi criada uma câmara para combatê-lo, a qual Pedro Parente tão bem administrou. V. Ex^a advertiu e não foi ouvido. Não tiveram a humildade de ouvir V. Ex^a. Não aprenderam com Franklin Delano Roosevelt. V. Ex^a é superior em engenharia. Ó, Demóstenes, num comício no Piauí, ouvi o povo dizer: “Olha o rei das estradas!” Foi esse Alberto Silva que advertiu. Se ele tivesse sido ouvido, não estaríamos presenciando as operações tapa-buracos, debochadas nos jornais. Hoje, li que essas obras estão saindo quatro vezes mais caras do que se tivessem sido planejadas. Este Congresso, ouvindo o povo brasileiro, elegeu-o Conselheiro da República. Antes disso, V. Ex^a devia ter sido o grande conselheiro, como engenheiro político deste País.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, concluo, agradecendo aos nobres companheiros os apartes. Voltaremos a esse assunto oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de um assunto que juridicamente, no Brasil, tem um tratamento muito partilhado e ineficiente.

Depois, falarei sobre a não execução de uma peça que é fundamental para qualquer país: o orçamento. O que é o orçamento? É a peça que deve ser executada durante o ano para que o governo possa cumprir os seus objetivos, pagar os servidores públicos, elevar o salário mínimo, construir estradas e manter as já existentes; acabar com as filas dos hospitais, adquirir medicamentos, distribuir recursos para que as escolas possam funcionar etc. O orçamento deveria ser assim.

No Brasil, temos três etapas para o Orçamento. Primeiro, há o Plano Plurianual, que é o planejamento do Governo. De acordo com o Governo, pode ser um planejamento estratégico. Na antiga União Soviética, por exemplo, eu, que sou um liberal, digo que havia até os chamados planos quinquenais. Assim, fazia-se o planejamento para gastar o dinheiro. Não funcionou. No entanto, o Plano Plurianual tinha esse objetivo. Herdamos esse tal Plano Plurianual. Para ter-se uma idéia da sua ineficácia, apresentei em meu primeiro ano de Senado, no ano de 2003, um projeto e uma emenda, que afinal resultou perdida, pois quem é da Oposição está acostumado a ver as emendas, naturalmente, não saírem. Apresentei um projeto para que o rio Araguaia, um rio que abastece alguns dos Estados mais importantes do Brasil, inclusive o Estado de Goiás, pudesse ter a sua visibilidade para o Governo Federal, a fim de que o Governo Federal se lembrasse de que aquele rio tem voçorocas, de que aquele rio é turístico e tem praias, de que se precisa fazer a coleta do lixo, de que se precisa evitar a pesca e a caça predatórias e de que todas as cidades ribeirinhas precisam ter esgoto sanitário.

Então, conseguimos incluir, Senador Alberto Silva, no chamado Plano Plurianual, uma semente, uma esperança para que o rio Araguaia fosse visto. Engano. Não aconteceu nada.

Depois, temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é o planejamento de como se vai gastar: como se vai fazer, qual é o endividamento – dívida pública interna e externa –, até onde vamos poder chegar em termos de salário mínimo. Ela dá uma idéia geral do que se pode gastar no Orçamento.

No final do ano, vem o Orçamento, quando vamos discutir, caso a caso, onde vamos gastar nosso dinheiro. Até lembro uma história que me contou o Senador Marco Maciel. S. Ex^a disse que estava em Paris e, de repente, viu uma série de pessoas de idade avançada numa banca de revistas e imaginou: “O que será que

está acontecendo?” Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, ele depois descobriu que estavam as pessoas olhando o jornal para saber qual seria o aumento previsto no Orçamento daquele ano, o benefício que receberia. Qual era o aumento? Era 1%, 2%, 3%.

O Orçamento, então, Senador Romeu Tuma, paralisa o País. Discute-se tudo aquilo dentro de uma peça só e o Orçamento tem eficácia. No Brasil, há três peças – o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento –, e nenhuma, lamentavelmente, vale absolutamente nada. O que é a peça de discussão fundamental de qualquer parlamento mundial e que paralisa a sociedade no Brasil, infelizmente, não serve para nada.

Existem aqui diversos projetos, um inclusive do Senador Antonio Carlos Magalhães, que torna o Orçamento impositivo. Ou seja, previu, tem que cumprir, tem que realizar.

Aqui, o que acontece? O Orçamento é uma peça de ficção. Libera-se o que quer e, no final do ano, serve de barganha entre Parlamentares, Ministros e assessorias de Ministros, numa festa absolutamente sodômica. É algo indescritível! É uma orgia, é uma farsa de corrupção, é a mostra mais perfeita de que este País ainda tem muitas dúvidas, muitos marcos valérios, muitos josés dirceus, e assim por diante. É um País que ainda tem muita gente desqualificada ocupando posições, inclusive parlamentares. Digo isso com um exemplo prático que vou dar: no final no mês de dezembro, durante a fictícia convocação extraordinária, eu estava aqui porque faço parte da chamada Comissão Representativa do Senado, colocaram-me nessa comissão. O Congresso não funciona, mas se houver alguma coisa chama-se essa comissão. Precisava-se votar alguma coisa do Orçamento, segundo consta, e a alegação é para que o Governo pudesse funcionar, pudesse pagar funcionário público. E quem sou eu, Senador Mão Santa, da Oposição para travar pagamento de funcionalismo público?

Muito bem, fomos chamados para uma reunião. O Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, nos chamou e disse: olha, queremos fazer um negócio sério, não vai ter benefício em emendas parlamentares. Porque todo parlamentar tem emenda individual. E tem no Senado a emenda de bancada, que é destinada a cada Senador. Então o Senador Fernando Bezerra disse: olha, queremos prestigiar todos os Senadores e Deputados. Nós queremos atender.

É o que deveria acontecer, independentemente do partido a que ele pertence.

Muita gente acha que o dinheiro vai para o bolso do Senador, ou para o bolso do Deputado. E até com razão porque muitos enfiam mesmo uma parte do dinheiro no bolso, até por conta dessa tradição mesmo. Então, chega o nosso Fernando Bezerra e faz esse

alerta. No dia seguinte, o Senador Fernando Bezerra falou: Demóstenes, ontem eu falei que pretendia fazer isso, mas eu não vou assumir porque estive conversando e o Governo pode não seguir o meu intento. Ou seja, o Senador Fernando Bezerra foi corretíssimo, foi o homem que chegou e advertiu.

O Governo mandou para cá, Senador Zambiasi, o Sr. Marcos Lima, da Casa Civil. Chegando aqui, o Sr. Marcos Lima fez uma série de ligações, encenações e dizia que ia liberar os recursos. Isso, se não me engano, era o dia 27. No dia 30, eu recebi um telefonema, por ordem também do Sr. Marcos Lima, falando sobre a emenda de R\$12.220 milhões que eu tinha posto para a Prefeitura de Goiânia, para o município de Goiânia, para obra de infra-estrutura – a Prefeitura de Goiânia é ocupada por um adversário meu, o ex-senador Iris Rezende, Prefeito de Goiânia. Por que direcionei a emenda para Goiânia? Porque S. Ex^a fez uma promessa que pretende resgatar, que é asfaltar toda a periferia da cidade com esses e outros recursos.

Eu quis ajudar o Prefeito Iris Rezende, independentemente do partido político a que S. Ex^a pertence, até porque devo ser candidato a governador de Goiás e S. Ex^a deve ser o candidato, ou S. Ex^a ou o Senador Maguito Vilela ou o Prefeito Adib Elias, pelo PMDB. Isso não importa. O que importa é atender as demandas que a sociedade efetivamente tem. Então fui avisado de que a emenda estava empenhada. Liguei para o Ministro Iris Rezende e disse: olha, a sua emenda está empenhada. O prefeito ficou feliz, faltou fazer uma festa. No dia 3 de janeiro, tive notícia de que a emenda estava cancelada.

Então, é um Governo de faz-de-conta. Aí, muita gente diz: mas este Governo não está fazendo nada de novo, isso não é invenção do Lula, isso não é invenção dos Líderes do PT, isso sempre aconteceu.

Mas o Presidente Lula não foi eleito para cometer os mesmos erros que os outros cometeram, o Presidente Lula não foi eleito para pagar mensalão. “Ah! Mas nos outros governos tinha mensalão também” – dizem.

O Presidente Lula foi eleito para pagar mensalão? Então, nós aqui podemos cometer erros porque outros Senadores no passado cometeram erros? É por isso que a imagem do parlamentar, Governo, do político em geral está no chão.

Eu sei bem como isso funciona. O Ministro das Cidades, Márcio Fortes, esteve aqui justificando que não foi culpa dele, mostrou uma lista manuscrita pelo Sr. Marcos Lima dizendo que ele se comprometeu aqui, mas não mandou por escrito, porque ele não tinha como liberar por ser um Ministro que cumpre. Ou seja, é um fantoche.

Outro problema que nós temos no Brasil são os fantoches, aqueles que se apegam ao cargo e não desapeiam de jeito nenhum, humilhados, ofendidos. Va-

mos pegar um homem da qualidade do Ministro Roberto Rodrigues, que assumiu para fazer a maior gestão na área da agricultura e da pecuária. Pois foi justamente nas mãos dele que a agricultura e pecuária quebraram. E ele simplesmente faz o quê? Nada. Gamou no cargo, apaixonou-se pelo cargo, não solta o cargo de jeito nenhum. E ele precisa disso? Não, é um homem bem-sucedido, mas está faltando rubor, vergonha na cara para muitos que ocupam esses postos em Ministérios.

Eu sei como é que foram liberadas as emendas no Ministério das Cidades: com uma assessoria desqualificada, criminosos, verdadeiros gângsteres que estão ocupando o Ministério das Cidades. Mas eu não me submeto a essa prática. Lamento profundamente porque novamente fiquei parecendo com a Velhinha de Taubaté, que já morreu: acreditei no que ia acontecer. Lamentavelmente, a gente não se cansa de acreditar nessas pessoas.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não ia interrompê-lo, mas primeiramente queria cumprimentá-lo pelo seu aniversário e mostrar as virtudes que V. Ex.^a tem, comparecendo na Casa em um dia tão importante para a sua família, para trazer uma mensagem que a sociedade tem que entender.

V. Ex.^a falou em uma convocação fictícia. Hoje, numa entrevista, Senadores, fiquei um pouco angustiado e falei talvez alguma coisa que possa agredir quem eu não desejo agredir. Mas foi uma estratégia tão amarga, Senador Demóstenes – tão amarga! –, que eu senti que a convocação, fazendo duas figuras de Parlamentares, os que eram obrigados a trabalhar por pertencerem às comissões, não só a essa que V. Ex.^a revelou aqui, mas às CPIs, e os outros que não tinham o que fazer aqui suspenderam toda a atividade. O que ficou no terreno, Senador Sérgio Zambiasi, nosso Presidente, o espaço maravilhoso para o Chefe do Executivo ganhar o terreno que precisava, jogando a desmoralização sobre o Congresso. Eu não sei, posso estar errado, mas V. Ex.^a raciocina como Promotor, e eu, como Delegado de Polícia. Então, vemos a quem interessa o crime. E quando vieram os 28 projetos – V. Ex.^a participou da votação – da suplementação de verbas, estivemos presentes. Uma das coisas que nos deixou cautelosos foi ver quais os projetos cancelados para suprir a necessidade da verba para o novo projeto de interesse do Executivo. Estourou aquele da Senadora Lúcia Vânia; invalidaram o projeto de proteção às crianças, que, com toda a razão, acho que não é só o PSDB, o PFL e outros Partidos têm apoiado para que se reveja isso. Se V. Ex.^as tiverem paciência, Senador Alberto, Senador Augusto Botelho, de sentar e começar a analisar o que foi cancelado desses projetos de suplementação de verba, vão ficar assustados. Essa manipulação de orçamento é uma coisa amarga mes-

mo, porque, quando um Prefeito nos questiona, nós dizemos para o que existe verba, mas, de repente, ele nos diz: “Olha, não me deram nada”. Às vezes, é autorizado e não é pago. Quer dizer, desmoralizam o Parlamentar sem necessidade. Então, penso que deve haver uma imposição. O Governo deve ter limites para modificar o que ele pretende no Orçamento. Por isso é que ele não tem interesse nenhum em discutir, aprovar ou não. Por quê? Porque, na hora H, ele manipula à vontade o que desejar. Se falar com o Senador Alberto Silva, ele vai dizer o que há no Orçamento de verba para estrada, o que realmente está sendo usado e o que não foi usado. Cumprimento V. Ex.^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex.^a enobreceu o meu pronunciamento. E é óbvio que, se demos discurso a uma pessoa que hoje demonstrou quem é, iludiu a Nação, como o Presidente Lula, é porque nós, Parlamentares, nos abaixamos muito. E quem se abaixa demais mostra o que não deve. Não é verdade?

Em síntese, qual é o fundamento disso tudo? Novamente reclamei. Houve uma reunião aqui na liderança, em que reclamei diretamente – o que eu disse para os senhores aqui eu disse para o Ministro – e recebi a promessa de que essa verba vai ser liberada dentro do atual Orçamento, mais ou menos no mês de março, não com a emenda, porque a emenda já se perdeu, mas dentro dos recursos que tem o Ministério. Eles vão atender à cidade de Goiânia, a capital do Estado de Goiás. Não vão atender a mim; vão atender Goiás, Goiânia. Espero que isso seja verdade.

Só temos um remédio, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O único remédio é terminarmos com as três peças de ficção e fazermos uma só dessas peças, com o objetivo único e declarado: que as obras sejam concluídas no Brasil. Inclusive, devemos fazer como o nosso querido Senador Alberto Silva, gigante dessa área de construção, de desenvolvimento, de biodiesel, de combustíveis, conhecedor profundo, homem estudioso, lúcido. Graças a Deus, temos figuras como essa no Senado Federal e que sabe muito bem que uma parte do dinheiro da Cide está indo para outro lugar completamente diferente que não a estrada.

Senador Romeu Tuma, sua área é a minha: segurança pública. Ainda não temos a contabilidade do Governo de 2005, mas, em 2004, o Governo investiu R\$ 193 milhões no Fundo Nacional de Segurança Pública. Temos 173 milhões de habitantes. Isso que dizer que o Governo investiu, em cada cidadão por mês, pouco mais de R\$ 0,08. Vai se fazer segurança com R\$ 0,08 por cidadão por mês? Então, temos estradas inacabadas, esburacadas, tudo feito no improviso, dispensa de

licitação, pontes com 15 anos atravessando leitos de rios, ainda sem serem encabeçadas, e assim por diante.

Vim falar não porque fiquei frustrado. Até disse para o Ministro: na sistemática do Brasil, o Parlamentar de Oposição já é acostumado a não ser contemplado. Então, não estava aqui para ser contemplado, até porque, nas emendas individuais mesmo, fragmentadas, fui bem contemplado. Mas, na emenda principal que ia para o meu Estado, que ia para a cidade onde moro, que ia para a capital, que ia ser administrada e vai ser administrada, segundo promessa – estou acreditando de novo, novamente o velhinho de Taubaté – feita pelo Prefeito que é oposição a mim, quer dizer, então, a única solução que temos é jogar fora esses três lixos – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o Orçamento, como é feito hoje – e construir uma nova peça que reflita, Presidente Sérgio Zambiasi, a vontade do Brasil.

O Orçamento é para ser discutido e acompanhado por todos os Parlamentares, pelo brasileiro, pelo conjunto da sociedade, pelas instituições, para que possamos, enfim, ficar livres da praga da negociata que acontece especialmente no fim do ano no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2006

Solicita ao Tribunal de Contas da União, auditoria dos recursos da Cide aplicados no Estado do Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, combinado com o inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, auditoria dos recursos da Cide aplicados no Estado do Tocantins no ano de 2005.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2006. –
Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs.

Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial intitulado “Em campanha”, publicado pelo jornal **O Globo**, do último dia 18 de janeiro do corrente.

Segundo o editorial, a operação tapa-buracos, deflagrada tardiamente pelo atual Governo após três anos de total descaso com o problema, faz parte de um movimento político-eleitoral do Presidente Lula.

O editorial ainda cita, como parte deste movimento, “o anúncio de um pacote de projetos tão rapidamente confeccionado que dele fizeram parte algumas hidrelétricas ainda sem licenciamento ambiental”, além de destacar que o último pronunciamento do Presidente Lula “foi de quem despudoradamente subiu no palanque”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, que trago à tribuna é o seguinte:

Ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição do dia 17 do corrente mês, intitulada “Grandeza, Lula”, de minha autoria.

O artigo, Senhor Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos **Anais** da Casa, enaltece o apoio que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sempre demonstrou ao Estado de Alagoas quando exercia a Presidência da República, autorizando investimentos significativos para diversas obras que realizou. Sempre visitou Alagoas, como nas enchentes. Agora mesmo, no último Natal e **réveillon**, Alagoas contou novamente com a sua presença, local que escolheu para descansar. De novo exprimiu encanto e entusiasmo por tudo o que viu: voltou à foz do São Francisco, percorreu as lagoas e as praias. Depois dele, visitou Maceió o líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, igualmente demonstrando encanto por nossa terra. Paradoxalmente, o Presidente Lula, em visita às obras da duplicação da BR-101 nos Estados do Rio Grande do Norte e na divisa de Pernambuco com a Paraíba, não veio à Maceió, apesar da referida obra ter sido prevista inicialmente para o trecho Natal-Maceió, mas que parece ter encurtado de Natal até Palmares, demonstrando, assim, discriminação com Alagoas.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Senador **Teotônio Vilela Filho** (artigo anexo).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Em campanha

O primeiro sinal mais evidente de que o Planalto resolvera deflagrar a campanha da reeleição veio — como sempre acontece nessas circunstâncias — por meio do guichê dos gastos públicos. A operação tapa-buracos — sem entrar no mérito da oportunidade técnica da iniciativa — já faz parte desse movimento político-eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O aparecimento de faixas levadas por militantes a pelo menos uma frente dessas obras foi sugestivo.

Depois, veio o anúncio de um pacote de projetos tão rapidamente confeccionado que dele fizeram parte algumas hidrelétricas ainda sem licenciamento ambiental.

E para tirar qualquer dúvida sobre a inauguração da temporada eleitoral por parte do Planalto, o pronunciamento do presidente Lula, na noite de segunda-feira, por rede nacional de rádio e TV e em horário nobre, foi de quem despidoradamente subiu no palanque. As emissoras, por sinal, não tiveram acesso prévio à fita do discurso, para não utilizarem a fala presidencial como pauta jornalística nos jornais noturnos de grande audiência.

Embora a explicação do Palácio

para o discurso em rede formada compulsoriamente — justificada apenas para temas de real interesse da população — fosse a comunicação presidencial ao povo da importância do fim das pendências financeiras com o FMI, a maior parte do tempo foi gasta por Lula em autolouvações eleitoreiras.

Sobre o resgate da dívida com o FMI, fora bravatas de praxe, ouviu-se uma curiosa referência à necessidade de, agora, o Fundo prestar contas ao Brasil, como se o país fosse um dos grandes mantenedores da instituição.

O comício eletrônico da noite de segunda serviu de fecho adequado a uma longa programação de visitas a canteiros de obras viárias e discursos atrás de votos entre Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

São legítimas as aspirações eleitorais do presidente. Mas é imperioso um cuidado extremo no uso partidário da máquina e dos recursos públicos. Lula já vive a dura experiência do escândalo petista. Não deverá querer reproduzir uma das piores características da política brasileira, a exploração do Estado com objetivos privados. Um presidente da República em campanha precisa dar o exemplo de postura ética e lisura na disputa eleitoral.

**Presidente
não pode
usar recursos
públicos para
obter votos**

Grandeza, Lula

"O Nordeste de Lula termina em Palmares"

Teotônio Vilela Filho

www.senado.gov.br/teotonio

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sempre demonstrou especial atenção a Alagoas. Em seu governo, investiu aqui mais de R\$ 1 bilhão. Sempre que foi preciso, veio a Alagoas, como nas enchentes. Alagoas foi o primeiro Estado visitado por ele.

Ele frequentemente escolheu Alagoas para descansar. Nesse último Natal e réveillon, de novo Fernando Henrique veio a Alagoas, reviu as praias, voltou à foz do São Francisco, percorreu as lagoas. De novo exprimiu o mais vivo encanto e entusiasmo por tudo o que viu. Depois dele, chegou a Maceió o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, que também se deslumbrou com os encantos de nossa terra.

Essa atenção de Fernando Henrique e outros líderes do PSDB por Alagoas tem um preço altíssimo cobrado pelo atual governo, que parece não nos perdoar pela vitória dada ao candidato José Serra. Nessa última visita, Fernando Henrique me perguntou, como sempre o fez, pelo Canal do Sertão, pela urbanização das lagoas, pelas adutoras, pela revitalização do São Francisco, pelo abastecimento d'água de Maceió, dentre outros projetos. Respondi que estava tudo parado. Que à exceção solitária do aeroporto, iniciado na gestão dele e tocado com recursos da Infraero, Alagoas não tivera nenhuma outra obra de porte do governo Lula.

Significativamente, o presidente Lula

esteve ontem no Rio Grande do Norte e na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Foi visitar as obras da duplicação da BR-101, inicialmente prevista para o trecho Natal-Maceió, mas que parece ter encurtado para Natal a Palmares.

Nos outros três Estados, já há movimentação de terra desde o começo de janeiro. Em Alagoas, nada. Dizia-se, no início, que houvesse problemas com a licitação do trecho alagoano, mas hoje se sabe que não é bem assim. Licitação não houve para trecho algum, mas a obra está sendo tocada pelo Exército, que fará a terraplanagem, até se fazer a licitação. Mas Alagoas está fora. O Nordeste de Lula termina em Palmares.

A duplicação da BR-101, uma aspiração antiga do Nordeste, nasce maculada por dois graves pecados. O primeiro é o da inaptidão do governo, que, em três anos, não conseguiu sequer licitar a obra. O segundo é o da mesquinhez política e retaliação.

Lembre-se, a propósito, declaração atribuída ao ex-presidente Juscelino, já depois do golpe militar. Perguntado sobre o que mais o entristecia no novo regime, ele respondeu: "a falta de grandeza; o Brasil não tolera a falta de grandeza".

Quem sabe esse sentimento não ajuda a explicar por que, semana a semana, o presidente Lula cai nas pesquisas e na avaliação de seu governo. Grandeza, Lula. Não garante a reeleição, mas ajuda a biografia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “Governo libera recursos para cassáveis”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 9 de janeiro de 2006.

Segundo a matéria, “Deputados do PT e aliados na Câmara investigados por envolvimento no escândalo do ‘mensalão’ não podem se queixar do governo por falta de liberação de recursos. Os 18 parlamentares da base de sustentação do governo suspeitos de terem sido beneficiados pelo esquema do empresário Marcos Valério de Souza tiveram quase todas as emendas orçamentárias atendidas pela União”.

A matéria espelha claramente a postura do atual Governo petista.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

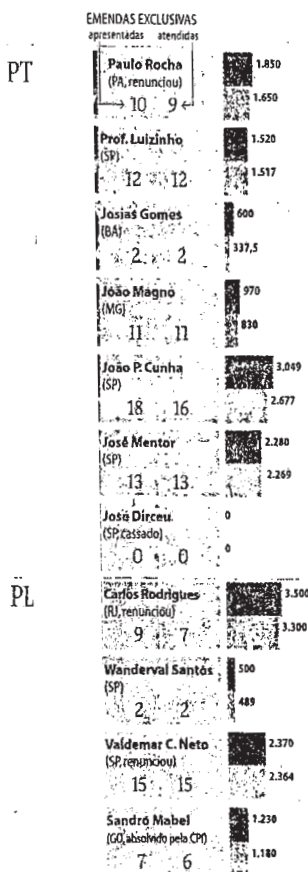
ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/HORA DAS CASSAÇÕES

Deputados que sofrem processos no Conselho de Ética ou que renunciaram têm quase todos os pedidos de emenda ao Orçamento atendidos

Governo libera recursos para cassáveis

O DINHEIRO DOS INVESTIGADOS

Valor total das emendas exclusivas do parlamentar (em R\$ mil) *
Empenho para as emendas exclusivas (em R\$ mil) **



LEONARDO SOUZA
SILVIO NAVARRO
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Deputados do PT e aliados na Câmara investigados por envolvimento no escândalo do “mensalão” não podem se queixar do governo por falta de liberação de recursos. Os 18 parlamentares da base de sustentação do governo suspeitos de terem sido beneficiados pelo esquema do empresário Marcos Valério de Souza tiveram quase todas as emendas orçamentárias atendidas pela União.

Na contramão dos demais, o único opositor ligado ao chamado “valerioduto”, o pefelista Roberto Brant (MG), teve menos de um quarto de suas emendas acatadas pelo governo.

“Não tem relação com o Conselho de Ética, mas com a postura do governo. Mostra que sou tratado como inimigo desse governo. É um troféu, um prêmio para mim. O governo já precisou de mim na época da reforma da Previdência, mas nunca me comprou com emendas”, disse Brant.

Os parlamentares fazem emendas ao Orçamento da União para atender aos seus redutos eleitorais. São projetos de saneamento, quadras poliesportivas, conjuntos habitacionais etc. Obras que ajudam a conquistar votos nas eleições. No ano passado, o teto conjunto para as emendas foi estabelecido em R\$ 3,5 milhões para cada um dos 594 congressistas.

A melhor estratégia para um parlamentar costuma ser a apresentação de vários projetos de valores mais baixos, para atender ao maior número de municípios. Um mesmo projeto, como conjuntos habitacionais, pode ser abordado por emendas de diversos parlamentares ou constar dos planos de gastos da União. Assim, quando o governo aprova a libe-

ração dos recursos, não é possível identificar quem foi beneficiado.

O levantamento dos projetos parlamentares usado pela reportagem, com base em dados do site “Contas Abertas” (www.contasabertas.uol.com.br), considera as chamadas emendas exclusivas — de um único parlamentar.

Por esse critério, destacam-se os petistas João Paulo Cunha (SP), José Mentor (SP), Professor Luizinho (SP) e João Magnó (MG). Presidente da Câmara até o começo do ano passado, João Paulo apresentou 18 emendas exclusivas, no valor total de R\$ 3,049 milhões. O governo empenhou (autorizou o gasto) R\$ 2,677 milhões para 16 projetos do deputado — só dois ficaram fora.

Mentor é autor de 13 emendas exclusivas (R\$ 2,280 milhões). Teve todas atendidas, com redução de apenas R\$ 11,5 mil.

“Nunca falei [sobre emendas] com nenhum ministro ou chefe-de-gabinete. São emendas importantes à defesa social e estratégicas para o governo”, disse Mentor. “[O dinheiro] foi liberado, mas não conveniado, as prefeituras agora têm de fazer os convênios, e tenho um funcionário monitorando. Não houve pagamento ainda, mas há intenção de realizar. O conteúdo é saúde, tecnologia, desenvolvimento agrário.”

João Magnó teve 11 emendas atendidas, somando R\$ 830 mil (redução de R\$ 140 mil do valor proposto). “Tento tirar o máximo de recursos do Orçamento para ajudar uma das regiões mais carentes do meu Estado, o Vale do Jequitinhonha. Tenho um assessor que acompanha isso, não há relação com os processos do conselho”, disse Magnó.

Professor Luizinho apresentou 12 emendas exclusivas (R\$ 1,52 milhão), também todas atendidas, com uma redução de apenas

R\$ 3 mil. Arrolado no escândalo por saque de R\$ 20 mil que seu assessor fez nas contas de Valério, Luizinho é tido como um dos casos possíveis de absolvição.

Alguns aliados, como o ex-deputado pelo PL Valdemar Costa Neto (renunciou para fugir da cassação) e Pedro Henry (PP-MT), também foram bem atendidos. Valdemar teve todas as suas 15 emendas exclusivas empenhadas (R\$ 2,37 milhões), com uma redução de apenas R\$ 6 mil.

Henry apresentou três exclusivas, no valor de R\$ 1 milhão cada, autorizadas integralmente. “Sempre tive boa execução, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. O que tem a ver execução com conselho? Não há tratamento diferenciado”, disse Henry.

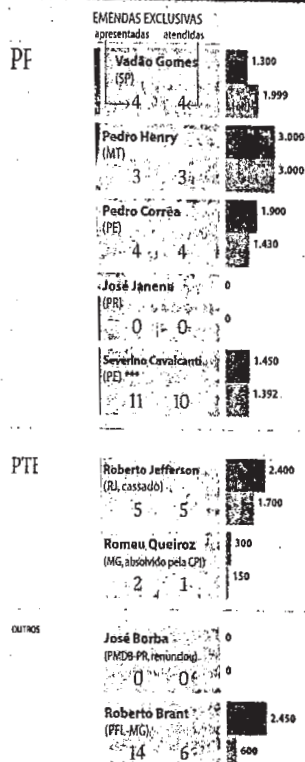
Os números do pefelista Roberto Brant contrastam com os dos outros parlamentares ligados ao escândalo. Brant apresentou 14 emendas exclusivas (R\$ 2,45 milhões). Teve atendidas apenas 6, no valor total de R\$ 600 mil.

Para o pefelista, a dificuldade para validar suas emendas é uma questão pessoal e não partidária. “Esse governo libera mais para quem gosta mais, e menos para quem gosta menos.”

Até o deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) teve mais emendas empenhadas que Brant. Antes de denunciar o “mensalão”, Jefferson era aliado do governo. Dos R\$ 2,4 milhões em emendas exclusivas apresentadas, teve empenhado R\$ 1,7 milhão.

Apesar de acatadas, poucas dessas emendas foram pagas, o que deve ocorrer neste ano, quando há eleição para o Congresso. Normalmente o governo honra as emendas “atrasadas” no ano subsequente ao do Orçamento ao qual estão atreladas, mas é possível postergar a quitação das despesas ou mesmo cancelá-las.

O DINHEIRO DOS INVESTIGADOS



* Uma emenda pode ter apresentada por mais de um parlamentar. É considerada incluída quando o termo não é absolvido por nenhum outro parlamentar com pelo menos 10 votos, como Janens e Borba. Têm-se em conta as emendas apresentadas, mas em conjunto com as de outros parlamentares ou com projetos de lei.

** O empenho pode ser menor do que o valor da proposta solicitada pelo parlamentar. *** Não foi envolvido no esquema do “mensalão”, foi acusado por Sebastião Basso, permitido de reassumir da Câmara, de cobrar propina para a renovação do contrato de seu estabelecimento.

Fonte: Site “Contas Abertas” - www.contasabertas.uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Veja abriu a caixa-preta (e o caixa dois) dos petistas” publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 28 de dezembro de 2005, e que apresenta uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos no ano passado.

A referida matéria mostra, capa por capa, a história da crise que abalou o Brasil. “O ano de 2005 entrará para a história como um dos períodos em que o Brasil

assistiu a mais alucinante sucessão de escândalos de desvio do dinheiro público”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RETROSPECTIVA 2005

...veja

ABRIU A CAIXA-PRETA (E O CAIXA DOIS) DOS PETISTAS

Capa por capa,
a história da crise
que abalou o Brasil

Camila Pereira

O ano de 2005 entrará para a história como um dos períodos em que o Brasil assistiu à mais alucinante sucessão de escândalos de desvio do dinheiro público. Em sete meses, a soma dos valores envolvidos nas denúncias já supera 1 bilhão de reais, três CPIs foram instaladas no Congresso, dois deputados federais tiveram seus mandatos cassados e outros cinco renunciaram para escapar do mesmo destino. Três presidentes nacionais de partidos abandonaram o cargo, diretorias de estatais tiveram de ser trocadas de alto a baixo e o governo Lula, o principal alvo das acusações, viu seus índices de popularidade despencar. O lado bom: a democracia saiu fortalecida e as instituições, depuradas. Nesse processo, **VEJA** deu sua contribuição com ceito capas que revelaram a corrupção, as manipulações e os desmandos cometidos no seio da República. A cada nova revelação, seguiu-se praticamente o mesmo roteiro. Os acusados a negavam com veemência, reagiam indignados e diziam-se perseguidos — até vê-la comprovada pelas investigações.

18/05

Revelação: **VEJA** publica o conteúdo de uma fita em que **Maurício Marinho**, chefe de departamento nos Correios, aparece re-

cebendo propina de empresários em nome do presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Reações: Marinho disse que estava sendo ví-

25/05

Revelação: **VEJA** revela que a prisão de Roberto Jefferson para obter mesadas de 400 000 reais para o PTB no Insti-

tuto de Resseguros do Brasil havia levado o presidente da instituição, Lídio Duarte, a pedir demissão.

O fio da meada

timia de uma "armação" e eximiu Jefferson de culpa. O então ministro da Casa Civil, José Dirceu, esbravejou: "Esse é um governo que não rouba e não deixa roubar".

Confirmação: em depoimentos ao Ministério Público, funcionários dos Correios, incluindo Maurício Marinho, confirmam as denúncias. Toda a diretoria da empresa é afastada.

O escândalo do IRB

Reações: em depoimento à Polícia Federal, Lídio Duarte nega ter sido pressionado por Jefferson. Seu advogado classifica a reportagem de "fantasiosa". Roberto Jefferson afirma: "Achei que na entrevista a VEJA ele (Lídio Duarte) estava um pouquinho alterado. Bebida...".

Confirmação: VEJA divulga a fita da entrevista em que Lídio Duarte confirma tudo. Toca a diretoria do IRB é afastada.

01/06 O homem-bomba

Revelações: Jefferson, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, fala pela primeira vez sobre o mensalão — propina paga a deputados da base aliada. Diz que Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, é o operador do esquema. Na mesma edição, o senador Fernando Bezerra revela que recebeu denúncia de uma licitação fraudada nos Correios, armada pelo PT e PTB.

Reação: líderes do PT, PP e PL ameaçam processar Jefferson.

Confirmações: a descoberta de uma lista de sacadores das contas de Valério, que incluía 31 parlamentares, e os contratos milionários do empresário com o governo mostram que o mensalão estava longe de ser uma ficção.

08/06 Os cupins do PT

Revelações: VEJA mostra que fiscais do Ibama de Mato Grosso, presos em operação da PF sob a acusação de receber propinas de madeiros, agiam com o intuito de arrecadar fundos para a campanha do PT à prefeitura de Cuiabá. A revista também relata o empenho do governo em tentar barrar a criação da CPI dos Correios.

Reações: o governo nega a intenção de obstruir as investigações. O PT sugere que o escândalo do Ibama é um caso isolado.

Confirmações: Lula chega a empenhar-se pessoalmente para impedir a instalação das CPIs. Na edição seguinte, VEJA revela que também madeiros do Pará doaram dinheiro a petistas em troca de um selo que autorizava a derrubada de árvores.

15/06 O homem da mala

Revelação: na semana em que VEJA ouviu de nove fontes a confirmação de que o mensalão existiu, Jefferson aponta o empresário Marcos Valério como o encarregado de fazer os pagamentos aos deputados e diz que o dinheiro provém de empresas e estatais.

Reação: Marcos Valério declara a VEJA: "Todas as acusações que o deputado me imputou são mentirosas".

Confirmações: quando a movimentação bancária de Valério é destrinchada pelas CPIs, constata-se que ao menos sessenta pessoas, todas ligadas a políticos, sacaram cerca de 60 milhões de reais de suas contas. A CPI também detecta indícios de que dinheiro do Banco do Brasil abasteceu o valerioduto.

22/06 A agenda da secretária

Revelação: VEJA publica a agenda de Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária de Marcos Valério que revelou que o ex-patrão viajava constantemente para Brasília após sacar vultosas somas em dinheiro e guardá-las em malas. A agenda atesta a proximidade do empresário com petistas como Delúbio Soares e Silvio Pereira, além dos deputados João Paulo Cunha e José Mentor.

Reação: Valério tenta desqualificar a ex-secretária dizendo que ela tentou extorquir-lo.

Confirmação: a quebra do sigilo bancário de Marcos Valério revela os saques descritos por Karina.

29/06 o “empréstimo”

Valério fala: em entrevista exclusiva a VEJA, a primeira desde o início da crise, Marcos Valério é questionado sobre o motivo pelo qual suas contas registram tantos saques em dinheiro. “Tenho fazendas, compro animais. Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque”, responde. A revista pergunta se ele avalizou algum empréstimo bancário para o PT. Ele diz, primeiro, que não nega nem confirma. Três horas mais tarde, pede para retificar sua resposta. Diz que nunca foi avalista do PT.

27/07

Revelação: VEJA revela que, para se manter calado, Valério passou a exigir do governo que acelerasse a liquidação do banco

Econômico, operação que lhe renderia 200 milhões de reais.

Reação: Valério nega a acusação.

06/07 A versão do caixa dois

Revelação: VEJA publica documento confirmando que, em 2003, Valério foi avalista de um empréstimo assinado entre o PT e o banco BMG, no valor de 2,4 milhões de reais. É a primeira prova material das ligações escusas de Valério com o PT.

Reação: antes da publicação do contrato, José Genoíno, cuja assinatura consta do documento, havia negado a operação.

Consequências: em uma operação orquestrada, Delúbio dá entrevista à TV dizendo ter pedido a Valério que contraísse empréstimos bancários para ajudar petistas e aliados a pagar dívidas de campanha. Valério confirma a história e Lula a endossa; em entrevista dada em Paris. Está montada a versão do caixa dois.

03/08

Revelação: VEJA revela que Roberto Marques, amigo, assessor informal e espécie de secretário de Dirceu, foi autorizado por

Marcos Valério a sacar 50 000 reais das contas da agência SMPB. A autorização para o saque foi, mais tarde, transferida para Luiz

13/07 Caso Lulinha e o dólar na cueca

Revelações: VEJA mostra que a Gamecorp, empresa de Fábio Luis da Silva, filho de Lula, recebeu 5,2 milhões de reais da Telemar. Na mesma semana, um assessor do deputado José Guimarães (PT-CE), irmão de José Genoíno, é pego com 100 000 dólares na cueca.

Reações: antes da publicação da reportagem, o Planalto vaza a informação para os jornais, como se a operação fosse normal. Guimarães diz que o episódio da cueca visa a atingir Genoíno.

Consequências: no caso de Lulinha, nenhuma. Já no caso da cueca, Genoíno caiu e o MP concluiu que os dólares eram uma propina que Guimarães receberia por ter intermediado um financiamento entre um consórcio de energia e o Banco do Nordeste do Brasil.

10/08

Revelação: no depoimento de Dirceu ao Conselho de Ética, Roberto Jefferson o acusa de montar, com a ajuda de Valério,

uma operação de caixa dois com a Portugal Telecom para sanar dívidas de campanha do PT e do PTB.

20/07 Ele foi avisado

Revelações: com base em 29 depoimentos, VEJA mostra que Lula foi avisado sobre o mensalão. Relata ainda que Henrique Pizzolato, diretor do Banco do Brasil, sacou, por intermédio de um funcionário, 326 000 reais do valerioduto. Na mesma semana, o *Jornal Nacional* revela que Silvio Pereira, então secretário do PT, ganhou um Land Rover de uma empresa que presta serviços ao governo.

Reações: Lula diz que as acusações são fruto de “perseguição”

das elites. Pizzolato nega que o assessor tenha feito o saque.

Consequências: Silvino deixa o PT. Um dia antes de o assessor de Pizzolato confirmar o saque, o ex-diretor do BB pede a aposentadoria.

17/08

Revelação: em depoimento à CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça admite ter recebido 10,5 milhões de reais de

caixa dois como pagamento por serviços prestados ao PT em 2002 — o que inclui a campanha presidencial. O dinheiro, afirma

Negociata

Consequências: novas revelações seguem-se à denúncia, como a de que, para tentar viabilizar a liquidação que lhe renderia a comissão, Valério se aproximou do Banco Millennium, de Portugal (que também tem dinheiro enterrado no Econômico), e pressionou o Banco Central a mudar as regras da operação, de forma a beneficiá-lo.

O amigo Bob

Carlos Mazano, motorista da corretora Bonus-Banval, acusada de ser uma lavanderia do PT.

Reação: Dirceu negou que seu amigo tenha sido autorizado a fazer o saque.

Confirmação: Marcos Valério confirma à Polícia Federal que o nome de Roberto Marques fazia parte da sua lista de sacadores e diz que a determinação para incluí-lo partira de Delúbio Soares.

A conexão Portugal

Reação: Dirceu diz nunca ter tido relações "de qualquer tipo" com a Portugal Telecom.

Confirmação: descobre-se que não só Valério esteve reunido com a empresa de telefonia em Portugal, mas também Dirceu estivera, ele próprio, em Portugal num jantar com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa.

Duda confessa

Duda, foi depositado pelo partido em contas no exterior, por orientação de Valério.

Reação: em pronunciamento na TV, Lula diz que o PT e o governo, "onde erraram, devem desculpas". Ele mesmo não as pede.

Consequência: logo após o episódio, Duda perde as contas de publicidade da Secretaria de Comunicação do governo. No início de dezembro, porém, o governo renova o contrato de publicitário com a Petrobras.

24/08 A vez do ministro

Revelações: Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, acusa o ministro de ter recebido 50 000 reais da empresa Leão&Leão quando era prefeito. VEJA divulga gravações telefônicas mostrando que Buratti marcava encontros de empresários com Palocci já ministro por intermédio de seu chefe-de-gabinete, Juscelino Dourado.

Reação: em entrevista coletiva, Palocci nega todas as acusações.

Consequência: Juscelino Dourado pede demissão dias depois de admitir, em depoimento à CPI dos Bingos, que marcou a pedido de Buratti, uma reunião do ministro com a diretoria do grupo português Somagje.

07/09 Adeus, Severino

Revelação: VEJA revela que, por quase um ano, quando era primeiro-secretário da Câmara, Severino Cavalcanti exigiu uma propina de 10 000 reais mensais do empresário Sebastião Buani para manter a concessão de seu restaurante na Câmara.

Reação: "Mentiras, mentiras, mentiras!", reagiu Severino.

Confirmações: Izeltton Carvalho, ex-funcionário de Buani, apresenta documento assinado por Severino em que o depu-

rado se compromete com Buani a manter a concessão do seu restaurante. Buani confirma o pagamento da propina e apresenta cópia de um cheque como prova material do mensalinho. Severino renuncia.

12/10 O lobby de Vavá

Revelação: VEJA mostra que Vavá, irmão do presidente Lula, montou um escritório em São Bernardo do Campo (SP) para atuar como lobista e chegou a intermediar diversos encontros entre empresários e integrantes do governo, como diretores da Petrobras e o assessor especial do presidente, César Alvarez.

Reação: o governo diz que Lula "nunca teve conhecimento" dos negócios do irmão.

Consequência: por causa de um acordo entre governo e oposição, Vavá nunca foi chamado às CPIs para dar satisfação sobre as suas atividades.

02/11 O caso Cuba

Revelações: VEJA mostra que o PT recebeu 3 milhões de dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002. O dinheiro chegou a São Paulo a bordo de um avião Seneca. Na mesma edição, a revista revela que Lula intercedeu para que o BC ajudasse Valério em uma operação de interesse do Banco Rural.

Reação: em depoimento à CPI, Vladimir Poletto, um dos dois ex-assessores de Palocci que confirmaram a história, diz que falou a VEJA "sob ameaça" e que estava com o "discernimento comprometido" por ter bebido muito.

Confirmações: Poletto é desmascarado pela divulgação da sua entrevista gravada. Na semana seguinte, o piloto do Seneca confirma a história narrada por VEJA.

O SR REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “Sozinha, empreiteira leva R\$31 mi por obras” publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 11 de janeiro de 2006.

A matéria destaca que, segundo a lista parcial de obras emergenciais nas estradas divulgada pelo DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte), a empresa Delta Construções levou, sozinha, aproximadamente R\$31,5 milhões, ou cerca de 22% do valor do contrato divulgados, sendo que o restante

foi dividido por 56 outras empresas, Exército, governos estaduais e municípios.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Valor é 22% do montante divulgado pelo governo em lista parcial com R\$ 142 mi dos R\$ 440 mi que serão gastos na operação tapa-buraco

Sozinha, empreiteira leva R\$ 31 mi por obras

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na lista parcial das obras emergenciais nas estradas, divulgada ontem pelo Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), uma empreiteira levou, sozinha, aproximadamente R\$ 31,5 milhões, ou cerca de 22% do valor dos contratos divulgados. O restante foi dividido por 56 outras empresas, Exército, governos estaduais e municipais.

A empresa chama-se Delta Construções e é especializada em obras públicas. No Estado da Paraíba, a empresa levou todos os trechos emergenciais listados. No total, os contratos da lista parcial do Dnit somam cerca de R\$ 142 milhões. O programa todo do governo prevê gastos de R\$ 440 milhões em 26,5 mil quilômetros.

A lista divulgada pelo Dnit inclui 151 obras em 21 Estados e no Distrito Federal. Desse total, a Delta é responsável por 28 trechos (18,5%). No total, a lista inclui 17,5 mil quilômetros de obras, sendo que a Delta responde por cerca de 4.000 quilômetros (22,9%).

O Dnit informou que havia duas empresas com o nome Delta, mas não especificou se as duas apareciam na lista com o mesmo nome. A Folha entrou em contato com uma delas, que negou estar fazendo obras emergenciais.

Na Delta Construções, com sede no Rio, não havia ninguém por volta de 19h45 que pudesse responder. Em seu site, a Delta informa que atua no ramo de implantação, conservação e restauração de estradas desde 1961. A empresa tem filiais em São Paulo, Recife, Fortaleza e Brasília.

O Dnit informou que a lista é parcial e será atualizada. O documento divulgado ontem — no site www.dnit.gov.br — só inclui rodovias onde empreiteiras já ha-

viam sido contratadas anteriormente para fazer algum outro tipo de obra e tiveram seu contrato aditado — receberam mais dinheiro — para fazer operação emergencial de tapa-buracos. Ainda não constam da lista as empresas que farão as obras onde não havia nenhuma empresa trabalhando e que serão contratadas sem concorrência.

O governo informou que optou por contratar empresas que já estavam trabalhando nas estradas consideradas críticas para dar mais agilidade ao programa. Nas rodovias onde não há empresas trabalhando, o governo dará prioridade, no contrato emergencial, a empreiteiras que estejam mais próximas e pedirá desconto em relação à tabela de referência do Dnit. A meta é que o desconto médio seja de 10%, mas o Ministério dos Transportes informou que esse percentual já está em 20%.

Ano de eleição

Ao lançar ontem o plano emergencial de recuperação das estradas baianas, o ministro Alfredo Nascimento (Transportes) disse

que “em ano de eleição também se trabalha”, negando que exista caráter eleitoral nas obras.

“O tempo de se executar a obra é exatamente agora, porque nós estamos dando sequência aos investimentos que nós estávamos fazendo. E, afinal de contas, em ano de eleição também se trabalha”, disse Nascimento, em Salvador, acompanhado do ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais), que é pré-candidato ao governo da Bahia pelo PT.

“Encaro com naturalidade as críticas. Se o pessoal está achando [que as obras são eleitoreiras], é porque o nosso trabalho está incomodando positivamente”, disse o ministro netista.

Ontem, o governador Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o plano emergencial de recuperação de estradas “consagra a absoluta incapacidade de planejamento” do governo federal. “É impensável um governo que saiba planejar deixar para gastar esses recursos em um período como este.”

Colaborou a Agência Folha, em Salvador e Belo Horizonte

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Jovens seguem desamparados”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 15 de janeiro de 2006.

A matéria destaca que, mais uma vez, o Presidente Lula deixa de cumprir uma promessa que fez na sua campanha eleitoral. Lançado em junho de 2003, com meta de atender 900 mil jovens de 16 a 24 anos e criar pelo menos 260 mil empregos para esta faixa

etária no primeiro ano, o programa Primeiro Emprego gerou até hoje apenas 131,5 mil vagas.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRIMEIRO EMPREGO

Programa criado pelo governo Lula chega ao último ano do mandato longe da meta estabelecida

Jovens seguem desamparados

MARCELO TOKARSKI
DA EQUIPE DO CORREIO

Três anos depois da posse e a apenas 12 meses do término do mandato, uma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não deslançou. Lançado em junho de 2003, com meta de atender 900 mil jovens de 16 a 24 anos e criar pelo menos 260 mil empregos para esta faixa etária no primeiro ano, o programa Primeiro Emprego gerou até hoje apenas 131,5 mil vagas. O desempenho piora muito se for levada em conta a meta de 450 mil empregos em um ano, anunciada pelo governo em agosto daquele ano, quando o projeto de lei que o criou foi aprovado no Congresso – na prática, o Primeiro Emprego só passou a existir em outubro de 2003.

Com o objetivo de garantir o acesso de jovens pobres, de baixa escolaridade, ao mercado de trabalho, o Primeiro Emprego era centrado no pagamento de subsídios às empresas que os contratasse. Durante seis meses, pequenas firmas recebiam R\$ 100 mensais e as grandes, R\$ 200. Em contrapartida, deveriam se comprometer a manter o jovem empregado por mais seis meses. O resultado foi pífio. Para ter acesso

à subvenção, a empresa deveria estar totalmente adimplente com o setor público. Poucos empresários aderiram. Ao longo dos sete primeiros meses foram abertas irrisórias 707 vagas.

Diante de estatísticas alarmantes – das 2,131 milhões de pessoas sem emprego nas seis principais regiões metropolitanas, 46% têm entre 15 e 24 anos –, o governo tentou dar novo gás a sua promessa de campanha. Em maio de 2004, promoveu mudanças no Primeiro Emprego. A subvenção econômica deixou de ser o atrativo central. Entrou em cena a figura da qualificação profissional.

Manipulação

Foi aí que o Ministério do Trabalho tentou manipular as estatísticas para inflar os resultados de uma das principais promessas de campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, passou a contabilizar nos números do Primeiro Emprego vários outros programas de geração de vagas e qualificação de profissionais. Alguns já existentes, como aqueles patrocinados pelo Sistema S (veja quadro). Mesmo com todo esse reforço, o número total de jovens inseridos no mercado de trabalho ao longo de mais de dois anos chegou a 131,5 mil, quase metade da meta estipulada para o pri-

meiro ano do programa.

Atual diretor do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude do Ministério do Trabalho, Ricardo Cifuentes acha que o programa errou no início, ao ser focado exclusivamente na subvenção econômica. “Não houve a adesão empresarial que o governo havia dimensionado, o que frustrou os resultados”, admite. “Daí, fizemos uma readequação. Mudamos da mera inserção do jovem no mercado de trabalho para a qualificação com inserção. Além disso, reduzimos a importância da subvenção econômica”, explica.

O consultor Lauro Vieira de Faria, especialista em mercado de trabalho, tem avaliação cética em relação à idéia. Para ele, programas como o Primeiro Emprego não são suficientes para reduzir o nível de desocupação, o que depende de três fatores. “Crescimento da economia acima de 2,5% ao ano, qualificação da mão-de-obra e redução da tributação sobre o emprego formal são as únicas condições capazes de gerar empregos em grandes volumes”, afirma. “Sem esses determinantes principais, não adianta ficar fazendo programas. Funciona mais como peça de marketing”, assegura.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial da **Folha de S.Paulo**, de 18 de janeiro do corrente, intitulado “Censura, de novo”.

O referido editorial critica a decisão do atual Governo de enviar ao Congresso projeto que prevê pena de prisão para o jornalista que divulgar o conteúdo de escutas telefônicas ou conversas gravadas sem o conhecimento de um dos interlocutores, ainda que realizada com autorização judicial.

A proposta é mais uma ação do Governo Lula no sentido de atacar a liberdade de imprensa, como

aconteceu com a tentativa frustrada de criar o Conselho Federal de Jornalismo.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CENSURA, DE NOVO

DEPOIS DA tentativa frustrada de criar o Conselho Federal de Jornalismo para cercear a atividade, o governo Luiz Inácio Lula da Silva busca mais uma vez atacar a liberdade de imprensa. Seu governo se prepara para enviar ao Congresso projeto de lei que prevê pena de prisão para o jornalista que divulgar conteúdo de escutas telefônicas ou conversas gravadas sem o conhecimento de um dos interlocutores, ainda que realizados com autorização judicial.

A criminalização da atividade jornalística tem repercussões mais amplas. A pretexto de combater abusos, ela termina por restringir o uso de um instrumento crucial para a divulgação e a elucidação de casos recentes de assalto aos cofres públicos.

Se aprovado o projeto, passará a ser ilícita a divulgação de conversa pessoal em que um dos interlocutores registra o diálogo sem o conhecimento do outro. O veto se aplica até mesmo às gravações “ambientais”, nas quais a conversa se dá na presença dos envolvidos, e não por telefone.

Essa foi exatamente a situação em

que o empresário do ramo de jogos Carlinhos Cachoeira flagrou, em 2002, o pedido de propina de Waldomiro Diniz, que era assessor de José Dirceu na Casa Civil quando a gravação foi divulgada, em 2004. Se à época da divulgação vigorasse o dispositivo que o governo deseja agora aprovar, Cachoeira estaria sujeito à pena de prisão de 1 a 3 anos. A mesma punição seria aplicável ao jornalista que divulgou o seu conteúdo.

A realização de escutas telefônicas já é regulamentada desde 1996 pela Lei 9.296, que prevê punição para o servidor público que divulgar dados sigilosos. Pretender punir o jornalista que dá publicidade às informações que recebe é coerção grave à atividade de imprensa, que ameaça o direito do cidadão de ter acesso aos fatos.

É preciso cautela na utilização de dados obtidos em conversas grampeadas. Eventuais abusos tampouco devem restar impunes. Mas as responsabilidades devem ser sempre apuradas caso a caso e após a publicação das reportagens, sob pena de se instaurar a censura prévia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto hoje à tribuna para fazer o registro da matéria intitulada “Mudança de rumos”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 18 de janeiro do corrente.

A matéria retoma o caso do assassinato do ex-Prefeito de Santo André destacando, em sua chamada, que o “assassino confesso de Celso Daniel volta atrás, foge da Febem e laudo técnico assegura que ex-prefeito não morreu nas condições descritas pela polícia”.

Passados quatro anos do assassinato de Celso Daniel, a conclusão das investigações ainda está longe de poder ser considerada confiável.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA
1ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE HOMICÍDIOS
Rua Brigadeiro Tobias, 527 – 4º andar – Luz
Fone Fax: 227-1804

Ofício nº 903/2002-AOCF/syi
Ref. I.P. 183/02.
Vítima Celso Augusto Daniel

São Paulo, 07 de março de 2002

Sr. Promotor:

natural de Taboão da Serra/SP. Da cópia do termo de declarações formalizado nesta Especializada que anexo ao presente, mais do que meros indícios, restam a certeza de ser o adolescente em questão o autor imediato dos disparos de arma de fogo que ceifaram a vida de Celso Augusto Daniel, então Prefeito de Santo André, em 20 de janeiro do corrente.

ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Delegado de Polícia Titular
1ª Delegacia da Divisão de Homicídios

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

sua realização, mas tomou conhecimento do laudo e, em reunião com as autoridades policiais responsáveis pela investigação, relatou que havia divergências entre o laudo de reconstituição e o exame necroscópico. Naquela oportunidade, o declarante chegou a dizer que “o menor deve ter atirado em outra pessoa”, para que as autoridades tomassem providências para melhor esclarecimento dos fatos. O declarante também acompanhou o exame da jaqueta de Celso Daniel, verificando a presença do sinal de “Simonin”,

Em março de 2002, a polícia encerra o caso, segura de que o adolescente LSN matou o prefeito, apesar de a reconstituição feita pelo rapaz ter sido contestada pelo legista DelMonte. ISTOÉ teve acesso ao informe do jovem a técnicos da Febem, feito em 2004 (abaixo). Ele diz que foi obrigado a assumir o crime. LSN fugiu depois de receber novas ameaças

Em situação de atendimento técnico chegou a nos confidencial que foi obrigado a assumir o crime, pois foi ameaçado de morte pela quadrilha, e por ser menor cumpria pena reduzida.

ALAN RODRIGUES E CHICO SILVA

POLÊMICA

Assassino confesso de Celso Daniel volta atrás, foge da Febem e laudo técnico assegura que ex-prefeito não morreu nas condições descritas pela polícia

MUDANÇA DE RUMOS

Na sexta-feira 20, o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, completará quatro anos. As investigações, conduzidas por policiais do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo e com o aval do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), concluíram que o assassinato não passara de um crime banal. Cerca de dois meses depois o caso foi dado como encerrado, com a prisão de uma quadrilha de assaltantes e seqüestradores. A conclusão foi em grande parte baseada na confissão de um adolescente. LSN, à época com 16 anos, atestou para os delegados que fora o autor dos disparos que mataram o então prefeito. Documento obtido por ISTOÉ, datado de outubro de 2004, revela que tudo não passou de uma grande mentira. Produzido por funcionários da Febem do Tatuapé, onde LSN estava em regime de internação, o documento mostra que o jovem não foi o autor dos disparos que vitimaram Celso Daniel. No informe, ele confessa aos técnicos que foi obrigado por seus comparsas a assumir a autoria do crime. Se não o fizesse, ele e sua família poderiam ser mortos. Além disso, a reportagem descobriu que o “réu confesso” de um crime que até hoje abala o universo político fugiu há seis meses, após cumprir três anos de internação. “Ele contou que foi obrigado a assumir o crime porque era ameaçado de morte por um tal de José Edson”, revela um dos funcionários, que não pode ser identificado. O tal José Edson foi o responsável pelo recrutamento do menor para a ação e também o proprietário do carro que transportou Celso Daniel do cativado até a estrada de terra onde seu corpo foi encontrado. “Acreditamos na ameaça de morte, porque é estranho alguém fugir faltando seis meses para acabar sua internação”, diz o funcionário da Febem. É provável que se LSN não tivesse fugido poderia se tornar a oitava vítima de um crime ainda misterioso (*leia quadro*).

No mundo do crime, é comum adolescentes mentirem em depoimentos. Nesse caso, porém, a versão contada por LSN a funcionários da Febem parece mais factível. Um novo laudo produzido pelo Instituto Médico Legal (IML), assinado pelo legista Paulo Vasquez, reafirma o que o legista Carlos DelMonte morreu fa-

lando aos delegados: que o menor não matara Daniel. DelMonte foi encontrado morto em circunstâncias misteriosas, sozinho em seu escritório, enquanto redigia o laudo agora concluído por Vasquez. No estudo que será apresentado pelo IML ao Ministério Público está comprovado tecnicamente que não seria possível que o rapaz tivesse matado o prefeito, pelo menos da forma como foi feita na reconstituição do crime. Além disso, mostrará que o prefeito foi de fato torturado antes de morrer.

Tentar resolver o mistério é a missão da delegada Elisabeth Ferreira Sato, titular do 78º DP paulistano e responsável pelas novas investigações. Elisabeth, que trabalhou no DHPP, entrou no caso a pedido da

BRASIL

Reaberto o caso, os promotores Amaro Thomé e Wider Filho, assim como a delegada Elisabeth Sato, seguem no mesmo rumo do legista DelMonte (à esq.): um crime de mando

Secretaria de Segurança Pública. Por ordens superiores, a delegada não fala sobre a investigação. Mas tem garantido a amigos próximos que não medirá esforços e não poupará nenhum colega caso seus erros não tenham sido involuntariamente cometidos. Apesar do tamanho da encrência e da limitação de pessoal, Elisabeth não recebeu um policial sequer a mais para desenvolver a investigação, e o trabalho segue para a fase final. E caminha na direção de apresentar uma conclusão diferente daquela produzida pelo DHPP. Hoje, há a convicção de que a morte do prefeito foi um crime encomendado e que a quadrilha responsá-

vel pela morte de Celso Daniel agia de forma compartimentada. Nessa modalidade de crime nem todos os participantes têm conhecimento dos objetivos e do modus operandi da ação.

Articulação – A tese de Elisabeth tem sustentação em uma declaração assinada por um dos presos, Aílton Feitosa. Ele teria testemunhado uma reunião na qual o chefe da operação, o assaltante de bancos Dionísio Aquino Severo, revelara os planos de seqüestrar o prefeito. Oito meses após o crime, ele confirmou aos promotores de Justiça da Comarca de Santo André: “Nem todos sabiam que se tratava de uma encena-

ção encomendada pelo empresário Sérgio Gomes da Silva”, relata Feitosa. Quem também trabalhava nessa linha de investigação era o delegado Maurício Correia. Um dos primeiros a investigar a ação dos bandidos, o delegado produziu as provas materiais sobre como foi feita a articulação entre os integrantes do grupo, sua liderança e os possíveis mandantes. Sendo que apenas o chefe sabia quem era e o que fazer com a vítima. Substituído pelos companheiros do DHPP, ele também não se pronuncia mais sobre o caso. Tudo indica, pelo desenrolar dos fatos, que, se existe sombra nessa história, ela começa a se dissipar. ■

Sombra da maldição

DIONÍSIO SEVERO, que fugiu de helicóptero do presídio de Guarulhos dois dias antes do seqüestro, é, para o Ministério Público, o chefe da quadrilha que matou Celso Daniel. Foi assassinado na cadeia em abril de 2002.

MANOEL SÉRGIO ESTEVAM, que hospedou

Dionísio logo depois do crime, foi assassinado a tiros em setembro de 2002.

ANTÔNIO PALÁCIO, garçom do restaurante Rubayat que atendeu Daniel e Sérgio Gomes da Silva na noite do seqüestro, morreu em fevereiro de 2003, num acidente de moto, perseguido por dois homens.

PAULO HENRIQUE BRITO, morto com tiro pelas costas em fevereiro de 2003. Ele assistiu à morte do garçom.

OTÁVIO MERCIER, investigador de polícia, teria falado com Dionísio antes da fuga. Foi assassinado em julho de 2003.

IRAN MORAES REDUA, sitiante, primeiro

a identificar o corpo do prefeito na estrada de Juquitiba. Foi assassinado com dois tiros em dezembro de 2003.

CARLOS DELMONTE PRINTES, legista do caso, que disse que LSN não matou o prefeito, foi encontrado morto em outubro de 2005 em seu escritório. Até hoje não se sabe a causa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente: Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Ou neurose ou má-fé”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 20 de dezembro de 2005.

Segundo o artigo, se o Presidente Lula tivesse passado por sessões de psicanálise, seu terapeuta teria diagnosticado que ele “padece da neurose de escassez de autocrítica e de percepção enviesada da realidade que o cerca. A operação consiste em atribuir aos outros

atos condenáveis de autoria própria. No caso de Lula, ou disso se trata ou é caso de má-fé política”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Ou neurose ou má-fé

Ao que se saiba, o presidente Lula não fez psicanálise nem antes nem depois de ascender ao Planalto. Tivesse feito, o terapeuta decerto teria oportunidades de sobra para levar o paciente a perceber a sua propensão para uma operação mental que não chega a ser propriamente rara, mas quando repetida em excesso sugere que a pessoa padece da neurose de escassez de autocrítica e de percepção enviesada da realidade que o cerca. A operação consiste em atribuir aos outros atos condenáveis de autoria própria. No caso de Lula, ou disso se trata ou é caso de má-fé política.

Dias atrás, em um evento no município pernambucano de Ipojuca – o lançamento da pedra fundamental de uma refinaria da Petrobrás em parceria com a sua homóloga venezuelana – e talvez sob efeito da caudalosa oratória do presidente Hugo Chávez, Lula investiu contra a oposição e a imprensa com redobrada dureza. Responsabilizou-as pela crise de corrupção que fez desmoronar os seus índices de popularidade e suas chances reeleitorais a ponto de levá-lo a afirmar que só disputará o segundo mandato se tiver certeza da vitória, a esta altura uma hipótese para lá de duvidosa.

Falando depois de Chávez – cuja arenga de 53 minutos só não durou mais porque o povo não o percebeu que não agüentava mais –, ele como que culpou a oposição pelo seu continuado deslizamento nas pesquisas diante dos tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. “No Brasil o clima é pré-eleitoral”, diagnosticou. “A oposição está nas

ruas gritando há alguns meses.” Ora, nem os lulistas de quatro costados, se tiverem um mínimo de honestidade intelectual, negarão a verdade chã de que “na rua gritando” está o presidente – e não há alguns meses, mas há quase três anos, desde a sua posse.

Da imprensa, a sócia da oposição no golpismo em marcha – segundo as fantasias fabricadas pelo aparato petista para não assumir as culpas que até alguns companheiros julgam inaceitáveis e imperdoáveis –, Lula mais uma vez disse cobras e lagartos. Naturalmente, sem a mais remota preocupação

Agora, a queda nas pesquisas é culpa da imprensa e da oposição

ção com os fatos à vista de todos ao longo desse mais de meio ano de denúncias sucessivas. Se, em discurso anterior, a oposição foi comparada à entidade empresarial venezuelana Fedecâmaras, que já tentou derrubar Chávez pela força, agora a imprensa brasileira é que foi comparada à sua congênera do país vizinho.

Governantes autoritários abominam os portadores de más notícias. Na Antiguidade, os potentes matavam os mensageiros cujas mensagens os enfureciam. No mundo contemporâneo, os líderes de formação democrática reagem com filosófica resignação ao que consideram injustiças dos meios de comunicação. Lula, nem pensar. Afirma que está ocorrendo no Brasil “algo semelhante” à Venezuela, onde,

segundo a sua interpretação, Chávez tem sido vítima de propaganda e ofensas pessoais que ele, Lula, jamais teria imaginado que pudesse acontecer num país democrático.

Falso. No Brasil, desde quando partiu da imprensa a iniciativa de vincular o PT e o governo ao esquema de corrupção disseminada que veio a ser resumida no termo mensalão? Não foi a mídia que apurou que o partido no poder comprava políticos. Foi o então deputado Roberto Jefferson. Não foi ela que acusou o PT de ter caixa 2. Foi o então tesoureiro Delúbio Soares quem confessou o repasse de “recursos não contabilizados”, para não ter que confessar o suborno de deputados. Não foi a imprensa que inventou os milionários empréstimos do publicitário Marcos Valério. Foi ele. Não foi ela que descobriu que o marqueteiro Duda Mendonça abriu uma conta clandestina no exterior para receber do partido por serviços prestados. Foi ele mesmo quem contou.

Os eventuais exageros e impropriedades da mídia na cobertura e avaliação dessas e outras maracutaia não foram nem sequer proporcionais à rede de mentiras costurada para desmentir o indesejável e às tentativas do Planalto para sufocar no nascedouro a CPI dos Correios – enquanto Lula jurava e tornava a jurar que o governo queria que tudo fosse apurado e os culpados, punidos, mesmo que isso significasse “cortar na própria carne”. E alguma vez ele ouviu ou leu um texto de responsabilidade de meio de comunicação pregando o seu impeachment? Vá ao divã, presidente. Poderá lhe ser útil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de receber o Balanço Social, relativo ao ano de 2004, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES. Desde seu início, em 1952, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, a Instituição tem se mostrado fundamental no desenvolvimento brasileiro. Naquele momento, o Banco orientou-se no sentido de promover e acelerar a diversificação industrial brasileira.

Se fundado durante o Governo do Presidente Vargas, é durante a Presidência de JK que o Banco mostra a sua força ao ser a pedra de sustentação do chamado Plano de Metas, que alavancou, como em raras vezes, a economia brasileira, ajudando o País a crescer 7% ao ano.

Igualmente, nos anos 1970, época em que o País alcançou taxas de crescimento da ordem de 13%, o BNDES fomentou o surgimento e a expansão de diversos setores econômicos, especialmente o industrial.

Novamente, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique, o BNDES se destacou ao promover programas de financiamento de máquinas agrícolas que permitiram a expansão magnífica do agronegócio e das exportações desse setor econômico.

Hoje, além do Banco propriamente dito, há um sistema BNDES, integrado também pela Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial – e a BNDESPAR – BNDES Participações S.A. A primeira foi criada com o objetivo de financiar a comercialização de máquinas e equipamentos, enquanto a segunda visa a possibilitar a subscrição de valores mobiliários no mercado brasileiro de capitais.

Em suma, ao longo de mais de cinquenta anos de atividade, o Banco tem feito, perfeitamente, jus ao seu nome de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 2004, não foi diferente. Atendendo ao chamado da Nação, produziu resultados expressivos não apenas no campo econômico, mas também no desenvolvimento social. Como realça em seu relatório, “a missão do Banco é apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do País, viabilizando investimentos que gerem empregos, reduzam as desigualdades sociais e regionais e permitam a incorporação de tecnologia”.

Nos últimos anos, o Banco tem adotado medidas importantes na sua organização interna. A primeira delas, de 2002, foi o estabelecimento de um Código de Ética Profissional dos Empregados, com a definição de padrões de conduta de seus colaboradores, funcionários próprios e terceirizados.

Igualmente, o BNDES tem buscado aumentar, constantemente, a sua transparência perante os seus interlocutores, isto é, órgãos governamentais, imprensa e a sociedade em geral. Busca, a instituição, estabelecer padrões de comunicação que permitam à sociedade compreender, de forma clara, as ações levadas à cabo pela instituição.

Nesse sentido, o Balanço que ora tenho em mãos é significativo como exemplo para muitos órgãos e entidades ligadas ao Estado. O cidadão tem o direito de saber aonde vai parar o dinheiro que transfere, na forma de tributos diversos, para o Governo. Agindo ainda nesse sentido, o Banco mantém, em funcionamento, uma Ouvidoria cujo objetivo é saber o que os cidadãos acham das atividades do Banco.

Em suas atividades, o BNDES dá, ainda, outra lição importante: uma estrutura enxuta, com menos de dois mil funcionários, e bem capacitada, capaz de desenvolver projetos fundamentais para o País.

O Balanço destaca, ainda, as atividades do Fundo Social, criado em 1997. É a fonte de recursos destinada ao apoio financeiro não-reembolsável a projetos sociais que envolvam o apoio à educação, à saúde, ao saneamento e à assistência social. Os principais beneficiados, ao longo desses anos, foram crianças e jovens em situação de risco social. Em 2004, foram destinados R\$22,9 milhões para o Fundo.

Além disso, amparado pela Lei Rouanet, de 1991, o Banco desembolsou R\$10 milhões para financiar 17 projetos culturais. Além disso, desde 1995 vem investindo, sob as asas da Lei do Audiovisual, de 1993, na produção de curta, média e longa metragens. Para tanto, destinaram-se R\$15 milhões, no ano passado.

Há, ainda, importantes projetos sociais que merecem ser destacados. Vejamos alguns. O primeiro é o apoio a 145 jovens carentes, com idade entre 16 e 18 anos, registrados na Associação Beneficente São Martinho. O objetivo é tornar esses adolescentes aptos para o mercado de trabalho.

Além disso, o Banco mantém convênios com instituições de ensino superior a fim de permitir que estudantes universitários estagiem na instituição. No final de 2004, havia 229 estagiários.

Também não se pode deixar passar em branco o trabalho voluntário desenvolvido, desde 1993, por funcionários do Banco.

Se inegável o mérito da atuação social do BNDES, a instituição também tem agido de modo exemplar no campo ambiental. De modo consciente, em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, tem atuado no sentido de reduzir ao mínimo o impacto que causa à natureza, seja dispendo corretamente o lixo, seja buscando

reduzir o consumo de água e de energia elétrica por parte de seus funcionários.

Sempre que possível tenho destacado as atividades desenvolvidas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 266, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 266, de 2005, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais, para os fins que especifica.*

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia
Prazo final: 9.3.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 1, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 267, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 267, de 2005), que *altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX; revoga a Lei nº 10.659, de 22 de abril de 2003; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna
Prazo final: 26.1.2006

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 9, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 72, DE 2005**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

10**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 280, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, que *dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros.*

Parecer favorável, sob nº 2.055, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)
– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 47 minutos.)

(OS Nº 10286/06)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 090, DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando que no mês de maio de 2006 o Senado Federal completa 180 anos, circunstância favorável para ser evidenciado à sociedade a importância do trabalho desta Instituição ao longo da História, especialmente para o desenvolvimento do País, da sua organização política, social e econômica;

Considerando que as estruturas que compõem o complexo de Comunicação Social do Senado Federal propiciam, sobremaneira, o contato direto da Instituição com a sociedade brasileira; e,

Considerando ser oportuno à utilização da organização de eventos da Casa para o fortalecimento, independência e harmonia do Senado Federal com outras instituições da República,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir uma Comissão destinada a propor, orientar, programar e executar o calendário das comemorações dos 180 anos do Senado Federal.

Art. 2º – Integram a Comissão os Senadores Pedro Simon, Maria do Carmo Alves e Leonel Pavan, sob a presidência do primeiro. Os servidores Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal; Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa; Armando Sobral Rollemberg, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social; Sérgio Francisco P. O Penna, Diretor da Consultoria Legislativa; e, Simone Vieira Bastos, Diretora da Secretaria de Biblioteca do Senado. Cada um dos diretores que integram esta Comissão, poderá indicar até dois servidores de suas respectivas áreas, nomeados pelo Diretor-Geral, para dela também fazerem parte como membros.

Art. 3º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com prazo improrrogável, para conclusão dos seus trabalhos em 31 de maio de 2006.

Senado Federal, 14 de dezembro de 2005.


Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N.º 03 , DE 2006

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao **terceiro quadrimestre de 2005.**”

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea “a”, e III, Alíneas a e b, e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2005, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2005, na forma dos anexos, nos termos dos Artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de janeiro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

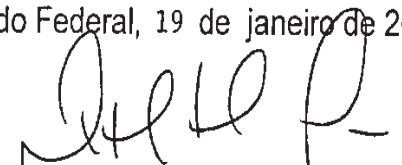
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 017 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Art. 1º reconduzir até 31 de março do corrente ano, a Comissão Especial de que trata o Portaria nº 021/99-DGER, para Elaboração, Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária do Senado Federal, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Senado Federal, 19 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2005 A DEZEMBRO/2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADADA
		JAN/2005 A DEZ/2005
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)		1.449.949
Pessoal Ativo		1.168.407
Pessoal Inativo e Pensionistas		680.757
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF).		399.215
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		4.037
Decorrentes de Decisão Judicial		0
Despesas de Exercícios Anteriores		127.876
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		267.302
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II).		0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)		169.953
Contribuições Patronais		169.953
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II + III)		1.619.902
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		303.015.775
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (IV / V) x 100		0,53
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%	2.605.936
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%	2.484.729

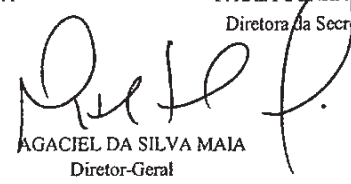
FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 14, de 18 de janeiro de 2006.

Nota: Recursos Vinculados custearam despesas classificadas a título de "Despesas de Exercícios Anteriores - Pessoal Ativo", a saber:

- Fonte 56 - R\$ 370.415,36
- Fonte 69 - R\$ 2.371.109,41


EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro


PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2005

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

		R\$ Milhares	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	214.485	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	27.635
Disponibilidade Financeira	214.485	Depósitos	1.060
Caixa	0	Restos a Pagar Processados	26.575
Bancos	3.589	Do Exercício	26.351
Conta Movimento	1.099	De Exercícios Anteriores	224
Contas Vinculadas	0	Outras Obrigações Financeiras	0
Aplicações Financeiras	2.490		
Outras Disponibilidades Financeiras	210.896		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	175.436		
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	35.460		
SUBTOTAL	214.485	SUBTOTAL	27.635
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	186.850
TOTAL	214.485	TOTAL	214.485
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			75.372
SUFICIÊNCIA APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			111.478

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0
Caixa	0	Depósitos	0
Bancos	0	Restos a Pagar Processados	0
Conta Movimento	0	Do Exercício	0
Contas Vinculadas	0	De Exercícios Anteriores	0
Aplicações Financeiras	0	Outras Obrigações Financeiras	0
Outras Disponibilidades Financeiras	0		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0
TOTAL	0	TOTAL	0
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			
DÉFICIT	0	SUPERÁVIT	111.478

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF


EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2005

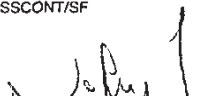
LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				Suficiência antes da Incrição em Restos a Pagar Não Processados	Não inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos					
	Processados		Não Processados			
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA SENADO FEDERAL	224	26.351	75.372	186.850		
TOTAL	224	26.351	75.372	186.850	0	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Incrição em Restos a Pagar Não Processados	Não inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
RECURSOS ORDINÁRIOS	224	23.610	74.455	145.959	
TÍTULOS DE RESPONSABIL. DO TESOUREIRO NACIONAL				-9	
RECURSOS NÃO FINANC.DIRETAMENTE ARRECADADOS			917	20.623	
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS				-513	
CONTR.P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE				-67.413	
CONTR. PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR		370		84.637	
CONTR. PATRONAL P/ PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL		2.371		-13.134	
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS				1.214	
REMUNERAÇÃO DAS DISPON.DO TESOUREIRO NACIONAL				-210	
RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL				15.696	
TOTAL	224	26.351	75.372	186.850	0

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF


EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

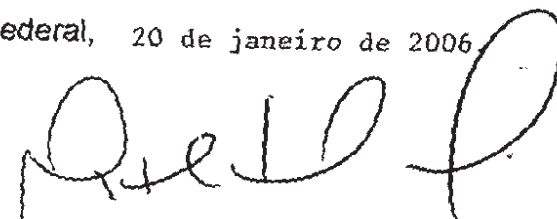
Nº 018 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 30 de março de 2006 o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 121, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover o inventário geral do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 02 de JANEIRO de 2006.

Senado Federal, 20 de janeiro de 2006

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 019 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial destinada a proceder ao inventário dos bens em estoque no almoxarifado do PRODASEN ao final do exercício de 2005.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores **FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS**, matrícula 13083/SF, **JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO**, matrícula 28839/SF, **RAIMUNDO CARDOSO DE ARAÚJO FILHO**, matrícula 100230/PD e **EDIMUNDO CRUZ PEREIRA**, matrícula 104039/PD.

Art. 3º - A Comissão Especial será presidida pelo servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS**.

Art. 4º - Fixa o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 097, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000475/06-8,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LIMA, matrícula 43245, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PDT, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, a partir de 12 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



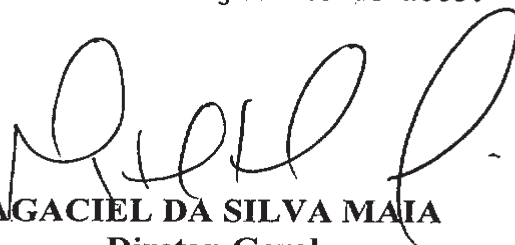
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 098 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000327/06-9,

RESOLVE dispensar a servidora ELIANA DA SILVA LONGO, matrícula 102651, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 09 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 0999, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000501/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor ALTOMAR PINTO DE ANDRADE, matrícula 11839, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 13 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 100 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000380/06-7,

RESOLVE dispensar o servidor NILSON CARNEIRO QUIRINO, matrícula 33010, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marco Maciel, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 10 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 101, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000693/06-5,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA SILVA TASQUINO DOS SANTOS, matrícula 11700, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



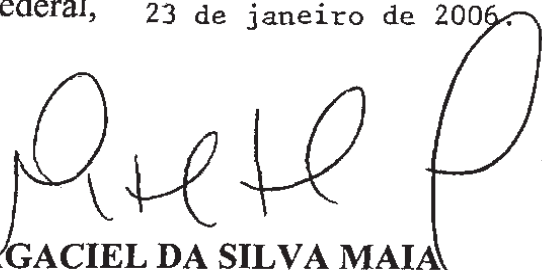
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 102 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000694/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora NOÊMIA GOMES DOS SANTOS LIMA, matrícula 33446, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



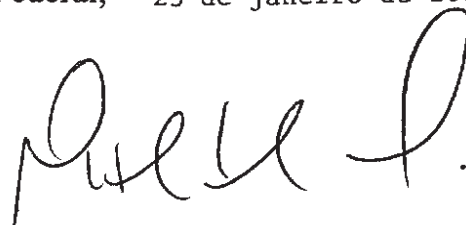
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 103 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000695/06-8,

RESOLVE dispensar o servidor EDILSON ALVES, matrícula 43683, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



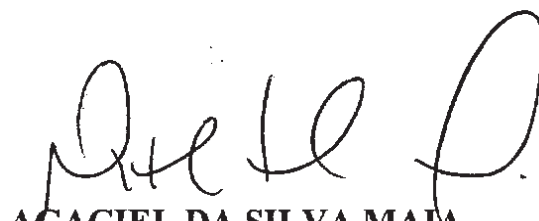
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 104 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000737/06-2,

RESOLVE designar o servidor ANTÔNIO RICARDO MALTA DE AZEVEDO, matrícula 51643, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



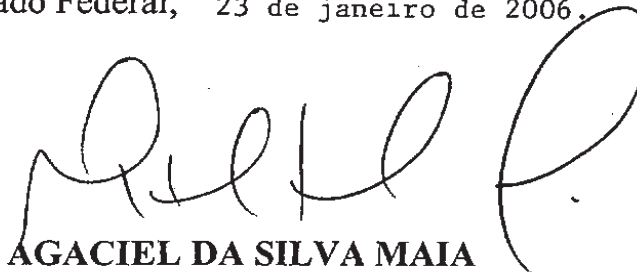
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 105 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000635/06-5,

RESOLVE designar o servidor **ALUIZIO TADEU DE OLIVEIRA**, matrícula 54255, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Reportagem da Secretaria TV Senado, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 106 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000446/06-8,

RESOLVE designar o servidor DEURY FARIAS D'OLIVEIRA, matrícula 36083, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 12 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 107 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA**, matrícula nº 649-2, e **DANIEL DELGADO**, matrícula nº 4692-1, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000833/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 108 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 50020, e **JOSÉ RAIMUNDO NETO**, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000395/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 109 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000858/06-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA BARROS DE ARAUJO**, matrícula n.º 192603, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Mão Santa, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 110 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000860/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCA MARIA DA ROCHA COSTA**, matrícula n.º 177419, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Mão Santa, a partir de 17 de janeiro de 2006.

Senado Federal em 23 de janeiro de 2006.

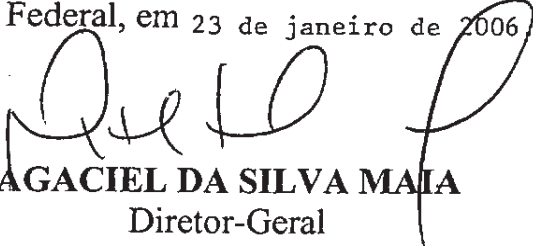

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 111 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000837/06-7,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KÁTIA PAIM CAVALHEIROS MENEZES**, matrícula n.º 194454, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 19 de janeiro de 2006.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 112 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000849/06-5**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉA MARQUES VILELA RIBEIRO**, matrícula n.º 187176, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 113 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000786/06-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSALINA MARIA GALIZA DA SILVA**, matrícula n.º 188624, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



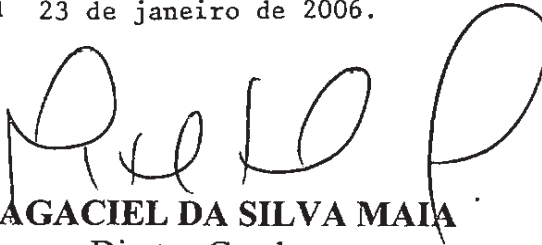
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 114 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.819/05-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4152, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal n.º 3373, de 05/12/2005, que nomeou **RICARDO PEREIRA SIMÕES DOS REIS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB, em virtude do não cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 4º, §1º e §2º, do Ato nº 09, de 2002, do Primeiro Secretário.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

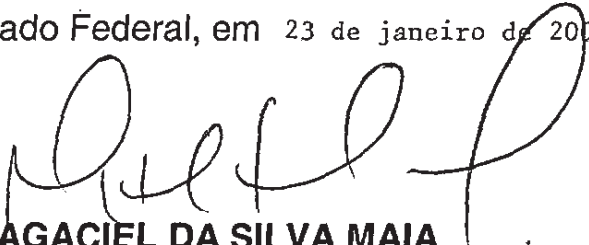

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 115 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017642/05-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3978, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3358, de 11/11/2005, que nomeou **ANTONIO EDMILSON FLORENTINO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 116 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019044/05-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4160, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3373, de 05/12/2005, que nomeou **ADEMÁRIO BARRETO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 117 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000816/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAFAEL LOBATO FELIZOLA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Segunda Suplência de Secretário.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 118 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000815/06-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAISSA FIGUEIREDO PEDREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Segunda Suplência de Secretário.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 119 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000859/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CYNTIA LETICIA MAGALHÃES LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

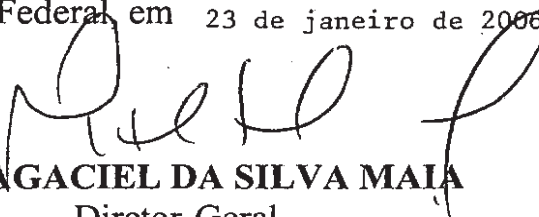

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 120 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000828/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDA APARECIDA FERREIRA LONGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal em 23 de janeiro de 2006.



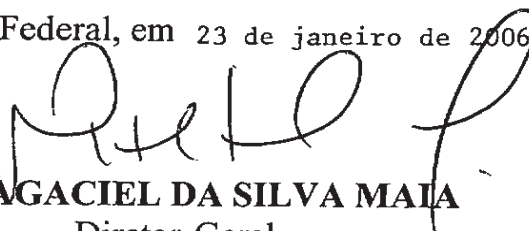
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 121 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000850/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELA MARIA ALMEIDA RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 122 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000785/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCA ELOISA SILVA SANTIAGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

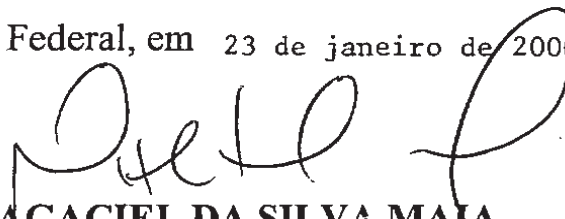

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 123 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000806/06-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JÂNIO MATOS DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 124 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000813/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEBASTIÃO DE ALENCAR BASTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



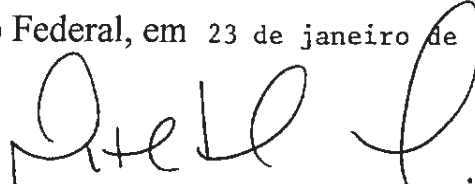
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 125 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **000884/06-5**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **MIRTES CASTANHEIRA MEDEIROS**, matrícula n.º 160997, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



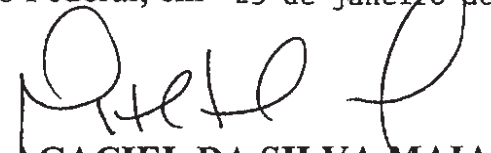
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 126 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000908/06-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARTHEMIZIA GONÇALVES LEITE**, matrícula n.º 190941, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

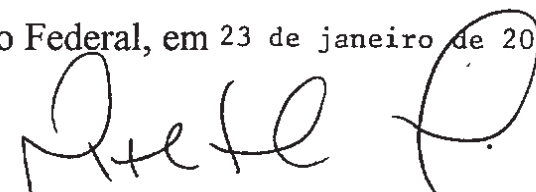

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 127 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000902/06-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALÉRIA CÉSAR DE GUSMÃO**, matrícula n.º 179234, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

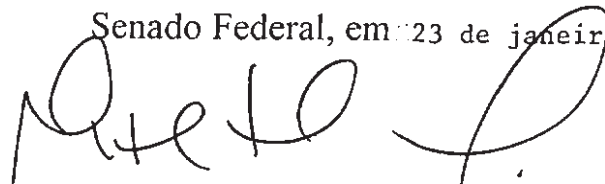

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 128, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E declarar vago, a partir de 06 de janeiro de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, ocupado por **FRANCISCO RODRIGUES VALE**, matrícula 158358, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



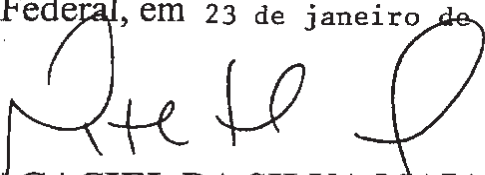
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 129 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000902/06-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODOLFO CÉSAR DE GUSMÃO PIRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.



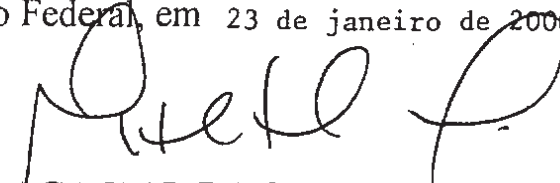
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 130 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000857/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILSON ANTÔNIO DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 2006.

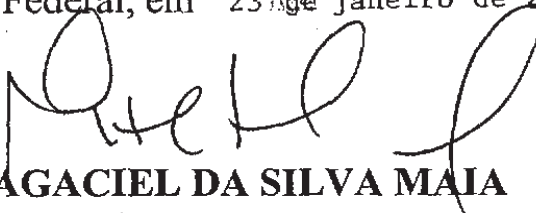

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 131 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000862/06-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GESIANE JAQUELINE NASCIMENTO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 23^{ma} de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA .
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza³

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres⁴

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ¹		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (Vago) ⁵		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 17.1.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

² O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

³ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁴ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁵ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005 – SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

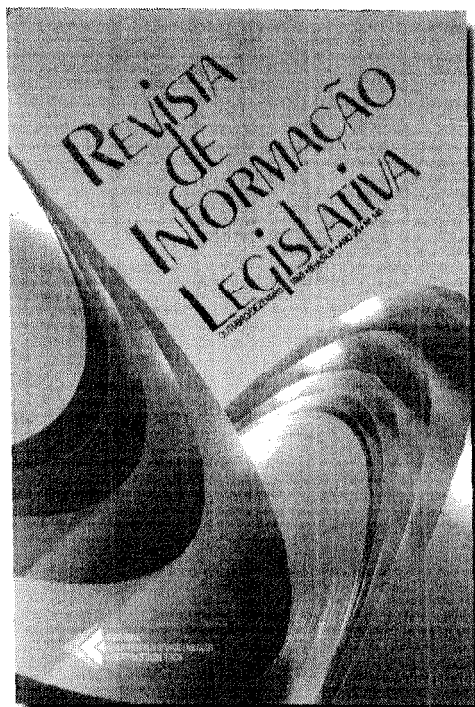
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS